



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

BRUNO QUINTÃO DE SOUZA

**INTERAÇÕES ENTRE O MOVIMENTO LGBTI E O GOVERNO ESTADUAL DO
ESPÍRITO SANTO**

VITÓRIA-ES

2018

BRUNO QUINTÃO DE SOUZA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**INTERAÇÕES ENTRE O MOVIMENTO LGBTI E O GOVERNO ESTADUAL DO
ESPÍRITO SANTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para o Mestrado em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Euzeneia Calos

VITÓRIA-ES

2018

BRUNO QUINTÃO DE SOUZA

**INTERAÇÕES ENTRE O MOVIMENTO LGBTI E O GOVERNO ESTADUAL DO
ESPÍRITO SANTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para o Mestrado em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Euzeneia Calos

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dr.^a. Euzeneia Carlos (PGCS/UFES)
Professora Orientadora
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Marcelo Vieira (PGCS/UFES)
Membro Interno
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof.^a. Dr.^a. Luciana Tatagiba (Unicamp)
Membro Externo
Universidade Estadual de Campinas

“Se uma bala entrar no meu cérebro, deixe a bala destruir todas as portas do armário.”
Harvey Milk

AGRADECIMENTOS

A lista é bem grande de pessoas que, por vezes, viram além do que eu poderia ver quanto à produção deste trabalho. No início desta jornada, antes de abandonar um emprego estável, em uma cidade em outro estado, e retornar à uma empreitada de vida que eu achei que tinha ficado pra trás em 2010, muitas pessoas me ajudaram a ver além, são elas: Eric Schires e Lizmery Ferguson, Mylinda McDaniel, Jader Gomes, Jorge Alberto, Alexandre Marques, Bruno Richter, Andréia Nobre, Gabriela Miranda, Felipe Eliakim, Thaisa Faria, Jefferson, Joelson André e Tia Lúcia. Estes são amigos que, apesar de ser a distância tanto temporal, quanto geográfica, me ajudaram muito a tomar a decisão de me mudar de estado e ingressar no mestrado em Ciências Sociais.

Na minha caminhada de dois anos pude conhecer pessoas iluminadas e maravilhosas dentro do meu programa, que me elucidaram de uma forma tal que não existe limites para meus agradecimentos: A minha querida orientadora Euzeneia Carlos, que me abriu o mundo acadêmico, sempre atenciosa, e me deixou correr solto no pátio com uma supervisão maravilhosa. Obrigado! Aos doutorxs e eternos mestres do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na UFES: Adélia Miglievich, Igor Suzano Machado, Marcelo Vieira, e todos os outros que nos forneceram tanto conhecimento acadêmico quanto experiências de vida. As colegas Danielly, Carolina Cyrilo, Renata Beatriz, Luana Trindade, João e Evelyn Pinheiro, que me aguentaram nos momentos de dispersão, choramingos e alegrias. Aos que eu pude conhecer neste período, todo o pessoal do NUPAD, do GEPS, principalmente prof. Alexsandro, Jésio Zamboni e Pablo, que me ajudaram muito no descobrimento do campo. Aos “grerreirxs” da GOLD, que não somente me ajudaram na conferência LGBTI, mas foram de imenso suporte: Debora Sabarah, e Maria José, que foram extremamente abertos e simpáticos comigo, o meu muito obrigado.

Aqueles que não se encontram no programa, mas são órbitas da minha esfera da vida: A minha família, muito obrigado. Aos amigos Jeff, Felipe Moura, Will Sartori, pela elucidação e debate no campo, muito obrigado pela força! E para Cristiano Pereira, que me tolerou em todos os níveis de depressão e euforia de forma tão carinhosa, e que me deu aquele incentivo mesmo nos meus momentos mais difíceis. Sem você ao meu lado seria tudo mais difícil. Este pesquisador deve muito a tudo que você fez.

A aqueles que lutam por um dia melhor e mais tolerante, e dão a vida para esta causa nobre, muito obrigado!

RESUMO

Esta investigação centrou-se na observação descritiva e interpretativa do Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intersexos (LGBTI) no estado do Espírito Santo, delimitando a sua abordagem dentro do que é o movimento nos estudos de movimentos sociais, apoiando-se em uma proposta dedutiva quanto ao conhecimento da relação dos componentes do movimento LGBTI dentro do Estado do Espírito Santo. O objeto central desta pesquisa é apresentar a interação do movimento LGBTI e o Estado no Espírito Santo. De forma específica, pretendo realizar uma análise descritiva da interação do Movimento LGBTI e Estado na política pública de forma a entender como atua o Movimento LGBTI para influenciar o Estado no desenvolvimento de políticas públicas, incluindo-se nesta perspectiva os atuais repertórios de ação e interação do Movimento LGBTI no Estado do Espírito Santo, as formas de organização de seus grupos e componentes e a capacidade de permeabilidade do Estado das demandas destes grupos na política setorial. Esta pesquisa visa a contribuir para o entendimento das oportunidades e interações existentes dentro da relação do Movimento LGBTI junto à esfera estadual, através de suas agências estatais como a Secretaria Estadual de Saúde (SESA) e as Coordenações de Políticas para a Diversidade Sexual e Gênero da Secretaria Estadual de Direitos Humanos (SEDH). O recorte temporal da pesquisa corresponde um período anterior da gestão do governador Casagrande, através da 1ª Conferência Estadual LGBT (t0), desde 2008, sendo esta conferência um marco no movimento LGBTI no Espírito Santo, a preparação para a criação da SEDH e espaços institucionais na SESA, e outros órgãos até a criação da 2ª Conferência Estadual LGBT (t1), em 2011, e finalmente com a atuação conjunta na SEDH e SESA, na administração Paulo Hartung, até a 3ª Conferência Estadual LGBTI (t2). O *process tracing* permite que seja verificado, através do tempo, uma apresentação da atuação do Movimento LGBTI, dentro de suas organizações na sociedade civil, interagindo com o Estado na formação e ocupação de encaixes institucionais que vão existir ou serem construídos em face da organização interna do movimento LGBTI e a estrutura estatal, apresentando um estudo de caso ao longo do tempo. O objetivo então é justamente entender como o Movimento LGBTI, dentro do Estado do Espírito Santo, se mobiliza e interage na produção da política setorial.

Palavras-chave: Movimentos sociais; LGBT; Estado; Efeitos políticos; Encaixes; Políticas públicas.

ABSTRACT (atualizar)

This investigation focus on the descriptive and interpretative observation of the Lesbians, Gays, Bisexual, Transvestites, Transsexual, Transgender, and Intergenders (LGBTI) movement in the Espírito Santo state, setting its approach within the limits of what is the movement towards the studies of social movements, introducing a deductive proposal as to the knowledge of the relation between the LGBTI movement and the Espírito Santo state policy. The central object of this research is to present the interaction between the LGBTI movement and the Espírito Santo state administratio. In a specific approach, I intend to carry out a descriptive analysis of the interaction of the LGBTI movement and state in public policy in order to understand how the LGBTI movement operates to influence the state in the development of public policies, including its current repertoires of action and interaction of the LGBTI movement in the Espírito Santo state, the forms of organization, its groups and components and the responsiveness of the state in accordance with the demands of these groups. This research aims to contribute to the understanding of the opportunities and relationships that exist within the relationship of the LGBTI movement along the state sphere, through its state-owned components such as the Health State Administration (SESA) and the Human Rights Administration (SEDH).

The approach time corresponds to a previous period of the management of the Governor Casa Grande, through the first LGBT State Conference (t0), since 2008, with this conference being a milestone in the LGBTI movement in the Holy Spirit the preparation for the creation of SEDH and Spaces in SESA, and other organs until the creation of the second LGBT State Conference (T1), in 2011, and finally with SEDH and SESA together in the Paulo Hartung administration, until the 3rd LGBTI State Conference (T2). Process tracing allows a time approach of the performance of the LGBTI movement within its organizations in civil society, with the state interaction and institutional fittings that will coexist with the internal organization of the LGBTI movement and the state structure, presenting a case study over time. The objective then is precisely to understand how the LGBTI movement, within the Espírito Santo state mobilizes and interacts.

Key words: social movements; LGBT Political effects of movements; Fittings

LISTA DE SIGLAS

ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis

ACARD – Associação Capixaba de Redução de Danos

AGES – Associação de Gays do Espírito Santo

AIDS – Acquired Immunodeficiency Syndrome

ALAH - Associação Linharensense de Apoio a Homossexualidade

ALES – Assembleia Legislativa do Espírito Santo

ASTRAES – Associação de Travestis e Transgêneros do Espírito Santo

CA – Centro Acadêmico

CS – Convergência Socialista

CIEx – Centro de Informações do Exército

CORES – Consciência, Orgulho e Respeito no Espírito Santo

DCE – Diretório Central de Estudantes

DPE – Defensoria Pública Estadual

DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis

EBHO – Encontro Brasileiro de Grupos Homossexuais Organizados

EGHO – Encontro de Grupos Homossexuais Organizados

EBLHO – Encontro Brasileiro de grupos Lésbicos Homossexuais Organizados

EBGL – Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas

EBGLT – Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis

GALF – Grupo de Ação Lésbico

GEPS – Grupo de Estudo e Pesquisa em Sexualidades

GLT – Gays, Lésbicas e Travestis

GGB – Grupo Gay da Bahia

GLBT – Gays, Lésbicas, Bissexuais e Travestis

GOLD – Grupo Orgulho, Liberdade e Respeito

HIV – Human Imunne Deficiency Virus

ILGA – International Lesbian and Gay Association

INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis

LGBTI – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexuais

LGBTTT – Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

MGL – Movimento de Gays e Lésbicas

MHB – Movimento Homossexual Brasileiro

MPE – Ministério Público Estadual

NACHO – North American Conference of Homofiliac Organizations

ONG – Organização Não-Governamental

PNCDH-LGBT – Plano Nacional de Promoção a Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

PMV – Prefeitura Municipal de Vitória

PSC – Prestação de Serviço Comunitário

SEDU – Secretaria Estadual de Educação

SEDH – Secretaria Estadual de Direitos Humanos

SEDH – Secretaria Especial de Direitos Humanos

SESA – Secretaria da Saúde do Estado do Espírito Santo

SESP – Secretaria Estadual de Segurança Pública

SECULT – Secretaria Estadual da Cultura

subDH – Subsecretaria Estadual de Direitos Humanos

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1	Entrevistados e suas características.	15
Tabela 2	Padrão de normatividade hierárquica de Fry.	39
Gráfico 1	Composição do movimento LGBTI.	19
Gráfico 2	Resposta distribuída para a pergunta. 3.2 “Na sua opinião, quais são as principais demandas, ou áreas de atuação, do movimento LGBTI no Espírito Santo? Quais são os assuntos de maior emergência?”	64
Figura 1	Cartaz espalhado em 29/07/2007, um dia antes da parada gay	66
Gráfico 3	Pergunta 2.8 Pensando no Espírito Santo, quais são os grupos/ associações/ coletivos mais importantes para o movimento LGBTI no Estado?	68
Gráfico 4	Rede de apoiadores do movimento LGBTI	73
Figura 2	Organograma da SEDH ES	28
Gráfico 5	Assassinato por Estado	88
Gráfico 6	Process Tracing t0-t1	104
Gráfico 7	Process Tracing t1-t2	106
Gráfico 8	Process Tracing t2.	108

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Apresentação e Justificativa	12
Exposição dos Capítulos	16
CAPÍTULO 1 - MOVIMENTOS SOCIAIS E SUAS ABORDAGENS TEÓRICAS	18
1.1. Definições e Abordagens	18
1.1.1. Paradigmas Estadunidenses: Teoria da Mobilização de recursos e Teoria do Processo Político	20
1.1.2. Paradigma Europeu: Teoria dos Novos Movimentos Sociais	20
1.2. Impacto, Encaixes e Efeitos Políticos dos Movimentos Sociais	25
1.3. Capacidade Estatal	31
CAPÍTULO 2 - O MOVIMENTO LGBTI	33
2.1. A formação do Movimento LGBTI: o movimento gay e sua sopa de letrinhas	33
2.2. <i>Stonewall</i> e o a origem da parada <i>gay</i>	36
2.3. As origens LGBTI no Brasil: O homem e a bicha	38
2.4. Saindo do gueto: A imprensa <i>Gay</i> e o Lâmpião da Esquina	40
2.5. A “Primeira Onda”: O SOMOS e os primeiros encontros nacionais.	42
2.6. Desmobilização do movimento	44
2.6.1. O racha do SOMOS e o encerramento do Lâmpião	44
2.6.2. O fim do SOMOS	46
2.7. Um mapa de movimentos antes da “segunda onda” e a chegada da AIDS	47
2.8. A “segunda onda” e as organizações pós-redemocratização	49
2.9. Crescimento das Conferências e a criação de uma entidade de representação	50
2.10. Um novo horizonte de relações estatais, formações e de conflitos	51
CAPÍTULO 3 - O Movimento LGBTI no Espírito Santo	55
3.1. A Terceira “onda” no movimento LGBTI	55
3.2. Enquadramento Interpretativo sobre a questão LGBTI	59
3.3. Rede de Relações Sociais do Movimento LGBTI no Espírito Santo	61
3.4. Os Trans e o Movimento LGBTI no ES	62
3.5. O Partidarismo no Movimento LGBTI no Espírito Santo	68
3.6. Redes de Apoiadores e Repertórios de Ação Coletiva	71
3.7. Repertórios de Ação Coletiva	74
CAPÍTULO 4 – Interação do movimento LGBTI com o Estado do Espírito Santo	78
4.1. Criação da SEDH e as Conferências Estaduais: Formação do tripé da cidadania LGBT	78
4.2. Encaixes e acessos ao Estado – Secretaria de Saúde	83

4.3	A Política da Secretaria de Segurança dentro do movimento LGBTI no Espírito Santo	87
4.4	Atuação na Secretaria da Educação dentro do movimento LGBTI no Espírito Santo	90
4.5	Acesso a rede de apoiadores e aliados	90
4.6	Abordagem analítica	98
4.7	Análise do Movimento com o uso do Process Tracing	100
4.8	Interações Socio-Estatais no Campo LGBTI.....	101
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA		112
DOCUMENTOS		115
ANEXO I – ROTEIRO DE ENTREVISTAS		118

INTRODUÇÃO

Apresentação e Justificativa

Esta investigação centrou-se na observação descritiva e interpretativa do Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intersexos (LGBTI) no estado do Espírito Santo, delimitando a sua abordagem dentro do que é o movimento nos estudos de movimentos sociais, apoiando-se em uma proposta dedutiva quanto ao conhecimento da relação dos componentes do movimento LGBTI dentro do Estado do Espírito Santo. O objeto central desta pesquisa é apresentar a interação do movimento LGBTI e o Estado no Espírito Santo. De forma específica, pretendo realizar uma análise descritiva da interação do Movimento LGBTI e Estado na política pública de forma a entender como atua o Movimento LGBTI para influenciar o Estado no desenvolvimento de políticas públicas, incluindo-se nesta perspectiva os atuais repertórios de ação e interação do Movimento LGBTI no Estado do Espírito Santo, as formas de organização de seus grupos e componentes e a capacidade de permeabilidade do Estado das demandas destes grupos na política setorial. Esta pesquisa visa contribuir para o entendimento das oportunidades e interações existentes dentro da relação do Movimento LGBTI junto a esfera estadual, através de suas agências estatais como a Secretaria Estadual de Saúde (SESA) e a Coordenações de Políticas para a Diversidade Sexual e Gênero da Secretaria Estadual de Direitos Humanos (SEDH).

É importante enfatizar que esta análise procura desenvolver uma correlação do movimento como parte de uma rede de influências sobre a agenda pública. Para apresentar esta relação entre os componentes que formam o movimento e o Estado, será necessário apresentar variáveis iniciais que possam definir os dados qualitativos necessários em um processo temporal. Estas variáveis devem ser correlacionadas tanto com o movimento LGBTI quanto ao Estado, e esta busca é uma das maiores dificuldades dentro de uma pesquisa com o tema LGBTI, face ao recente crescimento de associações formadas pelo movimento que ainda não possuem um caráter organizacional estruturado, agindo frequentemente através de influência de seus simpatizantes, dentro da sua rede de contatos. Outra dificuldade é relativa aos conflitos que os componentes do movimento acabam proporcionando, principalmente no que tange ao seu objeto, que nem sempre está atrelado ao movimento, mas é um fruto da dinâmica social que por vezes é excludente e considerado irrelevante pelo Estado e sociedade, apesar de haver enormes avanços na literatura. Desta forma, apesar de ser uma pesquisa indutiva, a ela caberá somente verificar a formação e relações dos movimentos.

Assim, a abordagem analítica que será utilizada vai apresentar inicialmente um marco teórico sobre a construção das teorias de Movimentos Sociais, visando principalmente apresentar a relação entre movimento social e Estado. Para tal noção, será abordado uma linha teórica na qual demonstre uma linha evolutiva nas abordagens de Movimentos Sociais, desde a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) e a Teoria do Processo Político (TPP), dentro do paradigma norte-americano, até a Teoria dos Novos movimentos Sociais (TNM) dentro do paradigma europeu, além do enfoque de *Contentious Politics*. A intenção é apresentar as diversas análises do estudo sobre movimentos sociais de forma a transitar da abordagem de formação dos movimentos para a atuação destes para definir políticas com seus *targets*.

Dentro deste escopo sobre Movimentos Sociais, irei abordar os impactos, encaixes e efeitos dos movimentos. Esta análise contém a abordagem de Amenta (2010) sobre as teorias dos Movimentos Sociais, iniciando com o que significa influência para *challengers*¹ que são orientados para mudança política e se os movimentos estão sendo influenciáveis no geral. Também usarei as ideias de bens coletivos e novos benefícios, advindos da sociologia política, sendo estes bens coletivos resultado de um foco intermediário das ações coletivas aonde benefícios continuam a fluir de Estados para grupos até que se tenha um limite. Para avaliar este impacto, *challengers* dividem o processo de criação legal que tenham benefícios coletivos em (a) formação de agenda, (b) conteúdo legislativo, (c) passagem e (d) implementação da política. Estados democráticos geralmente reconhecem os *challengers* e as conexões podem ser diretas e rígidas se há formação partidária deste movimento. A questão é entender o quanto o movimento importa politicamente, porque esta é uma das chaves de estudo para movimentos sociais.

Os efeitos políticos do movimento LGBT na política pública de direitos humanos é plenamente conhecido para alguns e desconhecidos para outros dentro do movimento LGBTI. Isso porque por vezes esses efeitos não são vistos como resultantes de uma interação entre o movimento e o Estado, mas sim como fruto de relações interpessoais ou ainda, como de iniciativa estatal, como se o Estado possuísse um interesse em criar políticas quanto a diversidade sexual de forma a manter um eleitorado fiel. Portanto é necessário estudar as interações do Movimento LGBTI com o Estado de forma a responder como estas políticas surgem, se são derivadas do movimento, ou se são direcionadas pelo

¹ O termo *challenger* se refere àquele que advoga um objetivo em nome de alguém. O termo é caracterizado na obra *Contentious Politics* de Tilly e Tarrow (2007). As traduções definem o termo como desafiadores, contenciosos, entre outros, porém neste trabalho será mantido o termo em inglês de forma a manter seu entendimento original.

Estado, ou ainda se há uma correlação entre eles e em qual grau, porque o movimento LGBTI é de severa importância na agenda de diversidade sexual. Como o movimento é percebido dentro da agenda estatal, e quais são as adaptações que o Estado deve desenvolver para abraçar ou empregar estas políticas de diversidade. Ou seja, estudar o movimento *per se* não responde a pergunta como o movimento consegue produzir política pública mesmo com tantos conflitos internos, ou a sua relação conflituosa com a esfera pública, ainda que seja parte desta resposta, mas sim estudar a relação entre os componentes do movimento LGBTI, criando relações e mobilizando-se de forma a permeabilizar o Estado. Assim é pertinente verificar como o movimento consegue aproveitar os recursos. Neste âmbito será demonstrado o sistema de interação dos componentes do Movimento LGBTI com o Estado no Espírito Santo, através da SEDH e da SESA como parte da burocracia estatal e o movimento LGBTI que atua junto ao Estado em defesa de demandas de diversidade sexual oriundas da sociedade civil desde 2011.

Metodologia e desenho de pesquisa

Os estudiosos dos efeitos dos movimentos sociais partiram da hipótese inicial segundo a qual seu impacto político é explicado pelos mesmos elementos que cercam a mobilização (Carlos, Dowbor e Albuquerque, 2017; Tatagiba e Teixeira, 2016). Em outras palavras, ao verificar sob quais condições os movimentos importam para mudanças no meio político, a habilidade de mobilizar diferentes tipos de recursos seria a chave para o impacto dos movimentos. Para explicar este impacto, os analistas apontam para propostas metodológicas sobre a influência gerada por mobilização ou ação coletiva. Para fazer um modelo convincente, seria necessária uma abordagem com modelo de séries de tempo, e demonstrar que *challengers* mudaram os planos e agendas de líderes políticos, o contexto das propostas ou até a velocidade de implementação de políticas conforme o ambiente em que se encontram. Tais dados podem apresentar a capacidade do Movimento LGBTI de provocar mudanças que sem eles não aconteceriam, em campanhas de ação coletiva de forma a justificar a apresentação de caminhos não-convencionais, mas com resultados substancialmente interessantes. (Amenta et al., 2010)

Desta forma este estudo investigará de forma criteriosa o Movimento LGBTI no Estado do Espírito Santo e sua influência na agenda política pública estadual, em particular na Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual e Gênero da Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH) do estado do Espírito Santo e na Secretaria Estadual de Saúde (SESA) de forma a entender **como o movimento se organiza e influencia a agenda de diversidade sexual** no Estado do Espírito Santo. Nesta análise será considerada a sua

forma de organização e de interação com o Estado, como variável independente na explicação dos efeitos do movimento na política. Para isso, será necessário apresentar as variáveis da pesquisa e seu tratamento através de instrumentos quantitativos e qualitativos a fim de determinar, em um processo temporal, como se organiza e se mobiliza o Movimento LGBTI no Espírito Santo. Neste estudo será analisado as organizações e movimentos que atuam na causa LGBTI, coletando dados através de análise documental e entrevista semiestruturada. O que desejo é realizar um estudo do Movimento LGBTI no Espírito Santo com um olhar de sua organização interna, e como este, dentro da unidade de movimento social, consegue interagir com o Estado.

Para entender estas atuações foram realizadas nove entrevistas semiestruturadas (modelo em anexo) com ativistas chaves que foram e ainda compõe o Movimento LGBTI no Espírito Santo. Estes ativistas puderam não somente apresentar um olhar institucional, mas também uma série de informações que compõem as relações internas do movimento. Na tabela abaixo, eu apresento os colaboradores desta pesquisa. Para preservação destes, foi omitido o gênero (para que não se considerasse um fator para a parcialidade e julgamento dos depoimentos, nem como fonte de reconhecimento), também omiti as organizações as quais os entrevistados pertencem, ou pertenceram, como forma de protegê-los do ambiente conflituoso do movimento LGBTI. O roteiro de entrevista se encontram no anexo I, ao final deste trabalho, com todas as perguntas realizadas.

Entrevistados	Idade	Local de Atuação	Escolaridade
Entrevistado nº1	42	Movimento Direitos Humanos	Pós-Graduação
Entrevistado nº2	42	Servidor público Estadual	Superior
Entrevistado nº3	30	Movimento LGBTI	Superior
Entrevistado nº4	38	Movimento LGBTI	Ensino Médio
Entrevistado nº5	27	Movimento LGBTI	Ensino Técnico
Entrevistado nº6	28	Movimento LGBTI	Ensino Médio
Entrevistado nº7	22	Movimento LGBTI	Ensino Técnico
Entrevistado nº8	31	Ex Servidor Público Estadual	Mestrado
Entrevistado nº9	43	Servidor Federal	Mestrado

Tabela 1. Entrevistados e suas características. Fonte: Elaboração própria

Em termos de análise documental, foram verificados diários oficiais, atas de congressos, legislações, documentos, artigos, livros, pesquisas e principalmente registros de atuações do LGBTI juntamente com a política estadual no Espírito Santo. O acervo foi, em parte fornecido por entrevistados, através de documentos aonde pude verificar a fonte legal dos tratados (o uso dos documentos internos de caráter circular não foram autorizados a serem utilizados), bem como o maior website com coleções documentais no campo de direitos humanos e movimento LGBTI, o RCDH Espírito Santo. Também verificamos conjuntos de

documentos no setor de direitos humanos. Todas as fontes se encontram na sessão bibliográfica e documental deste trabalho.

O primeiro conjunto de variáveis consiste em (1) variável independente: A capacidade de incidência do movimento depende do repertório de interação. Desta forma, a intenção desta perspectiva é compatível com a problemática que busco junto com as organizações e grupos do Movimento LGBTI, seu nível de interação com a sociedade e o Estado, sua organização e estrutura, seus repertórios, as ações estatais e as ações civis que representam a forma organizacional do Movimento LGBTI. Esta variável é crucial para o entendimento da forma organizacional do movimento, principalmente com relação a forma em que o movimento se manifesta na sociedade civil. É importante frisar que buscamos aqui o olhar da interação destes grupos junto ao Estado.

A segunda (2) variável é a dependente: os efeitos políticos desta interação, ou seja, as ações que estimularam o Estado a definir o surgimento de espaços institucionais na SEDH e na SESA com políticas públicas advindas para o Movimento LGBTI. Nesta abordagem pretendo entender como as interações com o Estado acabaram por criar políticas públicas que são resultantes destas interações, e se estas advém realmente através do movimento, ou se são criadas por iniciativa estatal como uma forma de autonomia de sua ação. Assim pretendo levantar através de um *process tracing* a performance de mobilização do movimento, bem como a criação da SEDH, juntamente com a Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual e Gênero.

O recorte temporal da pesquisa corresponde um período anterior da gestão do governador Casagrande, através do 1ª Conferência Estadual LGBT (t0), desde 2008, sendo esta conferência um marco no movimento LGBTI no Espírito Santo, a preparação para a criação da SEDH e espaços institucionais na SESA, e outros órgãos até a criação da 2ª Conferência Estadual LGBT (t1), em 2011, e finalmente com a SEDH e SESA juntamente, na administração Paulo Hartung, até a 3ª Conferência Estadual LGBTI (t2). O *process tracing* permite que seja verificado, através do tempo, uma apresentação de atuação do Movimento LGBTI, dentro de suas organizações na sociedade civil, interagindo com o Estado e os encaixes institucionais que vão existir ou serem criados em face da organização interna do movimento LGBTI e a estrutura estatal, apresentando um estudo de caso ao longo do tempo. O objetivo então é justamente entender como o Movimento LGBTI, dentro do Estado do Espírito Santo, se mobiliza e interage na produção da política setorial.

Exposição dos Capítulos

Assim sendo a revisão da literatura será definida no primeiro capítulo, nesta arena será apresentado a literatura pertinente aos movimentos sociais no que tange à sua forma de construção teórica, bem como a temporalidade desta construção, iniciando pela Teoria da Desmobilização Política, passando pela Teoria da Mobilização de Recursos e a Teoria do Processo Político, juntamente com a Teoria dos Novos Movimentos Sociais. A apresentação desta evolução é de extrema importância para entender a composição dos estudos de movimentos sociais frente aos estudos de *Contentious Politics*. Tal construção será complementada apresentando-se literaturas que relatam os impactos, encaixes e efeitos dos movimentos no Estado, inserindo o contexto da formação dos movimentos dentro da Teoria do Confronto e Participação Política, abordada por McAdam, Tilly e Tarrow. Busca-se assim contextualizar quais literaturas se baseiam nesta abordagem com destaque a compreensão de movimentos sociais como redes informais de atores e organizações com identidades políticas compartilhadas e construídas no intuito de expressar demandas, influenciar agendas políticas e reorientar o padrão social dominante.

No segundo capítulo, é ampliado a discussão revelando o desenvolvimento do movimento LGBT nacionalmente. As lutas e organizações prévias e as ações coordenadas que deram início ao que chamamos hoje de Movimento LGBTI, principalmente no que tange ao debate sobre quais fatores estimulam os repertórios nacionalmente e como estes acabam por influenciar a estrutura Estadual, no que tange a formação de grupos de ação no movimento LGBTI no Espírito Santo. No terceiro capítulo, inicio a análise das organizações LGBTI no Espírito Santo, a partir de seus dados qualitativos que se encontram em forma de relatórios, atas, reuniões e relatos históricos, de forma a apresentar as formas de atuação presente, categorizando políticas e atuações que serão usadas de forma a se interagir com a estrutura burocrática do Estado do Espírito Santo, e como estes reivindicaram espaços de atuação na SEDH e espaços na SESA. No quarto capítulo, busco verificar as políticas e ações resultantes dentro da Esfera Estadual que são advindas destes dois espaços institucionais e como o movimento LGBTI reage a estas políticas no Espírito Santo de forma a entender a atuação do movimento LGBTI no Espírito Santo.

CAPÍTULO 1 - MOVIMENTOS SOCIAIS E SUAS ABORDAGENS TEÓRICAS

1.1. Definições e Abordagens

A 'sociedade' tem sido compreendida desde que nos conhecemos como seres humanos, e passamos a viver em grupos e comunidades. O entendimento do ser coletivo sobre o individual como forma de controle social é um marco em nossa convivência como seres humanos. Entretanto, como explicar o que se passa em uma sociedade a qual formações de grupos, com interesses próprios (ou alheios), aliados as suas concepções ideológicas, advogam algo em nome de outrem? Podemos visualizar tal situação na história da humanidade? A resposta para a segunda pergunta é sim, mas a explicação da primeira pergunta requer uma amplitude de conhecimento sobre a formação de grupos que, em causa própria, ou alheia, usam a sua própria formação para atingir seus objetivos. Estes grupos são os movimentos sociais. Os movimentos sociais são esforços persistentes e intencionais para promover ou obstruir mudanças jurídicas e sociais (Jasper, 2016, p.23). Dentro desta fronteira conceitual e ampla, pode-se abordar inúmeras formas de se aplicar este conceito a diferentes grupos de protesto, mobilização, ou formação de grupos de interesse, investigando-se desde a sua formação, ou o porquê que estes surgem, até a sua desmobilização, ou porque eles acabam.

Entretanto, o estudo dos movimentos sociais, com a evolução de suas abordagens, passou a não somente envolver não somente os movimentos em questão, mas também aos resultados de suas dinâmicas, suas formações e transformações quando em contato com os seus *targets*. Carlos (2015), utilizando-se do conceito de Diani (2003), relata que o movimento social é definido “como coletividades formadas por uma pluralidade de atores sociais, individuais e organizacionais ligados em modelos de interação, com base em identidades compartilhadas construídas mediante relações de conflito e cooperação” (DIANI, 2003 apud CARLOS 2015, p. 84). Percebe-se então que quando falamos de “modelos de interação”, já apresentamos aqui que os movimentos sociais não somente se formam, mas se interagem, e se comportam mediante ao seu ambiente, seus atores, e seus valores. Assim o surgimento de movimentos sociais trouxe ao mundo formas e diretrizes de se tornar público o uso do confronto político, com suas formas de protesto, mobilização e repertórios, para fazer frente às elites, autoridades e opositores (TARROW, 1998, p.18). Mas a alusão de que movimentos sociais trouxeram, para a sociedade, uma cultura de visão de grupos unificados, mobilizados, organizados e com um objetivo único ainda é persistente. O

elemento cultural do movimento não somente alimenta as expectativas de valores como também os prospectos de alinhamento desses valores, mas seria errôneo expressar que existe um padrão singular de alinhamento. Cada Movimento Social possui diversos temas e formas de debates dentro de sua própria arena. A variação de perspectiva sobre o tema reflete não somente suas várias faces, mas também um histórico evolutivo, sobre o qual diferentes abordagens trouxeram uma legitimidade ao campo. Dentro das possíveis abordagens de movimentos sociais, muito se fala da complexa relação entre os Movimentos Sociais e o Estado, e neste amplo debate existem várias perguntas das quais uma variedade de causalidades, explicações e motivações são utilizadas para ser apresentadas como resposta. Enquanto é inegável o fato de que Movimentos Sociais são fundamentais para provocar mudanças, ainda se debate como estas acontecem, e como o Estado se porta mediante a estas, e os olhares teóricos perduram sobre várias perspectivas nesta relação.

No período inicial de estudo sobre os movimentos sociais, a sociologia explicava que a cultura deu origem a uma das vertentes iniciais de estudos dos movimentos sociais: a teoria da desmobilização política (ALONSO, 2009). Esta teoria justificava a correlação entre a estrutura da personalidade e a estrutura da sociedade, justificada pela evolução narcisista da sociedade que havia dado as costas para a política, por motivos de descontentamento estimulado pelo capitalismo. Ou seja, as formas de protestos eram vistas como manifestações temporárias coletivas de irracionalidades, com explicações psicossociais, baseando-se em emoções coletivas, e ressoando o contexto de avanço dos regimes totalitários. Tarrow (1998) constata que estas explicações são falhas ao não abordar as motivações que levam aos riscos dos envolvidos nas ações coletivas, o que seria considerado por “interesse”. Apesar de ser uma categoria objetiva, o interesse comum é o que gera o potencial nos participantes dos movimentos sociais em se mobilizar. (TARROW, 1998, p.22). A partir dos anos 1960, surgem as primeiras mobilizações em massa, tanto na Europa, berço de regimes totalitários, quanto nos Estados Unidos, aonde as sociedades de massa estavam acostumadas a se reunirem em movimentos societários. Estas mobilizações eram peculiares pois abordavam grupos que na sociedade da época encontravam-se marginalizados, como raça, gênero e estilos de vida. Estas demandas pós-materiais surgem como “movimentos”, no sentido de ações coordenadas, demandando mudanças nos padrões sociais sem que estas alterassem o padrão político vigente, pautando-se em cultura e sociabilidade, e não em classe, caracterizando-se por “Movimentos Sociais”. A partir da queda das teorias da desmobilização surgem três vertentes que irão procurar definir estes novos movimentos: A Teoria do Processo Político e a Teoria da Mobilização de Recursos

dentro da escola Estadunidense, e a Teoria dos Novos Movimento Sociais dentro da escola Europeia.

1.1.1. Paradigmas Estadunidenses: Teoria da Mobilização de recursos e Teoria do Processo Político

A teoria da Mobilização de Recursos visou entender a racionalidade dos Movimentos Sociais. Alonso (2009) explica que a TMR avalia os movimentos sociais igualando-os a um fenômeno social como outro qualquer, dotado das mesmas características que os partidos políticos, privilegiando a racionalidade e a organização e negando relevo às ideologias e valores nas conformações das mobilizações políticas. A racionalização da abordagem da TMR visava somente apresentar as normas, hierarquias internas e divisão de trabalho dentro dos movimentos, anexando o coeficiente tempo dentro da razoabilidade organizacional. Ou seja, os movimentos somente durariam se estes fossem capazes de se organizarem e se mantiverem organizacionalmente estruturados, compondo uma “Indústria do Movimentos Social” (ALONSO, 2009, p. 52). Carlos (2016) relata que a abordagem da TMR recebeu críticas de Tarrow, que a acusou de inadequada para compreender os movimentos sociais e seus problemas. Isso porque Tarrow reconheceu o caráter “social” do movimento, mantendo a premissa de racionalidade e substituindo a centralidade dada à mobilização de recursos econômicos e organizacionais pela dimensão política e cultural do movimento, mostrando que a solução do problema gerado pela TMR era o uso pela ação coletiva das oportunidades políticas que criam incentivos externos ao movimento.

Assim a TMR se deslocou para a Teoria do Processo Político (TPP). Carlos (2016) aborda que a grande centralidade na Teoria do PP seria a relação entre a “estrutura de oportunidade” e a ação coletiva. Alonso (2009) aponta que o modelo de processo político se iniciou com a abordagem política-estruturalista aos movimentos, centralizando o *framing* estruturalista em torno do estudo de coalisões. Entretanto, a visão dicotômica entre a sociedade civil e o Estado impede o reconhecimento de certas relações que fogem ao estruturalismo. Ou seja, esta perspectiva conseguiu apresentar as condições político-institucionais de surgimento e êxito do movimento, mas acabou por enublar as interações que estabelecem coletividades e instituições. (CARLOS, 2016, p44)

1.1.2. Paradigma Europeu: Teoria dos Novos Movimentos Sociais

A Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) se alicerça em uma mudança cultural. Tanto a TPP quanto a TNMS irão usar um enquadramento macro histórico do fenômeno

social contra explicações deterministas e economicistas da ação coletiva e contra a ideia de um sujeito histórico universal (ALONSO, 2009), combinando política e cultura na explicação dos movimentos sociais. Entretanto, Carlos (2015) explica que tanto a TPP quanto a TNMS implicam em uma separação rígida entre sociedade civil e o Estado o que prejudica a análise de suas formas de interdependência e influência recíproca, dizendo pouco sobre a diversidade das interações dos movimentos com os governos, agências estatais, partidos políticos ou outros atores políticos-institucionais, assim como da natureza destas inter-relações e de seus efeitos para os atores societários e institucionais (CARLOS, 2015, p. 16). Assim a contribuição central do paradigma europeu dos movimentos sociais está na ênfase à dimensão cultural da ação coletiva, ao processo de constituição de novas subjetividades e de novas identidades, bem como o realce da novidade dos movimentos contemporâneos. Silva (2010) especifica que os estudos da TNMS conferem grande centralidade a identidades como conceito-chave para análise dos movimentos sociais, entretanto demonstram fragilidade ao apresentar um modelo analítico sobre os processos de identificação subjacentes as ações coletivas.

A TNMS também é conhecida pela presença de uma abordagem marxista-estrutural, cujo o foco é explorar os efeitos dos movimentos sociais na geração de mudanças sociais e política em nível macro. Autores como Habermas, Melucci e Touraine compartilham desse quadro que privilegia esta abordagem, mas que acreditam que a dominação social não advém por intermédio do controle dos meios infra estruturais de produção, tal como no modelo marxista, mas pelo controle simbólico da vida (SOUZA, 2013). Este reducionismo marxista foi deslocado com o objetivo de favorecer uma abordagem teórica que desse privilégios a significados e as identidades do movimento social. Assim, sob esta perspectiva, os movimentos são constructos sociais, cuja a ação coletiva se estabelece mediante a interação de objetivos, recursos, e obstáculos, em um sistema de oportunidades e coerções. Nessa vertente, a luta social envolve a construção de novas identidades, culturas, linguagens e hábitos (CARLOS, 2015).

1.1.3. *Contentious Politics*

Para entender a inserção dos estudos de *contentious politics* ou política de confronto nos estudos de movimentos sociais, Jasper aborda o período anterior à criação² destes estudos, relatando que o grande paradigma na pesquisa dos movimentos sociais americanos foi a mobilização de recursos e posteriormente tornou-se a teoria do processo político. Estas

² Relativo ao paradigma após os movimentos sociais advindos daqueles destacados nos anos 1960 e 1970, como o *civil rights movement*.

arenas dominaram as pesquisas dos movimentos sociais no fim dos anos 1970 até a década de 1990, nas quais a perspectiva estrutural e organizacional poderosa trouxeram resposta particularmente aos movimentos dos oprimidos, como eram os movimentos de luta por trabalho e os direitos civis, buscando a plena inclusão e "direitos de cidadania", renascendo o próprio movimento e desfrutando de renascimento de outras áreas das ciências sociais. Entretanto era necessário que se iniciasse um processo de análise repensando o paradigma do processo político por uma perspectiva mais dinâmica e cultural. Assim, no fim dos anos 1990, McAdam, Tilly e Tarrow (2001) desenvolveram o livro *Dynamics of Contentious*. Esta nova abordagem enfatizava a gênese do movimento social na política relativamente aberta dos Estados Unidos na década de 1960 e a centralização desproporcional sobre as origens das lutas em vez de para a sua fase final. Com este foco em pequenas conquistas, eles admitiram que as oportunidades e ameaças devem ser reconhecidas como tal pelos manifestantes, admitindo que estes podem produzir suas próprias oportunidades. Melhor ainda, os autores prometeram uma abordagem através de "mecanismos" para chegar a uma explicação. Os autores apresentaram esta ideia como uma alternativa para a teoria geral.

Primeiramente, o termo *contentious politics* aborda uma relação de perspectivas de confrontos, dos quais relaciona atores que fazem demandas em favor de alguém ou algo que, de uma forma coordenada inventaram novas formas, forjaram alianças, aproveitaram de infraestruturas institucionais e extra institucionais e se engajaram em um ambiente conflituoso. Esta iniciativa de coordenação para uma política de confrontos pode advir do governo, dos grupos ou de outros setores, e estes também podem ser o alvo destas demandas. Políticas de Confrontos se resume em fazer demandas em interesse de alguém. Neste contexto, McAdam, Tilly e Tarrow (2001) assumem que existem três características sociais envolvidas: Conflitos, ação coletiva e políticas. Vejamos.

A característica dos *conflitos* envolve fazer demandas que se apoiam em interesses de outros, o que pode variar de pequenas ações até o conflito direto. Tais demandas sempre envolvem pelo menos um sujeito buscando visibilidade a um objeto. Já a *ação coletiva* significa coordenar esforços em prol de interesses em conjunto, ou interesses coletivos. Mas a maioria das ações coletivas não envolve necessariamente conflitos, sendo assim vão se encontrar fora do escopo das políticas de confronto. Já a característica das *políticas* aponta para o envolvimento com agentes governamentais, lidando diretamente, ou engajando em atividades que se apoiam em direitos governamentais. Estes também se encontram, em sua maioria, fora da política de confrontos. Esta relação pode ser simplificada pelo simples ato

de protocolar um formulário ou petição de forma a interagir com órgãos governamentais. Neste caso, a presença ou ausência do governo gera três motivos que diferenciam o conflito entre Estado e atores dos outros conflitos: Primeiro, pessoas que controlam o governo possuem vantagens que outros não possuem. Isso significa que conflitar com o governo significa perda de privilégios, ou completo bloqueio a eles. Segundo, governos sempre regula conflitos, ou seja, mesmo que esta balança de poder penda mais para o Estado, este ainda tem o poder de influenciar em mobilizações e suas formas, além de controlar que produzirá esta demanda. E terceiro, governos possuem meios coercitivos (prisões, exércitos, polícias, entre outros), ou seja, o conflito violento é sempre uma possibilidade, depende da interação de como os atores irão ter com os mesmos.

No entanto, Tilly e Tarrow na obra posterior *Contention Politics* (2007) fazem certas clarificações que consideram importantes. A primeira delas é o envolvimento de atores governamentais. É explícita a preocupação dos autores em enfatizar que política de confrontos pode ter atores governamentais tanto entre os *challengers* (quem inicia a demanda) quanto como *target* (alvo de demandas). Mas que isto não significa que o processo obrigatoriamente vai envolver o governo como ator ou como alvo. E o fato de os autores mencionarem a presença governamental, isto não implica que o governo estará sempre compondo esta interação como alvo, ao contrário, conforme os autores, especifica atores em disputa contra detentores não-governamentais de poder político, religioso, econômico, étnico, entre outros. Os autores também enfatizam que a maioria das ações assim como aquela em política de confrontos também acontece em uma arena não-política, essa na verdade é a grande distinção entre a ação coletiva e conflitos de política. Algumas formas de conflitos visam primariamente uma mudança interna, como a inserção ou reconhecimento de valores, no entanto, o foco maior desta obra é baseada nas três características sociais citadas acima (conflito, política e ação coletiva), por serem propriamente distintas e produzirem consequências que podem ser potencialmente perigosas. Portanto, a política de confrontos pode ser contextualizada através da imagem representada pelos autores como a conjunção entre estes três elementos sociais.

Para Tilly (2010), a integração do movimento se faz através do VUNC (valor, unidade, números e comprometimento). Ele especifica que o termo pode parecer estranho, mas assume a forma de *slogans*, ou rótulos que empregam estas quatro características. O uso de VUNC acaba por questionar a legitimidade de certos movimentos, e eis o ponto crítico, o uso de valores implica adoção do que é valoroso para sociedade, o que muitas vezes permeia como anti-valoroso ao movimento. No movimento LGBT por exemplo, a parada gay pode ser vista como um repertório no qual incluirá valores legais de equivalência, mas por

vezes rompem a barreira do “valor social” por justamente exigir a liberdade de união dentre pessoas do mesmo sexo. Para isso, Tilly explicita que os pioneiros dos movimentos sociais adaptaram, ampliaram e conectaram os mesmos movimentos, criando uma combinação de repertórios. Ou seja, o Valor, no qual implica um comportamento sóbrio, presença de clérigos e dignitários, está junto com a unidade, a qual implica bandeiras canções, cores, símbolos; números que inclui contagem de participantes, capacidade de encher as ruas e principalmente comprometimento, que visa a inclusão daqueles que não são valorados, e também daqueles que são símbolos de maior valor, como idosos, políticos, que estejam dispostos a enfrentar barreiras sociais ostensivas. Tilly também procura classificar os movimentos sociais de forma clara, especificando que o termo “movimento social” acabou por adquirir nuances atraentes pelo mundo, e que frequentemente este é confundido com episódios de ação popular, mesmo que ainda, envolvendo ou não a noção de campanha e de VUNC. Ele subdivide esta clarificação em três componentes: movimentos sociais são frequentemente confundidos com qualquer movimento popular relevante; os analistas confundem a ação coletiva de um movimento com as organizações e redes que apoiam a ação, ou até mesmo consideram as organizações e redes como aquilo que constitui o movimento; e por muitas vezes os analistas tratam “o movimento” como um ator unitário singular, obscurecendo as incessantes manobras e realinhamentos que ocorrem dentro dos movimentos sociais e a interação entre os ativistas, componentes, alvos, aliados, rivais, etc. Entretanto, para Tilly, estas confusões causam pouco dano ao movimento social e inclusive pode ajudar no recrutamento, mas acabam por prejudicar imensamente o que se conceitua por movimentos sociais. Para o autor, a classificação de Movimentos Sociais é sobretudo uma maneira de fazer política, que começou a tomar forma no sec. XVIII em países do ocidente, com um conjunto duráveis de elementos dos quais se identificam como campanhas de reivindicações coletivas dirigidas a autoridades alvos (*target*); um conjunto de empreendimentos reivindicativos, incluindo associações com finalidades específicas, reuniões públicas declarações à imprensa e demonstrações; e representação públicas de VUNC (Valor, Unidade, Números e comprometimentos) referentes a causa. Este complexo historicamente específico é o que Tilly denomina como movimento social. (TILLY, 2010)

Desta forma, apesar de sua cooperação com os estudos de movimentos sociais, *contentious politics* percorre o seu próprio *framework*, com adoção de metodologias multidisciplinares que resultam em literaturas atreladas a pelo menos quatro disciplinas gerais: sociologia, história, ciência política e economia. É um processo contínuo, no qual, ao invés de se procurar a teoria, verifica-se a natureza e a dinâmica do confronto, desde as condições de ocorrência até o seu impacto no alvo, e transmutação/transmissão entre processos conflituosos. No artigo “*Comparative perspectives on contentious politics*”, McAdam, Tilly e

Tarrow (2007) demonstram a aplicabilidade de *contentious politics* em grande arena de pesquisas, estipulando que primeiramente houve um “retorno cultural” na saída deliberada da tradição estruturalista dominante, enquanto outros se mantiveram inspirados na tradição da escolha racional. Em segundo lugar, os autores atestam que mudanças no “mundo real” têm transformado muitos pesquisadores, fazendo-os ir além dos movimentos sociais reformistas que era base para os estudos de terrorismo, guerra civil e insurgências. Em terceiro lugar, baseado parcialmente na fragmentação do campo de estudo e das mudanças no mundo real, o uso de *contentious politics* tem sido aplicado para preencher um espaço distinto no campo de pesquisa. Sendo assim o objetivo principal dos autores é encorajar uma arena multidisciplinar nas diferentes formas de confrontos, que divide o campo de *contentious politics*. Assim sendo, os autores desenvolvem as características comuns de *contentious politics* aplicando-os de modo a apresentar uma evolução no campo de estudos, abordando três principais perspectivas. A primeira delas é a do modelo de processo político, a segunda é a perspectiva da escolha racional relacionado com a mobilização de recursos e a terceira abordagem é a construtivista no qual desenha o “comportamento coletivo”. Na perspectiva de escolha racional (*rational choice*), McAdam, Tilly e Tarrow abordam o uso do estudo de economia, aonde liderou uma visão racionalista a focar no micro fundamento da ação coletiva, e transformar específica formas de conflitos para gerar uma lei geral que pudesse cobrir todas as formas de ação coletiva baseada largamente no teorema central da utilidade marginal, aonde as demandas vão ser realizadas no que “deveria” ser realizado. Na sociologia, trata-se da escola do “comportamento coletivo” e na ciência política da produção da ação coletiva. Ou seja, na perspectiva da escolha racional, elementos cognitivos irão permear a ação coletiva.

1.2. Impacto, Encaixes e Efeitos Políticos dos Movimentos Sociais

Dentro dos estudos de movimentos sociais, pouco ainda se conhece sobre os impactos, encaixes e efeitos dos Movimentos dentro das organizações, sociedade civil e Estado. Isso se dá face ao número limitado de pesquisas que procuram entender a capacidade do Movimento de provocar mudanças, impactos e estímulos através das conexões e redes que possui, mediante ao extenso número de movimentos que percorrem diferentes formas de interação.

Neste caso, a abordagem de Amenta et al. (2005) é um exemplo claro na organização destes temas dentro dos estudos de movimentos sociais. No artigo “*The political consequences of social movements*”, o foco é demonstrar os vários padrões de pesquisa que procuram verificar as consequências políticas de movimentos sociais, bem como o foco

no impacto político dos movimentos em políticas já democratizadas em uma perspectiva histórica comparada. Neste artigo, é abordada uma série de problemas específicos das consequências políticas do movimento. Primeiramente, eles especificam o que significa influência para *challengers* que são orientados politicamente; se movimentos estão sendo influenciáveis no geral; as hipóteses de caminhos de influência para *challengers*, indo além do parâmetro determinado das mobilizações para direcionar abordagens políticas que confrontam aspectos específicos de atores políticos, estruturas e processos, e sua incorporação em argumentos multicausais. Desta forma, eles também vão demonstrar os problemas distintos da metodologia que surge na tentativa de fornecer suporte em afirmações teóricas sobre as consequências políticas dos movimentos.

Amenta explica que houve mudanças de foco dentro das pesquisas de movimentos sociais, passando do resultado para a causalidade do resultado, ampliando escopos e modificando definições sobre os tipos de sucesso, mesmo porque o processo do movimento de ação coletiva pode falhar e esta falha pode gerar consequências, verificando o processo de ação coletiva em termos de proteção e forma de ação que gera impacto mesmo em sua falha. Estas ideias de bens coletivos e novos benefícios advêm da sociologia política, sendo estes bens coletivos resultados de um foco intermediário das ações coletivas dos quais benefícios continuam a fluir de Estados para grupos até que se tenha um limite. Entretanto é uma relação delicada, estes movimentos podem ter um alvo, mas podem sofrer com outros derivados deste alvo, e para avaliar este impacto, *challengers* dividem o processo de criação legal que tenham benefícios coletivos em formação de agenda, conteúdo legislativo, passagem e implementação. Se *challengers* passam a usar a agenda política, há chances de ganhar mais benefícios coletivos. A proposta legal é outro caminho, influenciando legisladores. Estados democráticos geralmente reconhecem os *challengers*, e as conexões podem ser diretas e rígidas se há formação partidária deste movimento. A questão é entender o quanto o movimento importa politicamente, porque esta é uma das chaves de estudo para movimentos sociais.

A hipótese inicial sobre o impacto político era a mesma usada para explicar a mobilização quando verificamos quais condições o estudo de movimento importa no meio político, e em suma, estes argumentos que promovem a mobilização dos *challengers* também promoveriam a sua influência política. O argumento mais simples tem sido que a mobilização em si é propensa a ser influenciável, e acontece uma reviravolta para a escolha racional na solução do problema de ação coletiva. A habilidade de mobilizar diferentes tipos de recursos é a chave para o impacto dos movimentos, e mobilização de recursos por si já é um tipo de influência. Amenta explica os modelos de mediação política e o desenvolvimento

de diferentes formas de mediação política sobre consequências de movimentos sociais. De acordo com o modelo, em um sistema democrático se mobiliza um número relativamente largo de pessoas comprometidas e fornece demandas plausíveis que são necessários para que movimentos se tornem influenciáveis. Estes argumentos podem ser baseados em modelos de influência de ação/reação, entretanto, é mais comum que o argumento de mediação política espere que *challengers* alterne estratégias e formas de requerer contextos específicos de política, tal qual o nível de democratização da política, o regime imposto, o desenvolvimento da autoridade burocrática e outros. Se o regime possui uma política doméstica aberta à proposta e um sistema burocrático estabelecido, profissionalizado, então é capaz de se ter influência somente por mobilização, em contraste com um regime mais fechado e controlador, aonde será necessário o uso de ações coletivas.

Entender o impacto político dos movimentos requer entender o objetivo dos movimentos e sua capacidade de afetar o seu *Target*, e esta relação entre objetivo e impacto, como campos de interação, é um processo de intensa articulação. Skocpol (1992), por exemplo, em “*Protecting Soldiers and Mothers*”, procura usar um levantamento histórico para apresentar um debate sobre o *Welfare State* americano. Ela caracteriza uma visão estruturalista focando na política, sejam estas feitas por políticos ou grupos sociais, como ditos pelas configurações institucionais do governo e partidos políticos. Ela foca o *framework* em quatro tipos de processos: o estabelecimento e transformação do Estado e organização partidária no qual políticos procuram iniciativas políticas; os efeitos das instituições políticas e procedimentos das identidades, objetivos e capacidades de grupos sociais envolvidos na produção social de política; o “encaixe” entre os objetivos e capacidades de vários grupos ativamente políticos e os pontos de acesso políticos existente na história das instituições políticas e as formas pelas quais as políticas sociais estabelecidas afetam as políticas subsequentes (*path dependence*). Skocpol estipula que a perspectiva estruturalista leva a sério políticos e administradores como atores de seus próprios direitos, porém regulados ou permitidos pelas organizações políticas que as operam. Ao mesmo tempo em que os Estados são organizações das quais possuem meios de coerção e autoridade, este também são locais de ações autônomas. Ela propõe uma visão histórica apresentada de forma comparada entre os Estados autônomos, e principalmente a noção de construção burocrática e formação de grupos sociais exclusivos. Sua proposta é verificar como fatores políticos e sociais combinam no objetivo de afetar a identidade social e de grupos envolvidos na produção de políticas sociais. Nesse objetivo ela analisa como grupos de interesse, em perspectiva histórica, moldaram-se às instituições políticas, principalmente na organização das mulheres face as características fechadas do Estado, e seu papel em moldar as estruturas sociais das quais o Estado não tinha pleno alcance.

Assim sendo, a autora apresenta o que chama de “encaixe” no qual o sucesso em atingir os objetivos políticos depende de oportunidades relativas das quais instituições políticas oferecem a grupos sociais ou movimentos políticos juntamente com instituições governamentais. A questão fundamental que se dirige a obra de Skocpol é porque forças maternalistas promovendo políticas sociais para mães e mulheres trabalhadoras foram consideradas mais efetivas na política americana durante o início do século passado, quando somente existiam políticas paternalistas que focavam em trabalhadores masculinos. E o grande ponto chave para a resposta é o “encaixe” entre a capacidade de organização pelas forças maternalistas e paternalistas, e as oportunidades custeadas pelas instituições americanas. Skocpol apresenta que devemos ter em mente que a política possui uma estrutura de criação, implementação e *feedback*, por uma abordagem estruturalista. Uma vez concebida estas possuem efeitos de *feedback* de duas formas. A primeira é que na implementação desta, mediante aos esforços para a acomodação desta política, esta transforma ou expande as capacidades do Estado. Em segundo lugar, novas políticas afetam identidades sociais, metas e capacidades de grupos que subsequentemente reage a estas novas políticas. De acordo com esta abordagem processual-política, as políticas implementadas não somente aumentam a capacidade do Estado, mas também promove o seu desenvolvimento futuro, estimulando a reação de grupos e alianças políticas que defendem esta explanação e continuidade. Estes *feedbacks* positivos ou negativos podem acabar transbordando de uma política implementada para outras propostas de políticas.

A ideia de encaixes (*fits*) acontecem não somente tendo o movimento ou a sociedade civil como um influenciador, mas também como um Estado ou um *target* que também influencia. Para que este encaixe ocorra, diversos critérios estarão em ação, dentre eles a formação do movimento ou da ação civil, a estrutura Estatal tanto em sua capacidade de recepção quanto a sua capacidade de indução, as condições políticas de permeabilidade estatal, dentre outros. Nessa perspectiva o Movimento Social definitivamente é visto como uma rede de conexões, visíveis ou não, nas quais seus membros passam a se mobilizar em prol de uma causa, podendo influenciar seus *targets* ou ser influenciados por eles. Isso é o resultado de um processo de interpelações na mesa de negociação e na sua conjuntura organizacional, dado que se constituem mutuamente (SCKOPOL, 1992). Portanto, o mais interessante quanto aos estudos de Movimentos Sociais é entender a sua capacidade de provocar mudanças (TATAGIBA e TEIXEIRA, 2016). As autoras apresentam o reconhecimento de duas dimensões relevantes que afetam o resultado dos movimentos no domínio público: (a) A estrutura de mobilização dos movimentos no domínio político

(organização e repertório) e (b) o contexto, nesta dissertação entendido a partir da ideia de encaixe institucional.

Segundo as autoras existem três modelos explicativos dos resultados dos movimentos: (1) O modelo de efeitos diretos, (2) O modelo de efeitos indiretos e (3) o modelo de efeitos combinados (*joint-effect model*) (TATAGIBA e TEIXEIRA, 2015, p.86). O modelo de (1) efeitos diretos apresenta dois tipos de resultado: a) aceitação, o que significa ser aceito pelo processo político como interlocutor político legítimo, obtendo acesso ao *polity process* e b) vantagens, que se refere aos ganhos que a base e as organizações dos movimentos obtêm com as mobilizações. Alinhados com a Teoria da Mobilização de Recursos, o sucesso depende da capacidade de mobilização. O ponto final desta teoria é que quanto mais organizada a luta, melhores efeitos podem ser criados. Em um sentido geral, movimentos provocam mudança diretamente, contando com eles mesmos, e o contexto no qual a ação ocorre não é mobilizado como dimensão explicativa “relevante” (TATAGIBA e TEIXEIRA, 2016). Entretanto, alguns resultados inconclusivos dos efeitos diretos alertaram para a importância de se considerar esse contexto. Ou seja, táticas que funcionavam em um contexto não funcionavam em outros contextos. O estudo do contexto da ação dos movimentos se desdobrou em duas frentes de pesquisa: na análise do papel da opinião pública e das oportunidades políticas. Esta atenção gerada quanto ao contexto acabou gerando o (2) modelo de efeitos indiretos e o (3) modelo de efeitos combinados.

No (2) modelo de efeitos indiretos, os movimentos provocam mudanças na política pública de forma indireta ao alterar o contexto no qual atuam. Os movimentos afetam as alianças ou a opinião pública e estas impactam na política pública. Já no (3) modelo de efeitos combinados, a capacidade de mobilização do movimento tem chances de produzir resultados apenas quando combinada a certos fatores. Ou seja, de certa forma para analisarmos o resultado de um movimento social, devemos olhar as interações que este proporciona, seus atores, seu ambiente e seu processo político. Tatagiba e Teixeira (2016) expressam que o desafio passa a ser então compreender de que formas variáveis internas e externas se combinam para gerar determinados efeitos.

Carlos, Dowbor e Albuquerque (2016) atacam um dilema dos movimentos sociais, que é o enquadramento de seus resultados como “sucesso” ou “fracasso”. Isso, pois, os efeitos do movimento não podem ser avaliados em termos absoluto como se fosse único. Ao contrário, os seus resultados e a resposta sobre *como* os movimentos sociais importam advém de uma interpretação intensa do ambiente político, da organização do próprio movimento e das oportunidades que se encontram oficialmente abertas, no caso de um regime democrático e

aberto às mudanças ensejadas pelos atores coletivos nas políticas públicas. Assim utilizo a concepção de Amenta *et. al* (2010), que se referem a duas categorias: (i) no nível estrutural, com criação de novos partidos e práticas democráticas, (ii) no nível intermediário, no qual impactos potenciais se referem às mudanças nas políticas públicas. No âmbito brasileiro, isso se reflete através da Constituição de 1988. Santos (2016) explica que com a nova constituição veio um novo quadro institucional, permitindo o legislativo brasileiro reconquistar a autonomia institucional e retomar muitos poderes que haviam sido subtraídos na ditadura, garantindo ainda a participação popular na definição de políticas públicas, através de arenas de participação, como as conferências nacionais. A ação direta da população na propositura, juntamente com o processo de redemocratização foi determinante para o florescimento de associações civis autônomas, que vieram para conquistar as reivindicações de um Estado democrático, com garantias de plena cidadania e novos direitos à população (SANTOS, 2016). Entretanto, este processo de interrelação entre governo e associações civis somente se dá quando ocorre dois processos inter-relacionados. O primeiro é o (i) aumento da participação política em suas diferentes modalidades, seja ele no modelo institucional ou a partir de diferentes tipos de ação coletiva, e (ii) a ascensão de forças políticas de esquerda ou centro-esquerda. Tatagiba (2010) explica que o aumento da participação política da sociedade civil através de movimentos sociais advém destes dois processos.

Nesta arena democrática, com abertura para a investidura da sociedade civil, tem-se um campo fértil para a observação e o estudo das interações entre movimentos sociais e Estado, principalmente no que tange aos encaixes (SKOCPOL, 1992). E o que se vê são mais do que repertórios da relação sociedade-Estado, mas também ações que circulam fora das instituições, e via instituições, como ocupação de cargos, lobby, mecanismos de responsabilidade, articulação, dentre outros (CARLOS, DOWBOR e ALBUQUERQUE, 2016). O olhar dicotomizado, ou seja, aquele foco em que generaliza instituições de um lado e movimentos sociais de outro, segregando as formas de interações dos movimentos com o Estado, acaba por dificultar a observação da diversidade de repertórios e limitar os tipos de observação. Carlos, Dowbor e Albuquerque relatam que não parece haver proposições concretas para avaliar como a estrutura de mobilização das coletividades se combinam com as características formais e informais do contexto político e criam as condições que favorecem os impactos dos movimentos. Tatagiba e Teixeira também enfatizam este olhar menos dicotômico quando relatam o seu objeto de estudo quanto aos movimentos de moradia a partir de uma visão dinâmica dos resultados, dos quais ganhos e perdas também compõe o contexto de interação e como consequência, moldam os resultados, não somente

resultados como *outputs*, mas *inputs* para novas disputas (TATAGIBA e TEIXEIRA, 2016, p. 89-90).

Nestas interações dos quais se encontram em um nível meso de análise, é interessante avaliar a transição e o padrão de intersecção dos movimentos com o Estado impulsionado pelo “trânsito Institucional” de militantes para agências governamentais, em processos mediados por partidos políticos de esquerda (SILVA e OLIVEIRA, 2011). Neste contexto, o Estado pode sair da posição de opositor para uma agenda pró-movimento dentro dos canais de mediação, se tornando, até mesmo, originador de movimentos.

1.3. Capacidade Estatal

Quando nos referimos a capacidade estatal, estamos falando da capacidade que o Estado tem de gerir e produzir políticas públicas frente as demandas de movimentos sociais e sociedade civil. Muito se fala em mecanismo e movimento, mas pouco é mencionado sobre como o Estado lida com estas demandas, produzindo “encaixes” ou políticas receptivas a um estímulo externo, ou ainda pode este estar relacionado com sua administração interna. Pires e Gomides (2016) explicam que a noção de arranjos institucionais pode ser mobilizada como estratégia analítica para lidar com a complexificação dos processos de produção de políticas públicas.

A capacidade estatal é a forma de ação do Estado frente as suas limitações definidas pelas configurações de arranjos institucionais específicos com base nas iniciativas das ações da sociedade civil e movimentos sociais com que interagem diretamente. Ou seja, a estrutura de encaixes, a forma de ação dos movimentos, e a permeabilidade do Estado acabam por nem sempre conseguir o cumprimento dos objetivos, se o estado não possui uma capacidade para a recepção e cumprimento do se está estabelecido. Assim a capacidade estatal vai ser condicionada aos caminhos de interação entre o movimento social e os atores políticos (TATAGIBA, 2010, p. 67)

Basicamente, lidamos com dois níveis de conceitos em análise: (1) a manutenção da ordem dentro de uma instituição estatal. Este conceito se encontra em um nível mais amplo, aonde tratamos da manutenção da soberania, administrando um aparato coercitivo que é o dever de Estado em regular um sistema burocrático. Nesta amplitude, surgiram os primeiros estudos de capacidade estatal dedicados a análise de processos históricos de construção do Estado (PIRES e GOMIDES, 2016, p. 123), gerando processos de justificação de como Estados emergem, gerenciam conflitos internos e transformam suas sociedades e economias. Em um segundo nível de estudos, procura-se refletir sobre as capacidades que

os Estados possuem (ou não) para atingir, de forma efetiva, os objetivos que pretendem por meio de suas políticas públicas, como a provisão de bens e serviços públicos. Podemos entender que é o Estado em ação, ou seja, sua capacidade de identificação, coordenação e implementação dos objetivos definidos ao Estado por meio de negociação com as sociedades civis ou movimentos sociais.

Em todos os níveis, falar em capacidade estatal é falar em “governança”. Isso significa abordar as possibilidades de configurações a partir de três matrizes: (i) hierarquia, (ii) mercado e (iii) rede. Quando falamos em (i) hierarquia, mencionamos princípios de integração dos quais vai demandar uma coordenação de imposição de leis e procedimentos impostos pela estrutura organizacional. A estrutura de (ii) mercado retrata a troca de interesses e portanto interações das quais o Estado e a sociedade civil podem se beneficiar mutuamente. A noção de (iii) rede sugere uma conexão de dependência, do qual há um compartilhamento de valores, suporte de ações e objetivos. (PIRES e GOMIDES, 2016).

Neste âmbito, Diani e Bison (2010) destacam que existem várias razões para não tratar os movimentos sociais como um conjunto distinto de fenômenos, ou para postular que existem subcampos específicos dedicados ao estudo exclusivo de movimentos sociais. Também enfatizam que há riscos associados a prescindir inteiramente do conceito de movimento social focalizando outros mecanismos e processos como recrutamento individual, produção cultural ou construção de identidade, que podem destacar-se como parte do que é a referência dos movimentos sociais. Assim os autores definem movimentos sociais como “redes de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos ou associações engajadas em um conflito político e cultural, com base em uma identidade coletiva compartilhada” (DIANI, 1992 apud DIANI e BISON, 2010). Ou seja, para os autores, a caracterização de movimentos sociais é definida pelas interações que criam engajamentos com base em uma coletividade. Esta suposição vem ao encontro da inserção de movimentos sociais dentro de *contetious politics*. Os próprios autores então passam a relatar os tipos de coalisões dentro do movimento, ampliando as vinculações independentes da busca de determinados objetos, enfatizando a atenção entre a interação entre redes interpessoais e interorganizacionais.

CAPÍTULO 2 - O MOVIMENTO LGBTI

2.1. A formação do Movimento LGBTI: o movimento gay e sua sopa de letrinhas

O debate sobre a aceitação das relações homo afetivas e suas diferenças tem sido um foco de conflito social que, por muito tempo, foi ignorado face a dominação religiosa do Estado político, com exceções à regra. A temática LGBTI somente passou a se tornar relevante em termos políticos a partir do momento que os membros da comunidade dita gay passou a exigir o direito de base do exercício da cidadania e a liberdade de expressão social, cultural e sexual, iniciando-se a inclusão do movimento na revolução sexual que se iniciou a meio século atrás, juntamente com o movimento feminista, e outros movimentos que eram considerados contraditórios a base social.

Este levante se deu através da contracultura politizada face à criminalização social que homossexuais enfrentavam em uma sociedade factualmente conservadora. Esta reação de mobilização social e política está completamente atrelada ao estudo da política cultural, uma vez que permeia sobre os destinos de uma coletividade e a sua capacidade de comportar-se socialmente. Feijó expressa que “(...) na década de 70 ganharam destaque o movimento das “minorias” (...) e todos eles manifestando-se pela *cultura* para defender uma *política* de respeito aos seus direitos” (FEIJÓ, 1985). A defesa dos movimentos sociais destas minorias sempre permeou a questão da necessidade de exercer a sua cidadania plena sem a imposição social por gênero, raça, cultura ou religião.

A partir do momento em que indivíduos passaram a se unir de forma a exigir o exercício da cidadania, criou-se a necessidade de oficializar uma forma de representatividade para que esta pudesse levar o mesmo clamor da exigência em uma esfera mais formal e legítima. Facchini (2009) relata que no Brasil esta forma de representatividade passa a se desenvolver na década de 1980, aonde os modos de atuação dos grupos LGBT formados passaram a atuar de forma mais pragmática voltada para a garantia dos direitos civis e contra a discriminação e as violências dirigidas aos homossexuais.

O crescimento organizacional do movimento LGBT evoluiu de uma forma extraordinária, iniciando-se predominantemente como MHB (Movimento Homossexual Brasileiro), depois de 1993 como MGL (Movimento de Gays e Lésbicas). Em 1995 incorporou-se a inclusão de travestis no movimento, gerando o GLT (Gays, Lésbicas e Travestis) e a posterior inclusão dos transexuais e bissexuais. Apesar do movimento se desenvolver exponencialmente, o

mesmo é recente no âmbito temporal. O uso da sigla LGBT só passou a ser usada em 2008, a partir da Conferência Nacional GLBT, aonde o L passou a liderar a sigla de forma a enfatizar a visibilidade do movimento Lésbico. Este crescimento do movimento LGBT e sua estabilização como um modo de mobilização social no âmbito político hoje se encontra com ampla visibilidade social. Facchini explica que a ampliação da visibilidade social se dá basicamente pelo debate público em torno de candidaturas e projetos de lei; pela adoção da estratégia da *visibilidade massiva* através da organização das Paradas do Orgulho LGBT; e pela incorporação do tema de um modo mais “positivo” pela grande mídia, seja pela inserção de personagens em novelas, seja em matérias de jornais ou revistas que incorporam LGBT como sujeitos de direitos” (FACCHINI, 2009). Assim a composição da sigla do movimento LGBTI é apresentada através de uma escolha, a qual representa cada categoria abordada pelo movimento. Uma das maiores características do movimento LGBTI é a sua mutação quanto a relação dos grupos com o movimento. Da mesma forma, é mutável a visão do movimento quanto aos seus componentes, e tudo depende a quais grupos se referem. A sigla LGBT é o registro formal para identificar aquele que não se encontra dentro da *heterossexualidade*. Dentro deste registro há a inclusão de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis (LGBT). Entretanto, dentro deste jogo de letras, o T (teoricamente de Travesti) acaba por representar outros grupos também, como os transexuais e mais tarde os transgêneros. Em algumas citações internacionais é possível encontrar LGBTTT, na tentativa de visibilizar as categorias que se tornaram invisíveis dentro do movimento. Assim com a identificação da letra específica vem também a agenda de luta por este grupo. Mais tarde veio a adoção da letra I de Intersexuais, ou seja, aqueles seres humanos que possuem variações físicas de dois sexos que dificultam a orientação entre feminino e masculino. A adoção da letra I na sigla é passível de questionamento uma vez que a intersexualidade é uma condição sexual, mas não uma orientação sexual. Pessoas que são intersexo podem ser homossexuais, heterossexuais, bissexuais, assexuais ou pansexuais. Entretanto, a inclusão do I se dá face ao fato de que geralmente as escolhas da sexualidade ficam a caráter dos responsáveis por aqueles que nascem intersexuais, fazendo com que a maioria das escolhas sejam orientadas por misoginia, criando desconforto a estas pessoas. Também pode-se adicionar o Q de *queer*, o que por vezes pode substituir o I, ou ainda estar ao seu lado, e finalmente o símbolo de mais (+) como forma de inclusão de todas as categorias existentes as quais não são mencionadas pela sigla.

Vale dizer que, no Brasil, a adoção da nomenclatura oficial é a de LGBT com a operação das categorias Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, conforme a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT),

instituída pela portaria nº 2.836 de 1º de dezembro de 2011. No Espírito Santo, usamos a sigla LGBTI, com a adoção de intersexuais, face a inclusão destes na política de luta dos movimentos a qual não é passível de escolha.

O movimento LGBTI é uma ação coletiva que possui um histórico de construção de uma identidade coletiva marcada pela violência e pelas conquistas nas ruas. O primeiro passo para o surgimento do Movimento foi a luta pela conquista da cidadania plena, a qual não é fornecida somente pela Lei, mas sim por uma conjuntura da qual o processo legislativo é somente aparado pelas instituições da sociedade. Enquanto para alguns a cidadania é meramente um ato de ter uma certidão de nascimento, identidade e passaporte. Para outros, a cidadania é mais substantiva, é a capacidade de participar plenamente de todas as instituições da sociedade, sem qualquer restrição, não somente no âmbito legal, mas também no político, social e cultural. Ou seja, a cidadania é o exercício pleno da liberdade de um indivíduo em um certo território do qual o mesmo pode participar e usufruir plenamente de todas as instituições sociais. A partir do momento que isto não acontece, a mesma cidadania passa a ser limitada, e esta limitação acaba por restringir a cidadania plena.

O termo *gay* em si mostra uma ideia um tanto interessante, geralmente atrelado ao rompimento com os padrões sociais, criando uma noção de algo que é antítese moral, pejorativo. O primeiro uso do termo se refere exclusivamente a homens que se sentem atraídos por outros homens, e o termo *gay* inicia-se dentro da aba da masculinidade, categorizando também todos aqueles homens considerados afeminados. Essa nomenclatura acaba se tornando imprecisa com o passar do tempo, pois ela também representa aqueles que sentem atração pelo mesmo gênero, dentro de uma formação do discurso sobre a condição homossexual, aonde no final do século XIX, apesar deste ser visto como invertido, ainda era passível de cura. Na Alemanha, no reino de Hannover, atenta-se uma emancipação para os *gays* e lésbicas, através da ideia comparativa de que a anormalidade *gay* não era mais do que uma anormalidade qualquer como ser canhoto ou anão. (Silva, 2009). Movimentos similares acontecem na Holanda e na Suécia, aonde iniciavam-se pesquisas sobre o homossexualismo, e o transgenderismo e sociedades civis eram criadas para derrubar legislações que criminalizassem o homossexualismo. Entretanto, estes esforços acabam por ser dilacerados por uma Europa dentro de duas grandes guerras mundiais. O ápice destes eventos é o aprisionamento de homossexuais nos campos de concentração de Hitler, os quais portavam o triângulo rosa, ainda um símbolo de luta atual do movimento LGBTI.

O grande marco para o surgimento do movimento acelera-se após a segunda guerra mundial nos Estados Unidos, aonde existia uma cultura de anonimato muito forte juntamente com a associação de que a postura homossexual era relacionada a uma vida secreta de bares e clubes. Até 1933, houve a dominação da lei seca, o qual proibia tanto a comercialização, quanto o consumo de álcool. A partir de 1933, cabia a cada estado regular o seu critério de cessão ou proibição do consumo e comercialização de álcool, assim alguns bares, devidamente maquiados, passaram a ser um espaço privilegiado para *gays* e *lésbicas*. Estes bares, para conseguir a licença necessária, não poderiam ter em seu escopo o propósito de servir ao público homossexual. Portanto estes estabelecimentos recebiam estas pessoas de forma escondida, mantendo-se em segredo, ao máximo, o que acontecia em seus estabelecimentos. Silva (2011) explica que esta postura de anonimato e de conduta aberta ofensiva a homossexuais criou um ambiente aonde a permanência destes bares era garantida através de subornos feitos a policiais, que por vezes exigiam aos donos destes bares não somente dinheiro, mas favores sexuais. Esta postura vai culminar no primeiro marco do movimento LGBTI atual: O *Stonewall*. Antes deste evento existiram diversas associações civis as quais pleitearam a defesa dos *gays* e *lésbicas*, associações como a *Society for Human Rights* (1913), a *Veterans Benevolent Association* (1945), e a *Mattachine Society* (1951), sendo esta última tinha como estratégia a ação de sociedade secreta, diferentemente das outras que obtinham por salvaguarda a ambiguidade, na qual tratava realmente de ações estratégicas para a luta pela cidadania de *gays* e *lésbicas*. Também vieram a *Society for Individual Rights – SIR* (1964) e a *North American Conference of Homofiliac Organizations – NACHO* (1961).Entretanto o *Stonewall* será, de fato, o primeiro evento público de ação de protesto pelo movimento LGBTI.

2.2. Stonewall e o a origem da parada gay

O ano é 1969. É o tempo de grandes movimentos sociais. Organizações como a *Mattachine Society* realizavam protestos que eram compostos de um pequeno grupo de pessoas com a intenção de defender a inofensibilidade de *gays* e *lésbicas*. Um outro logrado dentro da pauta de protesto foi a analogia realizada por estes grupos mencionados acima com o movimento racial americano, aonde o slogan era *black is beautiful* inspirou o *gay is good*, lançando uma campanha de visibilidade *gay*. Estas pautas, juntamente com a pressão realizada por policiais dentro do esquema de chantagem financeira e favores, culminaram no maior evento de resistência do movimento LGBTI: O *Stonewall*. *Stonewall* era um bar situado na área de *Village* em Nova Iorque. Desde a sua inauguração em 1966, o *Stonewall* pagava semanalmente uma propina de dois mil dólares (quantia exorbitante na época) para que recebesse com antecedência informações de quando uma *blitz* policial seria aplicada.

Na noite de 27 de junho de 1969, a polícia nova-iorquina fez uma visita ao bar de forma inesperada. Apesar da propina paga, o bar não havia sido informado desta ação que agiu de forma coercitiva com violência, ao ponto de ferir uma lésbica na cabeça em uma detenção, que aos gritos, incitou um grupo que já se encontrava detido na viatura.

Em poucas horas, uma raivosa rebelião de *gays* e lésbicas cercaram a polícia que dava continuidade a ação. Enquanto uma travesti gritava “já lhes deram dinheiro, mas aqui tem um pouco mais” (SILVA, 2011, p.. 140), a multidão enfurecida jogava moedas nos policiais, que procuraram refúgio dentro do bar. Um grupo arrancou o parquímetro para utilizar como ferramenta no arrombamento da porta enquanto os policiais utilizavam a mangueira de incêndio do bar e armas para se defender. Com a chegada de uma unidade antidistúrbios, a multidão se enfureceu mais ainda, mantendo o confronto até as quatro da manhã. Este evento fora somente o início do estopim pois iniciaram nas ruas uma série de revoltas e ações de destruição em confrontos entre uma multidão de dois mil homens e mulheres e quatrocentos policiais que durou cinco dias (até o dia 2 de julho). Apesar de ter sido apresentada pela mídia moralista da época como um ato de violência de amorais contra os cumpridores da lei, este fato se tornou o primeiro ato público de confronto pelo movimento LGBT. Um ano depois, no dia 28 de junho de 1970, mais de dez mil homens e mulheres homossexuais, advindas de todas as regiões do Estados Unidos, se reuniram em Nova Iorque e marcharam pelas ruas como forma de apresentar a sua disposição a lutar por direitos. Assim, 28 de junho é considerado o Dia Internacional do Orgulho Homossexual, ou LGBT.

A mitificação de *Stonewall* gera assim o que todo o ano é celebrado pelo mundo como a *Parada Gay* ou *Gay Pride*. O primeiro *Gay Pride* nasce através da celebração de um ano dos protestos de *Stonewall*, e em 1972, o formato passa a ser adaptado para a cidade de São Francisco, aonde algumas dezenas de jovens realizam um ato de celebração, tornando mitológico os eventos de *Stonewall*. Estas celebrações se constituíram verdadeiros assentos de mobilização e difusão do movimento LGBTI, de forma a não somente mobilizar as massas de integrantes da comunidade *gay* como também dar visibilidade as suas demandas. A parada *gay* também funciona como um guarda-chuva na função de dar visibilidade a uma série de movimentos distintos que existem dentro do próprio movimento LGBTI, como a comunidade *queer*, *bondage* ou ainda os *bears*.

Dentro das paradas *gays* vão existir a inclusão de símbolos e modelos que posteriormente serão adotados pelos grupos seccionados do movimento como bandeiras de luta. A bandeira LGBT é um símbolo reconhecido internacionalmente a qual contém seis faixas de

cores, e cada cor representa um elemento da comunidade, são elas o vermelho (Fogo), laranja (cura), amarelo (sol), verde (natureza), azul (harmonia) e violeta (Espírito). Na bandeira original produzida para a *pride* de 1978 em São Francisco, a bandeira originalmente tinha oito faixas, com a inclusão da rosa (sexo) e turquesa (artes). Outros símbolos surgem dentro do movimento como forma de representação da luta por aquele grupo. Existem bandeiras para os bissexuais, para os transexuais, para a comunidade ursina, para os pansexuais, e vários outros grupos. Existe também a adoção de símbolos que foram uma vez utilizados como símbolos de repressão, como o triângulo rosa instituído pelo nazismo aos homossexuais que foram aprisionados em campos de concentração.

2.3. As origens LGBTI no Brasil: O homem e a bicha

Tencionar os conceitos de sexualidade e homoafetividade dentro do que é a sociedade brasileira denotou o uso do termo homossexual em inúmeras formas de interpretação, para inúmeras colocações, que vão desde o relacionamento entre duas pessoas do mesmo sexo, quanto a uma forma generalizada para agrupar aqueles que não se encaixam dentro do padrão binário homem/mulher. Esta discussão persevera e transita entre diversos períodos históricos. Sabemos que em nossa sociedade, no momento em que um cidadão se proclama homossexual, dependendo do seu comportamento social, surgirão inúmeras consequências das quais ele, ou ela, terá que lidar em seu convívio diário. A percepção desta proclamação, por assim dizer, vai desde a percepção de um comportamento tido como contrário ao gênero do qual a pessoa é caracterizada (homem afeminado ou mulher masculinizada) até a sua forma de interação social, vestimenta e interações amorosas.

É importante frisar que a primeira interpretação sobre ser homossexual, dentro do Brasil, é a concepção de Fry sobre o ser homossexual e o ser bicha. Peter Fry é um marco na compreensão do homossexual pela sociedade, como um fenômeno cultural (SILVA, 2011), em sua obra “Para inglês ver: Identidade e Política na Cultura Brasileira”. Dentro deste trabalho, Fry apresenta os resultados de uma pesquisa de campo realizado em Belém do Pará, construindo identidades baseadas no sexo fisiológico, os papéis de gênero, o comportamento sexual e a orientação sexual. Esta discussão no contexto da praticidade social, é a base para a circulação dentro dos âmbitos da sociedade os limiares do ser e não ser *gay*.

O termo bicha é inicialmente tipificada como a passiva feminina do masculino homossexual, aquela que absorve toda a natureza do contraditório homossexual, classificada como um ser estranho dentro da classificação inicial de homossexualismo, ou seja, aquela que vai ser a

antintese do gênero masculino, dentro do mundo masculino. McRae (2011) explicita de forma histórica como as tentativas de se trazer à tona o discurso gay eram falhas por não conseguir justificar moralmente as suas intenções dentro da sociedade dos “normais” (McRae 2011).

O uso da “desmunhecação” e do escândalo por parte dos militantes homossexuais é suscetível de várias abordagens e, dada a frequência da sua recorrência, não pode ser ignorado em qualquer abordagem mais aprofundada do tema da militância homossexual.(...) o indivíduo estigmatizado, além das outras dificuldades inerentes a sua condição específica, ainda está sujeito a um permanente bombardeio de “conselhos” sobre como portar-se e como encarar a sua identidade. Porém, estes conselhos (...) são geralmente contraditórios, enfatizando ao mesmo tempo a necessidade do estigmatizado se integrar na sociedade tão bem quanto possível e a importância dele não tentar negar o seu estigma e o grupo de estigmatizados ao qual pertence. (MCRAE 2011, P.p. 27 e 28)

Dentro de seu estudo, Fry analisa a percepção da homossexualidade masculina de forma a hierarquizar os papéis de gênero com masculino e feminino, justificável pelo fato de, se caso o homem fosse o ativo, ou seja aquele que ‘domina a relação’, ele não perde o seu status de heterossexualidade, sendo o outro homem a ‘bicha’ ou o passivo da relação. Fry então consegue apresentar questões ideológicas dentro de uma classificação para segregar as formas de relações sexuais entre homens do mesmo sexo. Entretanto o trabalho de Fry acaba por estigmatizar a bicha. A hierarquia proposta por Fry encontra-se completamente relacionada ao tradicionalismo da sociedade brasileira. O homem feminino, a bicha, é inferior ao homem masculino. Esta perspectiva foi a primeira forma de classificação e categorização realizada a partir da comunidade LGBT, como se segue:

	Sexo Fisiológico	Papel de Gênero	Comportamento Sexual	Orientação Sexual
Homem	Macho	Masculino	Ativo	Heterossexual/Homossexual
Bicha	Macho	Feminino	Passivo	Homossexual

Tabela 2. Padrão de normatividade hierárquica de Fry. Fonte: Fry (1982, p. 91).

Fry parte para uma segunda análise, cria a ideia do *entendido*, que, na verdade é a imagem colonial do *gay* norte-americano. Fry relata que “o ‘entendido’ é definido como um personagem que tem uma certa liberdade no que diz respeito ao seu papel de gênero e à sua ‘atividade’ ou ‘passividade’.” (FRY, 1982, p.. 93). Enquanto a primeira análise referia-se a uma sociedade patriarcal, a segunda análise dos ‘entendidos’ é uma lógica aplicada a um contexto social diferente, aonde novos atores possuem um papel libertados sobre a

hierarquia patriarcal. A análise de Fry é cercada de conceitos que permeiam o movimento de homossexuais que surgiam nas décadas de setenta e oitenta (SILVA, 2011, p. 165), usando um discurso norte-americanista na reivindicação de sua condição homossexual. Este discurso era, de certa forma, uma consequência da formação da classe média urbana, dentro de uma ditadura militar, de forma a apresentar um sistema de classificação e hierarquização em condições de superioridade e inferioridade sobre aqueles que se encontravam em condições sociais menos favoráveis.

É importante frisar que estamos aqui falando da década de setenta, aonde uma explosão de artistas que haviam abertamente adotado um papel de “androginia” surgiam no repertório cultural brasileiro, como Caetano Veloso, Ney Matogrosso, Dzi Croquettes entre outros (MACRAE, 1990). Esta visibilidade de certa forma estimulou grupos que, não somente avistavam uma nova forma de comportamento (apesar da ditadura), mas também vislumbravam uma abertura da sociedade. As transformações não somente passaram a ocorrer na prática do homossexual (como Fry compara) mas sim na forma de se ver objetividade na alteração dos valores da sociedade. Assim, começam a nascer os primeiros grupos de militância que se identificavam publicamente como homossexuais, o qual buscavam dois objetivos: a elaboração de novas formas de valores, e a difusão destes valores na sociedade.

2.4. Saindo do gueto: A imprensa Gay e o Lampião da Esquina

Na metade para o final dos anos setenta, um grande debate existia dentro do meio homossexual, a de se assumir homossexual. A discussão da homossexualidade já deixava de ter ares de “transtorno sexual ou Desvio”, mas ainda não se encaixava em um padrão face a concepção que ainda pairava sobre o homossexualismo no que tange a transgressão moral. A estigma social do gueto, entre ‘miches’ e ‘travestis’, faziam toda a concepção de quem estava fora do mundo *gay*. A mídia ajudou, em muito, a perpetuar a imagem de “desmunhecados” a qualquer personagem que fossem caracterizados *gay*. No início do movimento a caracterização externa entre o “ser afeminado” e o “não-ser afeminado” apresenta apelos, para a sociedade, como a nutrição de um profundo desejo de que todo o homossexual deseje, no fundo, virar mulher (MACRAE, 1990, p. 54). Entretanto, apesar desta arena social, vários benefícios surgiram para os homossexuais a partir dos anos setenta.

Entretanto, já nos anos 1960 até o final dos anos 1970, algumas publicações *gays* já circulavam no Brasil, juntamente com algumas formações organizacionais com uma

mitilância “não-politizada”, voltadas para a inclusão social, dentre elas o jornal *O Snob* (1963-1969) e a *Associação Brasileira de Imprensa Gay* (1967-1968) (FACCHINI, 2002, p.61; MACRAE, 1990, p.. 65). Dentro desta esfera, inúmeras inserções da dinâmica homossexual, dentro do eixo Rio-São Paulo, foram publicadas, com temas mundanos como “pegação”, ou locais de encontro, mas também publicavam “indicações culturais, reportagens, classificados, concurso de contos, poemas, roteiros gays, texto transcritos de jornais ou revista de grande imprensa” (MACRAE, 1990, p..65). As distribuições destas publicações eram geralmente feitas de mão-em-mão, e suas publicações, em sua maioria, eram constituídas de mimeógrafos. Entre os anos 60 e 70, chegaram-se a circular vinte e sete publicações diferentes sobre homossexuais, juntamente com outras circulações que, apesar de não serem sobre homossexuais, publicavam matéria que geralmente não seriam publicadas em outros jornais da época, criando um cenário de imprensa alternativa, como *O Pasquim*. Apesar de todo este crescimento e abertura, seriam estes jornais alternativos que apresentariam um acompanhamento de crítica política, sendo alguns deles alvos de atentados por parte dos militares. Neste meio tão fértil e conturbado, surge a entrada do *Lampião da Esquina*.

O *Lampião da Esquina* foi primeiramente publicado em abril de 1980, fruto de uma visita do americano Winston Leyland, que era editor do *Gay Sunshine*, uma publicação gay de São Francisco, e viera ao Brasil para recolher material de uma antologia sobre a produção literário homossexual na América Latina e realizar conferências (estas conferências podem ser consideradas o primeiro ato político de uma nascente *Movimento Homossexual Brasileiro* - MHB) (SILVA 2011, p. 171).

O grande diferencial do *Lampião* frente as outras publicações era (1) o fato de seus atores não serem anônimos, pois a maioria dos autores em outras circulações usavam pseudônimos femininos por duas razões prováveis: a primeira era o fato de seus nomes aparecerem publicamente criando prejuízo as suas vidas profissionais ou familiares, e porque a maioria dos homens homossexuais naquela época ainda se classificavam como o sistema “bicha” explicado por Fry, com a associação de um nome feminino. (MACRAE, 1990, p..66). (2) O jornal era impresso, diferentemente das outras publicações que eram frutos de mimeógrafos ou xeros, datilografados ou escritos manualmente. O jornal em si apresentava poucas figuras, em uma diagramação vinho e verde, apresentando focos inovadores fora do contexto das ruas, como o papel da mulher, perseguição dos homossexuais no nazismo, o prazer sexual, a relação igreja e homossexualidade, exigindo uma leitura atenta com claras intenções de “normalizar” o homossexual na sociedade. (SILVA 2011, p. 171). (3) O Jornal era financiado por seus onze idealizadores iniciais que se

cotizaram para criar uma editora de capital fixo. Os seus idealizadores também pediram doações a 12 mil amigos e amigos de amigos homossexuais de todo o Brasil. O resultado foi um formato de tablóide contendo vinte páginas com uma tiragem inicial de 10 mil exemplares, logo passando para 15 mil. (MACRAE 1990, p.72) O numero zero apresentava em sua segunda página um editorial chamado “Saindo do gueto”, a qual firmava a bandeira pela qual o jornal iria utilizar como frente:

“Mostrando que o homossexual recusa para si e para as demais minorias a pecha de casta, acima ou abaixo das camadas sociais; que ele não quer viver em guetos, nem erguer bandeiras que o estigmatizem; que ele não é um eleito nem um maldito; e que sua preferência sexual deve ser vista dentro da condição psicossocial da humanidade como um dos muitos traços que um caráter pode ter, Lâmpião deixa bem claro o que vai orientar a sua luta: nós nos empenharemos em desmoralizar esse conceito que alguns nos querem impor – que a nossa preferência sexual possa interferir negativamente em nossa atuação dentro do mundo em que vivemos (Lâmpião. n.0, p.2, abr. 1978)

O lâmpião teve três anos de duração, publicando um número considerável de matérias feministas, dando abertura a comunidade lésbica, a qual possuía nenhuma visibilidade, bem como matérias sobre ecologia, movimento negro, de “preses comum” e índios. Este repertório de matérias, com a intenção de prover “voz” as minorias geralmente eram acompanhadas por textos de referência à situação política e cultural da época, com a menção da criação de novos partidos, da anistia e abertura (MACRAE, 1990, p. 75).

2.5. A “Primeira Onda”: O SOMOS e os primeiros encontros nacionais.

No final da década de 1970 inicia-se uma forma de mobilização a qual não existira antes no Brasil. E meio ao início do *Lâmpião da Esquina* surge um movimento politizado, o qual vem representar um espaço respeitável para os homossexuais. Assim em abril de 1978, surge um debate promovido pela revista *versus* lança um ciclo de debates denominado “Semana do movimento de Convergência Socialista” a qual visava formar uma plataforma para o Partido Socialista Brasileiro, pois a revista, apesar de ser uma publicação autônoma, estava sob o controle da Convergência Socialista (CS), uma organização trotsquista, e como muitos militantes homossexuais estavam ligados aos movimentos de esquerda, assim como, em outros países, os partidos de esquerda estavam apoiando o movimento LGBT (SILVA, 2011, p.172) fora separado um dia para o debate com a imprensa alternativa e se esperava tanto a presença de publicações de pequena circulação quanto um representante do Lâmpião. No entanto, membros da CS não achavam apropriado ter representantes do movimento homossexual uma vez que estes afastariam o operariado e assim decidiram boicotar a participação do Lâmpião, com a alegação de que fora impossível entrar em contato com a

sua redação. (MACRAE 1990, p.97). Como forma de protesto, aqueles que tentaram fazer a inclusão do jornal no debate, ao saber da motivação do boicote, pediram a um rapaz envolvido com a esquerda, mas não integrante da CS, que, a certa altura do debate, lesse uma moção de protesto, sob olhares fulminantes daqueles que criaram o boicote. Tal atitude lançou um extenso debate sobre a relação da militância política de esquerda com os homossexuais que acabou por tomar conta do dia que era específico para a imprensa alternativa.

Sabendo-se o que havia acontecido no dia reservado a imprensa alternativa, Trevisan e um grupo de homossexuais foram ao último dia da CS, que era reservado às minorias, e na hora de criar a composição do regimento quanto as minorias, houve um conflito com o grupo do movimento negro por este não aceitar a nomenclatura geral de “minorias” e ameaçar a retirada da seção afro das discussões caso comparecesse também os homossexuais (MACRAE, 1990, p.. 99). Esta discussão estimulou Trevisan e outros homossexuais a criar um grupo de discussão que pudesse refletir as questões de minorias (Facchini, 2002, p.. 67). Assim começam a surgir um grupo de indivíduos dispostos a se declararem homossexuais em público, recusando a marginalidade de “doentes”, procurando alianças políticas com outros grupos em situações similares. Em dezembro de 1978, surge o *Núcleo de Ação pelos Direitos Homossexuais*, os quais vão tentar se mobilizar frente a postura preconceituosa da mídia. Em Dezembro de 1978 o Núcleo passou a se chamar SOMOS – *Grupo de Afirmação Homossexual*.

O grupo SOMOS surge com a proposta de politização da questão da homossexualidade. O SOMOS, por ter sido o pioneiro, em sua organização e objetivo, trouxe muita visibilidade do ponto de vista histórico, entretanto rivalizava com grupos semelhantes, e tinha uma tendência polarizada esquerdista, o que culminaria mais tarde com a queda do mesmo movimento. Por seu estilo de militância, se tornou um modelo para tanto organizadores quanto para pesquisadores, os quais sempre usaram o SOMOS, juntamente com o *Lampião da Esquina*, como o ponto inicial do movimento LGBTI no Brasil (Facchini 2002, p.66). MacRae (1990) explica que a carga de agressividade voltada contra grupos semelhantes. Ao mesmo tempo que ia contra a cultura do “gueto”, buscava uma forma de não se afastar da “massa”. Neste âmbito, sua organização interna era estruturada de forma a evitar a estagnação de lideranças, criando uma rotatividade e um senso de igualitarismo em sua organização. O grupo deveria somente conter homossexuais, e as palavras “bicha” e “lésbica” foram esvaziadas de seu conteúdo pejorativo. O autoritarismo era combatido de todas as formas, tanto a política, quanto a moralista a qual permeava a monogamia e a possessividade.

Em 16 de dezembro de 1979 acontece o *I Encontro de Homossexuais Militantes*, no Rio de Janeiro, com a participação de 61 pessoas, sendo 11 lésbicas e 50 gays com a participação de 9 grupos (Facchini, 2002 p. 68 apud Boletim do Grupo Gay da Bahia, 1993). O *Lampião da Esquina* pagou a passagem do ônibus dos militantes carentes e o *Grupo Auê* ficou responsável pela hospedagem. O ponto alto deste encontro foi a inclusão na Constituição Federal, do termo “opção sexual”, o que hoje chamamos de “orientação sexual”, e lutar para a supressão da homossexualidade da lista de doenças mentais. (SILVA, 2011, p.175). Este encontro resultou na maturação de dois novos encontros em 1980: o *I Encontro Brasileiro de Grupos Homossexuais Organizados* – EBHO, aberto a qualquer homossexual inscrito e o *Encontro de Grupos Homossexuais Organizados* - EGHO. Os dois encontros aconteceram simultaneamente, o primeiro de caráter aberto, chegou a 600 participantes enquanto o segundo, de caráter fechado, teve a participação de 200 pessoas.

2.6. Desmobilização do movimento

Entretanto neste turbilhão dos debates pelos movimentos, havia o debate sobre a participação ou não dos movimentos homossexuais na manifestação de 1º de maio de 1980, no ABC paulista, movimento este de greve geral e ligado aos movimentos de esquerda. Este debate, de certa forma, se tornou o grande divisor de águas no movimento homossexual. Grandes partes do movimento, como forma de união, fizeram supressão em outros temas para que o homossexualismo fosse o único objeto de debate (SILVA, 2011) e com a potencial politização e posicionamento do ordenamento político-ideológico do movimento, havia uma considerável chance de conflito por parte daqueles que não acreditavam na intervenção de partidismo dentro do movimento. Curiosamente, após os eventos de 1º de maio (aonde 50 homossexuais, os quais criaram a *Comissão de Homossexuais pró-1º de maio*, participaram das manifestações), o *Lampião* se transformara em um porta voz de diversos ataques ao chamado *setor da esquerda*, principalmente a facção homossexual da Convergência Socialista (SILVA, 2011, p..176).

2.6.1. O racha do SOMOS e o encerramento do Lampião

Desde 1979, tanto vários homossexuais quanto o *Lampião* passavam por perseguições. Vários componentes do grupo SOMOS recebiam cartas ameaçadoras de *Comandos de Caça aos Gays* e, em abril, jornal fora enquadrado em uma investigação pelo Departamento de polícia Federal do Rio de Janeiro, aonde estariam em investigação de atentado ao pudor, sob a decreto 1077 da Lei de Imprensa, que tratavam da moral e do pudor público.

Entretanto, várias outras publicações, atores e cantores como a coluna de Celso Cury, jornalista da colina gay do jornal *Última Hora*, Ney Matogrosso e Bety Faria. Todos estes respondiam pelo mesmo crime por ter dado, ou publicado entrevista ou matérias que atentavam contra a moralidade, e este inquérito teria respaldo do próprio Ministro da Justiça Armando Falcão. No entanto, com a absolvição de Celso Cury, a defesa do *Lampião* foi recebida de forma positiva, e o jornal se juntou ao SOMOS de forma a pulicar que aquela ação fora o primeiro caso de homossexualismo na Justiça Brasileira e que este precedente iria ajudar outras publicações menores. Mais tarde, naquele mesmo ano, o Jornal seria novamente intimado a apresentar seus livros de contabilidade ao DOPS do Rio de Janeiro, com a intenção de provar que o jornal não tinha condições de se manter como uma empresa. Acreditava-se que isto era uma forma de controlar a imprensa, inspirado em um documento secreto do Centro de Informações do Exército (C.I.Ex), a qual promovia devassas nas contabilidades de editoras de jornais “nanicos” levando-os ao encerramento de suas atividades. (MACRAE 1990, p. 164). Estes ataques eram de caráter geral, pois afligiam não somente o *Lampião*, mas toda a imprensa em geral.

Como uma forma de defesa, o *Lampião*, juntamente com o apoio do SOMOS, tiveram um encontro com a revista *Versus* a qual também sofrera perseguição, mas conseguiu também escapar. A *versus* era ligada ao Convergência Socialista, o que despertou desconfianças a outros fundadores do SOMOS. O SOMOS era o grupo de maior referência dentro do movimento homossexual brasileiro que se encontrava em constante crescimento, mas o mesmo não possuía uma estrutura adequada de organização. Quando o SOMOS tinha um tamanho menor era mais fácil o relacionamento pessoal entre seus integrantes, entretanto, um número grande de subgrupos foi surgindo. MacRae (1990) explica este processo desta forma:

“Várias ‘panelinhas’ informais foram se cristalizando, enquanto os elos de amizade entre elas se enfraqueciam. Neste processo, tornou-se problemático um dos subgrupos de identificação. Que faziam reuniões afastadas do Centro, e era composto quase exclusivamente por pessoas novas ao SOMOS. Como, além de tudo, seu coordenador, Glauco Mattoso, não sentisse grande satisfação com o cargo de servir de elo com o resto do grupo, este subgrupo foi aos poucos se desgarrando do corpo do SOMOS, enfrentava-se a existência de membros que não podiam ser realisticamente tratados como amigos íntimos, mas pior que isso, em muitos casos nem ao menos eram conhecidos de vista dos outros” (MACRAE 1991, p.151)

Assim, o crescimento desordenado causava um problema para seu “processo de identificação” do movimento. As discussões se tornavam infrutíferas e as reclamações eram muitas: falta de objetividade, a necessidade de excluir heterossexuais, o perigo da subordinação do movimento, entre outros. Houveram tentativas de se burocratizar o

SOMOS em seu crescimento, mas ao mesmo tempo em que se estabeleciam regras, estas traziam cargas de conflitos de poder e status de hierarquia, o que afastavam subgrupos. As reuniões eram realizadas nas residências dos membros, e eram difíceis achar membros que em suas casas não teriam alguém que era completamente contra o movimento (heterossexuais) ou ainda que não obtivesse dificuldades no seu acesso, como porteiros que ligavam para a polícia (MACRAE 1990, p.161). Não obstante a estes fatos, havia também a crescente discussão ideológica, quanto ao papel das feministas, e a participação política, principalmente quanto ao seu apoio ao *Lampião*. Para além destes fatos, problemas de concordância entre os militantes, “lavagem de roupa suja”, e constantes reestruturações que sempre conflitavam com a posição hegemônica acabaram causando fissuras irreparáveis no grupo.

Assim, em 17 de maio de 1980, na mesma época do I EBHO, o SOMOS passa por um ‘racha’ aonde o grupo se divide em três: o SOMOS, o GALF – *Grupo de Ação Lésbico-feminista* e o *Grupo de Ação Homossexual – O Outra Coisa*. Esta “racha”, que acontece em uma só reunião, acontece através da não concordância de membros com a atuação do SOMOS com a CS, e coincidentemente, a postura das lésbica-feministas, que na realidade, não se interessavam na discussão política do SOMOS, mas estavam se separando pela necessidade de caracterizar um movimento legitimamente feminista (MACRAE 1990, p. 214). Estes grupos somente se reúnem em um particular evento, que são os protestos contra o delegado Richetti³, o qual realizava um movimento de limpeza contra o gueto gay de São Paulo, mas não é o suficiente para manter o movimento SOMOS unidos. (FACCHINI, 2002 p.69). A operação coordenada pelo delegado Richetti provocou imensas manifestações de repúdio, realizando-se, em 13 de junho de 1980, uma passeata convocada pelos movimentos homossexuais, grupos feministas e o *Movimento Gay Unificado* juntou um grupo de 10 mil pessoas, se tornando um dos maiores atos de mobilização ocorridas na ditadura, por seu significado político. Ao mesmo tempo conflitos entre o *Lampião* e a ala mais esquerdista vieram à tona, de forma que se temia a instrumentalização do movimento pela esquerda.

2.6.2. O fim do SOMOS

Este cenário refletiu em um início de um desmonte do movimento. Inicialmente a II EGBH estava programada para abril de 1981, no Rio de Janeiro, mas esta não acontece. Em 1981

³ Wilson Richetti foi o comandante da “operação limpeza”, operação realizada no centro de São Paulo aonde Gays, Travestis, prostitutas e suspeitos eram presos e espancados por vadiagem, atentado ao pudor e conduta suspeita. (SILVA 2011, p.177) (Facchini 2002, p. 69)

também se encerram as atividades do *Lampião da Esquina* o qual funcionava como um veículo de comunicação e um vínculo entre os movimentos e também se encontravam em conflito interno, principalmente entre os conselheiros de Rio e São Paulo. O jornal passou a mostrar um intenso desencantamento com a militância homossexual, atacando vários grupos. Também em 1981, um novo “racha” acontece na SOMOS, agora com surgimento do coletivo *Alegria Alegria*. (FACCHINI, 2002, p.70). O SOMOS continuou suas atividades nas campanhas eleitorais de 1982 para governador, e na campanha do *Grupo Gay da Bahia – GGB* contra a classificação da homossexualidade como “desvio e transtorno sexual” pelo INAMPS. Em 1983, o grupo abandona a sua sede e se dissolve, em volta de problemas financeiros e dificuldades de ingresso de novos membros.

O GALF voltou-se para o movimento feminista, no qual procurava incentivar questões que dessem mais atenção a sexualidade e brigava para que seus membros assumissem a homossexualidade. O GALF mais tarde iria sofrer uma nova dissidência, formando o *Grupo Terra Maria* voltado para o “gueto lésbico, e se manteve até os anos 90 como *rede de informação Um Outro Olhar*, nome este adotado quando recebeu a forma institucional de ONG. Já o *Outra Coisa* se atrelou a outros dois movimentos, o *Eros* e o *Libertos*, os quais rivalizavam com o SOMOS por considerar estes aliados a Convergências Socialista. O *Outra Coisa* buscou evitar uma militância intensa, e a aliança com o *Eros* e o *Libertos* acabou sendo desfeita por conflitos entre os três grupos. O *Outra Coisa* participou ativamente em campanha contra a violência policial, a discussão sobre a questão homossexual nas eleições de 1982 e foi a primeira organização a divulgar informações sobre a AIDS. Tiveram a sua sede compartilhada com a GALF, mas devido a perda de interesse de seus militantes e as dificuldades de pagar o aluguel, o movimento cessa suas atividades em 1984.

2.7. Um mapa de movimentos antes da “segunda onda” e a chegada da AIDS

O que era um Brasil crescente de movimentos no fim da década de setenta, se tornara um declínio em massa dos movimentos em menos de cinco anos depois. Apresentando um declínio rápido pelo próprio conflito interno dentro das dissidências dos movimentos, o Movimento homossexual perdia um número grande de organizações mobilizadoras. O II EBHO previsto para acontecer no Rio de Janeiro em 1981, somente acontece em Salvador, em 1984. Foi o encontro que obteve a melhor cobertura jornalística de todos os eventos do movimento homossexual (SILVA, 2011, p. 178). O segundo encontro teve a participação de 40 participantes entre sete grupos envolvidos. Este número cai ainda mais entre o período de 1984 e 1989.

Não resta claro o motivo da queda na organização dos movimentos nesta época, uma das razões prováveis é que o movimento homossexual, que lutava pela redemocratização, inseria-se em outros movimentos de abertura política no Brasil, de forma que as grandes frequências dos movimentos caíssem, uma vez que um homossexual já não sofria tanto como sofrera no início de 1980. Muitos deles eram pertencentes a classe média, e assim a ilusão de mudança social era somente uma questão de tempo. Em 1982 acontece a fundação do Partido dos Trabalhadores – PT, e já existia a ideia de que a homofobia era algo que talvez se tornaria algo do passado mediante aos novos ares de liberdade. (SILVA 2011). Após a constituição de 1988, aonde se inicia uma *política de concessões* aonde governos criariam espaços para aqueles movimentos que antes se encontravam periféricos. A retirada da homossexualidade do código de doenças mentais em 1985 representa uma vitória das mobilizações realizadas em 1982, mas a inclusão de “orientação sexual” na nova constituição não acontece. Silva (2011) explicita que em 1987, João Antônio Mascarenhas é convidado a participar da constituinte, mas que os esforços para a inclusão de “orientação sexual” na constituição acabam sendo derrotado pelas alianças conservadoras na assembleia constituinte.

A redemocratização retirou, de uma forma, um dos motivos mais importantes quanto a mobilização, que é o cerceamento da liberdade. Apesar de se existir uma liberdade social ainda que limitada por preconceitos, a perseguição política que em tese havia acabado foi, de certa forma, uma das maiores motivações para a produção de publicações como o *Lampião*. Facchini (2002) relata que é possível perceber que “um jornal publicado para lutar contra a censura” teria, de qualquer modo, dificuldade para sobreviver ao fim da censura. Outro fator é o entendimento que a maioria dos grupos se encontravam dentro do eixo Rio-São Paulo, enquanto os outros grupos seguiam as propostas e agenda destes para se manterem ativos, ou seja, era necessário que houvesse um sentimento de pertencimento a um alvo/grupo maior. Facchini, apresenta um trecho de uma entrevista realizada por Silva ao qual menciona que a extinção do *Lampião* implicava na extinção da discussão sobre a homossexualidade. (FACCHINI 2002, p. 74 e 75)

O aparecimento da AIDS no Brasil em 1982 e 1983 causou um imenso impacto na comunidade gay. Enquanto a AIDS aumentava a discriminação pública dos homossexuais, chamando-a de *peste gay* (SILVA 2011, p.187). Inúmeras vítimas se fizeram nesta época, a qual ainda não se entendia tanto a forma de ação da doença quanto a sua transmissão. Entendia-se que, por ser gay, o indivíduo estava automaticamente internalizado na caracterização de “risco” por estar em um grupo ao qual agia de forma “promiscua”. Na

prática, acabou estimulando o retorno daquela discussão de discriminação e sociabilidade que existia nos idos da “primeira onda”. O discurso de solidariedade, frente a tantos preconceitos, tanto da categoria médica, quanto da sociedade, e principalmente frente a uma doença endêmica a qual não se existia cura, trouxe para a arena de discussão instituições públicas as quais no passado seriam inimagináveis a sua participação. Para Silva, não há como separar nesta época, o movimento de luta contra a AIDS e o movimento homossexual porque são história que se cruzam permanentemente. Isso acontece pelo fato da AIDS ter atingido, em tamanha proporção a comunidade gay, de tal forma que acontece não somente um novo levante do movimento, como também uma nova forma de estrutura organizacional, dentro do que veremos como a “segunda onda”.

2.8. A “segunda onda” e as organizações pós-redemocratização

A “segunda onda” do movimento surgiu com atitudes que vieram com o aprendizado dos problemas gerado pela “primeira onda”, e também foi o momento em que as organizações passam a testar a estrutura democrática. Nesta época duas organizações se destacam: a GGB e a *Triângulo Rosa*. Um fato é que eles não necessariamente surgiram depois da desmobilização dos movimentos, pelo contrário, estas organizações já se encontravam ativas. As propostas da GGB e do *Triângulo Rosa* já haviam sido encaminhadas da I e II EBHO (FACCHINI, 2002, p.80). Entretanto, os dois grupos tinham direcionamentos diferentes daquelas organizações que compuseram a “primeira onda”. Primeiramente, eles seguiam o movimento internacional, se distanciando um tanto das discussões politizadas que haviam dentro da SOMOS por exemplo. Isso fez com que os dois movimentos tivessem direcionamento maior com a “causa homossexual”.

Havia, por exemplo, uma necessidade de adquirir uma sede fixa e registrar civilmente os grupos, motivo este que foi fundamental na dispersão de diversas organizações. Um exemplo é a GGB, a qual procurou uma sede própria em Salvador de forma a criar um espaço para o diálogo e atividades. Já o *Triângulo Rosa* foi oficializado, no Registro Civil de Pessoa Jurídica, em 27 de fevereiro de 1985. Ambas as ações de sede própria e registro civil são “contra posturas” aprendidas pela história formada na “primeira onda”. Uma outra postura eram a ênfase dos debates mais politizados e com menos conflitos internos ou posturas de auto-ajuda⁴. A política tem uma forma de abordagem por estes grupos mais pragmáticas, e menos ancorado nas experiências pessoais.

⁴ Auto-ajuda era o trocadilho utilizado para relatar os conflitos internos condicionados ao relacionamento interpessoal dos membros

Facchini (2002) explica que inicialmente, por se relacionar a AIDS com o homossexualismo, os movimentos evitaram entrar no assunto, por considerar o assunto conflitante demais e por acabar considerando a AIDS como uma experiência de “essência”, ou seja aquele que permeia a individualidade. O próprio *Triangulo Rosa* foi esse caso. Já o GGB e o *Atobá*⁵ já procuravam fazer a união entre o movimento e o combate a AIDS, tentando produzir uma resposta coletiva ao tema. O que podemos entender como diferença entre a “primeira onda” e a “segunda onda” vai ser o pragmatismo político das organizações, entretanto esta não vai ser a máxima dos movimentos. O *CORSA* utiliza tanto o pragmatismo político quanto a pessoalidade.

2.9. Crescimento das Conferências e a criação de uma entidade de representação

Em 1990, o número de organizações e movimentos sociais floresce de uma forma avassaladora. O III EBHO, que acontece em 1989, vai ser composto por seis organizações e subsequentemente os encontros nacionais passam a ser anuais. Um dos motivos é a mobilização para o combate ao DST/AIDS, e em 1995 iniciam-se movimentos com financiamento de programas estatais de combate a DST/AIDS, e ocorrem paralelamente aos encontros nacionais. O IV EBHO acontece em 1990, com o grupo *Dialogay* como responsável em Aracajú – SE, destacando-se entre as discussões sobre a prevenção da AIDS e auxílio a soropositivos. O V EBHO acontece em 1991 em Recife – PE. Nos três eventos, o número de organizações que comportam o movimento foram seis. O VI EBHO em 1992 no Rio de Janeiro, houve um crescimento significativo de participantes de 6 para 11. Nestas conferências, o acrônimo se manteve.

O sétimo evento passa a ter um novo nome, face a reorganização do acrônimo para acomodar o movimento Lésbico, se tornando o VII EBLHO, realizado em Cajamar – SP, com um total de 21 participantes. O número de participantes quase dobra. Uma segunda forma de alteração na pauta passa a acontecer também dentro da evolução das organizações que é o culturalismo o qual vai ampliar as noções de identidades, estilos de vida, gênero, com temáticas no âmbito sociológico do movimento. (SOUZA, 2013, p..22). Silva (2011) explica que:

“o encontro obteve sucesso, porque havia uma real vontade política dos grupos para se organizarem nacionalmente, demonstrando que, ainda que existissem grandes diferenças entre eles, elas poderiam ser superadas em prol de um bem maior.” (SILVA, 2011, p..182)

⁵ Grupo criado em 1985 no Rio de Janeiro

Em 1993 acontece o Primeiro Encontro Nacional de Travestis e Liberados em DST/AIDS, no Rio de Janeiro. Este encontro é o primeiro formado somente para Travestis e afins, destacando-se sobretudo pelo fato de ser o primeiro a ter um apoio estatal através do Ministério da Saúde por intermédio da Coordenação Nacional de DST/AIDS. Apesar deste apoio, a lógica deste apoio era a efetivação do “grupo de risco”, de forma a evitar que a AIDS se tornasse pandêmica. (SILVA, 2011, p. 182)

Facchini (2002, p. 91) explica que a formalização de uma coordenação nacional somente advém em 1995, apesar que, em 1980, já existia um projeto de uma comissão, rede ou entidade que coordenasse o movimento em nível nacional, e houve uma discussão de uma “Coordenação Nacional do MHB” no I EBHO. Entretanto as discussões acabaram face o temor de dominação de alguns membros da Convergência Socialista sobre a organização. Já no IV EBHO discutiu-se a formação do “Conselho Brasileiro de Entidades Organizadas de Homossexuais”, mas não houve uma efetiva fundação deste. No final de 1993, criou-se a proposta de uma *Comissão de Direitos Humanos de Gays e Lésbicas*”, que envolveu uma série de dificuldades, desencontro e divergências, se alongando até 1995, na plenária da VIII EBGL, que recebera uma nova nomenclatura: “Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas”, uma vez que homossexual nas edições anteriores do evento definiam o homossexual masculino e não o homossexual em termos de relacionamento entre duas pessoas de mesmo gênero, sendo o homossexual masculino definido por *Gay*. Assim na VIII EBGL funda-se a *Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis* – ABGLT.

O VIII EBGL deixou marcas profundas na transformação do movimento por não somente conseguir executar a criação de uma associação, como também conseguir fazer a inclusão do termo “travesti”, que foi aprovado face a um grupo de trabalho no fórum, que já estava em uma discussão já direcionado ao tema. Foi também o VIII EBGL que se houve a primeira vinculação do Estado com todas as esferas do movimento, pois o ministério da Saude havia financiado o encontro com a reserva específica área a discussão de questões ligadas ao HIV/AIDS, e este encontro foio o que reuniu o maior número de grupos até o momento, com o total de 26 oficinas e grupos, destacando-se aqueles relativos a AIDS, religiosidade, lésbica, transexual idade, homofobia, união civil entre outros. O mesmo evento também obteve apoio da *International Lesbian and Gay Assossiation* - ILGA. No mesmo ano acontece o 17º conferência da ILGA, com cerca de 1200 participantes, no Rio de janeiro.

2.10. Um novo horizonte de relações estatais, formações e de conflitos

O IX EBGLT acontece em São Paulo em 1997, realizado sobre o comando das organizações *Rede de Informação Um Só Olhar*, *Grupo CORSA* e ativistas. Durante o processo de organização surgiram vários conflitos internos, com deterioramento entre os grupos. O encontro teve a participação de 52 grupos, e uma circulação intensa de cartas acusatórias, com posicionamentos, confrontos verbais em plenárias e muita agressividade. Facchini explica que a grande motivação para que houvesse confrontos era o fato de que, a partir de 1995, o envolvimento do Estado exigiu um controle maior nas organizações dos eventos. Para adquirir financiamentos, era necessário que as organizações obtivessem a estrutura de ONG. Um exemplo era a *Rede de Informação Um Outro Olhar*, um dos organizadores, que foi um dos principais alvos de acusação. A *Rede de Informação um outro Olhar* já tinha algum nível de experiência com financiamentos anteriormente e tornou-se responsável para garantir a boa condução, qualidade e resultados das atividades dos encontros, em nome próprio da rede e de outras organizações que pleiteavam financiamento similares. A “agenda” de conflitos contrapunha o posicionamento do movimento na democracia, a “subordinação” ao governo *versus* a preservação da autonomia pelas organizações, machismo *gay* entre outros. As acusações permeavam a discriminação, luta por poder, violência e autoritarismo, criando a denominação *Coronelismo de Militância*⁶, falta de respeito pelo trabalho e falta de compromisso com a causa. Um dos maiores sintomas do conflito, e que até hoje permeia entre as conferências e encontros é a questão da *identidade coletiva*. Conflitos como lésbicas que reclamam que travestis usam banheiro feminino (pois ainda são homens), ou o financiamento para certos grupos, excluindo o “resto”. Tudo em meio de competitividade por uma centralização de importância do tema, conflito este que continua a permear os encontros.

Neste mesmo evento acontece uma passeata pelas ruas da cidade, e foi considerada a primeira manifestação do orgulho *gay*. No ano de 1998, a ABGLT vai ter uma composição de 68 grupos do movimento homossexual de todo o Brasil. É também em 1990, na pós-redemocratização, que se iniciam novas construções sociais de ação política, da esfera pública, do mercado e das relações entre Estado e sociedade civil. Neste parâmetro Souza (2013) analisa principalmente as condições que permitiram a formação do movimento homossexual brasileiro em um momento de pouca atenção estatal, que é justamente entre os anos 1970 e 1980. Toda a informação mais precisa, na grande maioria da literatura, quanto a relação dos movimentos com o Estado se encontra após a metade da década de 1990. Para Souza (2013), a literatura de movimentos sociais pouco analisou os processos de formação e construção dos movimentos das minorias no interior deste processo mais

⁶ Silva (2011) apresenta o termo como a proposta de centralização, trazendo para a sua figura o processo decisório, aonde as organizações giram em volta de pessoas com centralização de poder.

amplo de redemocratização. Por outro lado, as pesquisas tiveram mais foco no intramovimento, negligenciando a relação do movimento homossexual com outros movimentos sociais.

Na medida em que houve maior abertura para a percepção do movimento LGBT, e maior visibilidade, iniciou-se um número maior de pesquisas. Neste âmbito, dois campos se distinguem, o da política e o da organização/identidade. Uma das abordagens mais importantes desta frente entre relações do movimento e conflito interno do movimento é a abordagem de Facchini (2009) no artigo “Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro”. Nesta abordagem Facchini contextualiza o movimento, desde seu surgimento na década de 1980, passando pelo início das ações afirmativas nos anos 1990 com foco na redução da desigualdade de gênero. Facchini não somente apresenta o contexto histórico mas também demonstra quando se inicia a relação entre o movimento LGBT e o Estado. Ela então verifica o deslocamento do movimento LGBT da periferia para o centro e o surgimento das ONGs militantes. Como parte do próprio título, o estudo da autora identifica duas áreas distintas de pesquisa LGBT: Um olhar sobre o “campo”, aonde o movimento se encontra, inter-relacionando-se com outras estruturas e com o governo. Pode ser uma área relacionada, ou qualquer outra adjacente. No “campo” envolve-se o cotidiano, as organizações ativistas e atores de mercado. Já a “arena” são as diversas categorias dentro do movimento LGBT, no qual são defendidos, mas não se encontram diretamente envolvidos. Facchini explica que dentro do movimento existe uma tênue linha entre a transversalidade e a interseções dentro do contexto do movimento. Ela também aborda o mérito do impacto do movimento nas políticas públicas e a politização do movimento.

No âmbito político, existe ainda a análise de Marques e D’Avila (2010) sobre a interação dos movimentos sociais e os partidos políticos. Os autores focam seu trabalho de campo em duas etapas, primeiramente focando os partidos políticos como instituições e a segunda etapa procuram mapear a atuação de parlamentares da Câmara Federal por meio de banco de dados virtual, consultando as proposições LGBT ao longo do tempo e qualificando esses dados a partir de duas frentes parlamentares constituídas: Frente Parlamentar Mista pela Livre Expressão Sexual e Frente Parlamentar Mista pela Cidadania LGBT. A perspectiva é a de que novas subjetividades, padrões conjugais, identidade de gênero e percepções da sexualidade, vem produzindo novas agendas no mundo público, reconfigurando o debate no Brasil. Os autores apresentam um hiato diante da explosão de demandas na última década. Ou seja, essa explosão de demandas advém desta construção de novas identidades no movimento.

Entre o campo da identidade e o campo político, muitos trabalhos de pesquisa procuram especificar uma parte ou outra. Machado (2013) apresenta um estudo acerca da constituição de identidades coletivas em torno da Parada do Orgulho GLBT de Belo Horizonte – MG, com o objetivo de identificar os processos transformativos que implicam na formação de alternativas políticas contra hegemônicas, que objetivam a equivalência dos direitos e efetivação dos princípios de cidadania para gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transgênicos.

O autor discute a especificidade destas experiências na cidade de Belo Horizonte, tentando apreendê-las prioritariamente no movimento que vai da sociedade civil para os espaços político-institucionais. Ele inicia através de uma análise da história da militância GLBT, fazendo a inclusão do mesmo no estado-da-arte dos movimentos sociais dentro do campo metodológico abordando movimentos sociais e identidade coletiva, retratando o movimento e definindo as estratégias metodológicas de forma a abordar dados qualitativos. O autor analisa a politização e o enfrentamento Social LGBT bem como sua história no mundo, definindo os três momentos do movimento e das políticas homossexuais no Brasil e a contextualização do movimento atual. O autor também apresenta a abordagem *in loco* do movimento LGBT em Belo Horizonte, iniciando desde a década de 1970, passando pelos anos 1980 e a epidemia de HIV, e o surgimento de programas e organizações políticas de reação, procurando demonstrar os diversos movimentos e como o movimento LGBT se diversificou a partir dos anos noventa. Assim para Machado, a abordagem do ativismo LGBT no espaço político de dá através da coordenação de direitos humanos e de centros de referência, bem como por meio de pesquisas acadêmicas realizadas sobre a temática LGBT e referência destes grupos nas pesquisas realizadas.

Ao entender as formas de interações das organizações homossexuais no Brasil, desde a sua formação, conflitos e dinâmicas, passamos a visibilidade de um foco nacional para o foco estadual, contemplando o movimento no Espírito Santo.

CAPITULO 3 - O Movimento LGBTI no Espírito Santo

3.1. A Terceira “onda” no movimento LGBTI

O início da década de 1990 é marcado por uma série de mudanças no cenário brasileiro. Facchini (2002, p. 113) identifica primeiramente o contexto político nacional, com a alternância da gerência do Ministério da Saúde, entre 1990 e 1991, dentro da administração do então Presidente da República Fernando Collor de Mello. Os casos de AIDS relatados do Brasil em 1991, passavam em mais de 100% em relação a década de 1980. Na arena civil, impactos da AIDS irão resultar em uma mudança efetiva nas organizações do movimento, sendo estes impactos: a) a morte de vários ativistas, com a construção de uma geração mais resiliente socialmente à ameaça da doença; b) uma maior participação dos movimentos sociais, como as dos profissionais do sexo, e de mulheres, e ainda outras do setor privado que iniciam parcerias com ONGs; c) O surgimento de ONGs compostos por soropositivos, no qual colocava a sorologia como forma de engajamento político. Também nesta primeira parte da década, mais especificamente em 1990, é colocado em prática a decisão de distribuição gratuita de medicamentos antiretrovirais na rede pública.

Nesta época, com o incentivo de pesquisas e coordenação nacional de DST/Aids, começam-se a alterar as configurações dos movimentos LGBTs para uma arena aonde haveria formas de financiamento. Esta forma de organização do movimento proporcionou não somente um debate mais aberto sobre a homossexualidade. Mas também impulsionou a viabilidade de implementação de políticas públicas. Entretanto, Facchini explica que esta acentuação da AIDS dentro da sociedade resultou em uma relação de culpa sobre relações homoafetivas, principalmente aquelas compostas por bissexuais masculinos. Assim inicia-se o uso da classificação de postura sexual e padrões como base de luta para combater a classificação heteronormativa de culpabilidade da “peste gay”. Ou seja, a discussão proposta por Fry sobre a bicha se torna novamente relevante, uma vez que os culpados de transmissão da AIDS eram os “bofes” e “giletes”. E assim, uma nova forma de segregação entrava em ação, em um movimento mais “heteronormatizado”, aqueles que aparentavam ser mais “femininos” compunham um grupo de risco maior, gerando assim uma menor expectativa de discriminação por aqueles mais “homens”, por poder este escapar da visível onda de discriminação face ao aumento de contaminados pela AIDS.

Esta “visibilidade da homossexualidade” vai permear uma forma de categorização e associação, a qual ainda é bastante comum ser utilizada por membros do movimento como forma de justificativa de atuação política, criando um fortalecimento dentro dos movimentos em um sistema de classificação.

3.1.1 Movimentos LGTI no Espírito Santo: o Triângulo Rosa e outras organizações principais

Dentro desta ambientação que cerca a “terceira onda” do movimento, o movimento homossexual no estado do Espírito Santo iniciou-se em 1987 (não que não houvessem formas de manifestação anteriores, mas o primeiro movimento oficializado no estado foi em 1987), em 12 de março através do Triângulo Rosa, formalizado pelo jornalista Amylton de Almeida e o poeta Waldo Motta. O objetivo do Triângulo Rosa no Espírito Santo era esclarecer a população sobre o movimento homossexual e realizar palestras em parcerias com profissionais quanto a AIDS, seja o debate sobre avanços médicos seja a discriminação de homossexuais. Amylton de Almeida foi um jornalista da *A Gazeta*, bem como escritor e roteirista. A fundação do Triângulo Rosa se deu em uma reunião do CIM – Centro de Integração da Mulher. Para Amylton, o *Triângulo Rosa* é uma referência à forma geométrica afixada no peito dos homossexuais, na cor rosa, de forma a enviá-los aos campos de concentração Nazista. A analogia era associada à marca que a AIDS estava trazendo à pequena comunidade gay de Vitória, com a nomeação de “peste gay”, a qual analogicamente, também era uma nova marca a comunidade gay. Amylton tinha contato direto com pessoas dentro de seu círculo íntimo que sucumbiram a AIDS, entre eles, o jornalista Cícero Peixoto, que foi a primeira vítima da AIDS no Espírito Santo, o qual havia agonizado após cinco meses de perda de peso fulminante, sucumbindo à doença em 18 de março de 1987. Enquanto a iniciativa foi inédita no estado, esta não obteve longa duração. Encerrando-se um ano mais tarde. A ação do *Triângulo Rosa* foi basicamente a formação de um grupo de mobilização local, cuja a parceria com a sociedade visava a mobilização, educação e prevenção da AIDS, uma vez que esta, como mencionada anteriormente, era relacionada a comunidade gay, como segue a explicação de Waldo Motta:

Naquela época, nós, os homossexuais, estávamos com medo de até sair à rua, tão forte era a discriminação e o perigo que corríamos. Como bibas conscientes não podíamos deixar a situação assim: criamos o Triângulo Rosa para promover o diálogo, esclarecer a população e buscar a cura da AIDS. (Berger, 2010)

Apesar desta mobilização pouco duradoura, o Triângulo Rosa foi considerado o marco principal de iniciação do movimento LGBTI no Espírito Santo. Dentro desta “terceira onda” é que se evolui de certa forma o debate sobre homossexualidade no Espírito Santo. Nos anos 1990, ainda, surgem outras organizações que vão atuar em um nível mais local de forma a mobilizar políticas e agendas locais para grupos específicos, como a ASTRAES (Associação de Travestis e Transgêneros do Espírito Santo), que foi a primeira organização da sociedade civil a pleitear recursos e parceria com o Estado, com sede na cidade de São

Mateus (Tosta, 2015; Souza Neto e Meireles, 2012), com o objetivo de ser uma referência no combate a DST/AIDS. Na década de 1990 também surge a ALAH (Associação Linharensense de Apoio a Homossexualidade) a qual não somente atua na prevenção de DST/AIDS como também ajudou a organizar o I manifesto LGBT em Linhares – ES. (Tosta, 2015; Souza Neto e Meireles 2012). Entretanto esta organização não se encontra mais ativa (fonte: Entrevistado 09).

A partir dos anos 2000 há uma intensa composição do movimento LGBTI no Espírito Santo, com a construção de diversos movimentos sociais e organizações. Nesta agenda, novos componentes se unem ao movimento, com suas demandas específicas, principalmente no campo do combate a DST/AIDS. A exemplo desta composição, em 2001, surge a ACARD (Associação Capixaba de Redução de Danos), uma organização não-governamental, baseada na região metropolitana da Grande Vitória, e não especificadamente LGBTI, mas com o objetivo de executar projetos de prevenção ao uso de substâncias, combate a DSTs, principalmente hepatites virais e AIDS/HIV, em parceria com o Estado. A ACARD é um exemplo de uma nova forma de atuação, com coordenação técnica multidisciplinar e coordenadores específicos. Devido ao fato desta tecnicidade, é a ACARD responsável por organizar os “manifestos” (nome dado às paradas gays no Espírito Santo) (Tosta, 2015, p. 70). Em 2004 é criada a AGES (Associação de Gays do Espírito Santo) a qual vai trabalhar tanto com DST/AIDS quanto com a promoção da cidadania e qualificação profissional de travestis e transexuais, e o Grupo CORES (Consciência, Orgulho e Respeito no Espírito Santo), criado com o objetivo de criar eventos de socialização, através de mobilizações por redes sociais, promovendo o “Piquenique de Todas as Cores do Amor”, entretanto chama-se hoje de “Piquenique das Cores”. A sua atuação como coletivo acaba por interagir seus membros com outras organizações no estado.

Em 2005, surge a organização de maior referência em ação LGBTI no Espírito Santo: a GOLD (Grupo Orgulho, Liberdade e Respeito), inicialmente na cidade de Colatina, realizando diversas parcerias entre a organização e o Estado. A GOLD é uma das poucas organizações que, em parceria com o município de Colatina, conseguiu implementar duas leis municipais, sendo Colatina o primeiro município do Espírito Santo a ter leis para a população LGBTI: as Leis 5.301 e 5.304 de 2007, as quais instituíram, respectivamente, a instituição do dia 17 de maio como Dia Municipal de Combate a Homofobia e a promoção e reconhecimento da liberdade de orientação, prática, manifestação, identidade sexual e estabelece penalidades quanto a discriminação de identidade de gênero e orientação sexual (Souza Neto e Meireles, 2012).

Quanto ao ingresso de coletivos⁷, podemos destacar diversas iniciativas que prestam serviços e promovem fóruns consultivos. Estes coletivos compõem o movimento estimulando o debate e a integração de seus componentes com o movimento, mas não necessariamente possuem uma articulação política. Dentre os diversos coletivos destacam-se o Coletivo da SINDIUPES (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação Pública no Espírito Santo), a qual já realizou seminários sobre Educação e Diversidade Sexual, focando em educadores; o coletivo Empoderades, pertencente à Universidade de Vila Velha, a qual promove o debate sobre a diversidade sexual dentro do campus de Vila Velha; o NUVEM, que advém do centro universitário Multivix; o coletivo Santa Sapataria, que é um movimento feminista constituído por lésbicas com ações em prol do direito LGBT quanto a área da saúde e educação; o grupo Caos@ção, que é um coletivo universitário no qual promove o cine Caos@ção, realizando debates com filmes da temática LGBT.

Com o aumento do número de organizações, houve a necessidade de criação para um espaço de diálogo entre as organizações e o poder público de forma mais efetiva surgindo assim o Fórum Estadual LGBT, inaugurado em 2006, reunindo militantes, entidades não-governamentais e o poder público, constituindo-se um importante espaço para o debate e construção de políticas públicas (Souza Neto e Meireles, 2012, p. 66). O GEPS (Grupo de Estudo e Pesquisa em Sexualidade), que, através da Universidade Federal do Espírito Santo, vem promovendo eventos, cursos e rodas de conversas entre os membros da comunidade LGBTI do Espírito Santo. Além do Fórum Estadual LGBT, também foram instituídos fóruns municipais em Vitória, Vila Velha e Serra. Outra arena de diálogo é o surgimento da Aliança Capixaba pela Cidadania LGBT, que advém de uma dissidência com o Fórum Estadual LGBT, a qual é fundada em 25 de março de 2015, com o objetivo de suprir os espaços de diálogos a qual o Fórum Estadual LGBT não conseguia alcançar.

Como veremos a seguir este quadro de organizações do movimento no Espírito Santo nem sempre vai ser efetivo quanto a produção de políticas públicas, entretanto, serão pontos de articulação social. O movimento em si é um reflexo da forma organizacional da ação coletiva e da administração governamental em vigor, face as diferenças de formações, repertórios, conexões, e tipos de movimentos (Carlos 2015, p.115). Assim nos cabe entender como o Movimento LGBTI se comporta, a sua formação e seus componentes, e depois olhar esta formação para com o Estado, e como este interage com o movimento na produção de políticas públicas.

⁷ Os coletivos são assim autônominados pelos ativistas.

A Figura 1 representa o movimento LGBTI no ES como uma “rede de movimento social” formada por organizações, associações, coletivos, fóruns e alianças.



Gráfico 1. Composição do movimento LGBTI Atual⁸
Fonte: Elaboração própria.

3.2 Enquadramento Interpretativo sobre a questão LGBTI

O ponto aqui é entender como o movimento LGBTI, em sua rede que une os componentes do movimento, consegue produzir uma atuação para produção de política pública estadual, apresentando um panorama interpretativo da evolução desta interação desde o ano de 2008 até 2018, com seus consequentes encaixes com a política pública. Em um conceito mais generalizado, Jasper (2014) relata que “os movimentos sociais são esforços persistentes e intencionais para promover ou obstruir mudanças jurídicas e sociais de longo alcance, basicamente fora dos canais institucionais normais sancionados pelas autoridades” (JASPER, 2014, p.23). Estando a cultura ligada aos Movimentos Sociais, no sentido que estamos aqui observando um movimento de cunho cultural a qual possui uma interpretação subjetiva. Diani complementa a ideia de movimentos sociais como coletividades formadas por uma rede de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e organizações, engajados em conflito político ou cultural com base em identidades

⁸ Nomenclatura da estrutura: Aliança Capixaba LGBT (ALIANÇA), Empoderades, Santa Sapataria, Caos@ção, NUVEM, GEPS, ASTRAES, ACARD, AGES, CORES, GOLD, Forum LGBT Espírito Santo.

compartilhadas. (Diani 2003, p.5), se tornando assim o movimento uma coletividade de redes e eventos (Diani, 2003, p.11). É lógico assim afirmar que para capturar estas diversas formas de interpretação é necessário entender, como a passo de uma década, o movimento LGBTI conseguiu estabelecer certos espaços na política Estadual. E como estes espaços são caracterizados como encaixes dentro da estrutura estatal, satisfazendo certas demandas do movimento sem a necessidade de se criar resistências para tal. Assim, a ideia proposta por esta pesquisa é entender as formas de acesso do movimento LGBTI, verificando a interação do movimento dentro da esfera estadual.

Para entender então a formação da arena dos movimentos no Espírito Santo é preciso pontuar que já havia no Brasil um caminho de desenvolvimento de políticas públicas voltada para o movimento LGBTI como a criação do programa “Brasil sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e a discriminação contra GLBT⁹”, no qual foi criada pela SEDH (Secretaria Especial de Direitos Humanos) da Presidência da República, em 2004; também em 2004 surge o “Comitê Técnico da Saúde da População GLBT” com construção específica para o SUS. Em 2006, ampliam-se a participação da representação LGBT para dentro do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e surge os “Princípios de Yogyakarta”¹⁰, um tratado internacional para indução de políticas nacionais LGBTI. Em 2008, acontece a 1ª Conferência Nacional de Política Pública e Direitos Humanos LGBT (1ª CNLGBT) que teve como objetivo “(...) propor as diretrizes para a implementação de políticas públicas e o plano nacional de promoção da cidadania e direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais” (BRASIL, 2008, p.03). Assim aconteceu a geração do Plano Nacional de Promoção a Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNCDH-LGBT) cujo objeto principal era “orientar a construção de políticas públicas de inclusão social e de combate às desigualdades para a população LGBT, primado pela intersectorialidade e transversalidade na proposição e implementação destas políticas” (BRASIL, 2009,p.10)

Com base então eu reuni uma análise documental desde o ano de 2008, assim como realizei nove entrevistas com ativistas membros das principais organizações LGBTI acima mencionadas, assim como também conversei com testemunhas do processo de construção de políticas estaduais. Devido a intrínseca rede e possíveis conflitos, eu enumerei os entrevistados de um a nove. Estes entrevistados apresentam as diversas versões e históricos do movimento os quais demonstram a rede de relações entre os componentes do

⁹ A adoção do acrônimo GLBT é o registrado nos documentos da época.

¹⁰ Os Princípios de Yogyakarta são aqueles que criaram padrões internacionais de aplicação de legislação de direitos humanos em relação a orientação sexual e identidade de gênero.

movimento. O que observaremos é a implicitude de uma gama de fatores no movimento, a qual não somente alimenta as expectativas de valores como também os prospectos de alinhamento desses valores. Dentro dos ‘quadros’ interpretativos, diversas demandas imperam em interesses diferentes, assim como as formas de repertórios deste movimento dentro de um espaço social. Cada Movimento Social possui componentes que são importantes para que estes surjam, as quais, mobilizando-se em redes, influenciam no crescimento do movimento (JASPER, 2004, p.120), bem como na estrutura do Estado.

3.3 Rede de Relações Sociais do Movimento LGBTI no Espírito Santo

O meu primeiro contato com o movimento foi através do GEPS, aonde eu pude perceber que as estruturas do movimento LGBTI possuíam um viés mais cultural, fato este que mudou completamente a minha perspectiva sobre a análise do movimento em si. A prática disso somente pôde ser contemplada no 1º encontro LGBTI do Espírito Santo, em dezembro de 2017. Neste encontro eu testemunhei um verdadeiro embate sobre como o movimento deveria se portar e como o Estado deveria responder ao movimento ao ser questionado um representante do governo estadual na conferência. Esta iniciação foi o princípio de clareza necessária para entender o que durante o meu período de campo pude contemplar: uma extenuante rede de mobilização. A formação dos ativistas, na maioria dos entrevistados, era realizada pela própria dificuldade na militância e nas associações de relações com outros grupos. Alguns foram chamados para a militância, outros ingressaram já através do histórico familiar, com experiências em ocupação e mobilização em comunidades. Outros ainda se encontraram na militância somente buscando um tratamento igualitário. Estas marcas sociais produziram uma gama de ativistas, como relata entrevistado nº3:

Eu entrei no movimento a partir do momento que eu comecei a notar as diferenças, as desigualdades e como os LGBTs sofriam preconceito. (...) Então, eu entrei no DCE aí eu peguei uma cadeira de políticas do interior e a partir disso eu ia pra todos os outros cantos da universidade e aí eu comecei a ter contato com muita gente e a ouvir as demandas também dessa galera. E aí a gente viajou para o encontro LGBT e quando a gente retornou desse evento, a gente sentiu a necessidade de criar um coletivo LGBT. Mas a gente não estipulou o coletivo como universitário e nem como sendo da universidade, pra poder abranger a galera de fora que quisesse entrar também. Embora o coletivo fosse composto majoritariamente pela galera que tava lá. E aí depois do CA, eu (...) peguei coordenação nacional no (...) que eu representava o Espírito Santo, voltei, aí o coletivo meio que rachou porque a galera foi fazendo outras coisas fora, a galera entrou no mestrado, (...) cada um teve que tocar sua vida e a gente não deu muito conta mais de manter o coletivo porque a gente tinha muita demanda. E aí, a partir disso, eu meio que me afastei da militância porque começaram a existir várias picuinhas dos outros movimentos com a gente, e aí eu dei uma pausa. E quando eu voltei eu falei: “Ah! Vou entrar no (...)!”. (Entrevistado nº 3, em 14/12/2017).

O fator cultural é extremamente importante no fator de engajamento no movimento. Silva (2010) apresenta que nas duas últimas décadas, apesar das inúmeras mobilizações no espaço social e significativa expansão deste espaço, neste mesmo período as ciências sociais brasileiras apresentam uma diminuição nos esforços analíticos orientados aos estudos dos processos de construção e atuação dos atores constitutivos desta sociedade civil, parecendo um dado homogêneo, naturalizado, principalmente nos estudos da década de 1980. Isso fica claro na pouca penetração destes estudos no militância, sobre dinâmicas e sentidos do associativismo ou sobre a política de conflitos¹¹, os quais ocupam posições centrais de pesquisa no âmbito internacional. Neste parâmetro de apresentação ele define que grande parte dos trabalhos pesquisa o engajamento com defesa de certas posições políticas-organizativas e dos movimentos que as encarnam. Esta postura, de acordo com Silva, trouxe perspectivas interessantes e importantes desdobramentos para o campo de estudos sobre movimentos sociais, a saber que a maioria dos trabalhos adotam o pressuposto do “dever ser” em seu objeto de análise e a partir deste pressuposto avalia a atuação dos atores empíricos. Entretanto, Silva e Ruskowski (2010) abordam a temática do engajamento militante analisando as redes interpessoais e a conjugação entre a militância e as esferas da vida, influenciando no engajamento de militantes na criação de uma identidade coletiva. Eles consideram que a rede interpessoal pode mostrar as condições para a adesão à militância, a partir do conceito de identidade, com relações pré-estabelecidas e condições ambientais favoráveis ou desfavoráveis. Neste meio eles identificam o conceito de identidade a partir de três dimensões: identidade como reconhecimento, identidade como experimentação e como orientação. Estes três conceitos podem se tornar variáveis em um estudo de levantamento de identidade, por exemplo. Como resultado, os autores apresentam que a dimensão emocional apresenta uma importância central para o processo de identificação e engajamento militante, o que pode ser identificado como aspecto da socialização, de forma que o engajamento acontece não somente por ter um espaço para interação e recrutamento, mas também por estimular um espaço de estudo, diversões, amizade e trabalho.

3.4 Os Trans e o Movimento LGBTI no ES

Nos depoimentos dos entrevistados, esta militância acontece de uma forma orgânica, ou ingressando em um espaço de diálogo, como universidades, ou recebendo e adquirindo experiências através do histórico familiar ou religioso. O que levou muitos a militarem dentro

¹¹ O autor menciona política contestatária, o que permeia o mesmo sentido do que abordamos anteriormente em Contentious Politics.

do movimento foi a oportunidade de se engajar em um processo de melhoria do movimento e uma presença visível de conflito. Principalmente sobre aqueles a qual existe uma visibilidade maior, como no caso dos travestis ou transexuais, que aqui denominamos de Trans. O entrevistado N° 4 reintera a sua forma de adesão ao movimento:

Foi em 2008, quando eu comecei a receber convite dos criadores do fórum estadual (...) eu comecei a receber convites deles dizendo que eu era uma ativista. Eles diziam: "Você é ativista! Você é uma pessoa ativista!" E eu não entendia o sentido que eles tavam me dizendo que eu era ativista, eu tinha uma atividade dentro da cultura na área das escolas de Samba e eles começaram a dizer que, hoje eu interpreto assim né, a minha presença de travesti era um ato político dentro desses espaços, então eu era uma ativista. Hoje ainda tem muita gente que não interpreta isso, que não tem essa interpretação, e hoje eu tenho convicção até que toda travesti é um ato político. Porque viver numa desgraça dessa que a gente vive com as pessoas impondo o que tem que ser, então toda travesti é um ato político. Então foi aí meu primeiro contato. (Entrevistado n° 4, em 21/12/2017)

Como fontes visíveis de observação, diferentemente de outras formas de engajamento, o movimento Trans dentro do movimento LGBTI possui a característica física e visual como fatores principais para sua segregação ou mobilidade. A estigma é um dos fatores ensejadores para a perpetuação da violência homofóbica, de acordo com Zamprognio (2016, p.113), a estigma contra a população LGBTTT¹² é o social, a qual não consegue se encaixar na estética de outras formas corporais que se encontram no "convencional". Isso acaba por gerar uma violência, a qual gera um fator cultural identitário, definindo uma agenda amplamente específica para um lado do movimento, que hoje possui um engajamento quando aos quadros interpretativos de identidade. Gurza Lavalle e Shattam (2018), enquanto existe um olhar para a transformação das demandas do movimento, suas categorias práticas e canais de negociação, existe também a fixação do olhar para a decantação das estratégias de atuação e repertórios discursivos de tais movimentos em função dos processos de interação socioestatal em curso, com atores engajados. Assim sendo, nosso olhar não pode negar que a caracterização cultural do movimento, com base neste estigma visual afete a percepção de engajamento, e isto fica claro quando, ao ministrar os questionários aos entrevistados, eu tenha obtido falas de engajamento principalmente no que tange ao movimento Trans. Assim, se torna fundamental caracterizar o movimento em dois lados. Um dos lados deste movimento é o engajamento da política Trans, que não somente ocupa grande parte da agenda pública LGBTI, como também é um dos principais tópicos de prioridades do movimento LGBTI por seus militantes. (fig. 2) Entrevistado N°5 comenta:

¹² A autora usa a abreviação LGBTTT a qual reconhece a divisão entre travestis e transexuais.

A primeira violência que uma pessoa LGBT sofre é na sua família, a segunda é na sua escola e a terceira é quando ela precisa arrumar um emprego e não tem, não tem em nada. Não tem um curso, não terminou o ensino médio e também não tem o apoio da família. E aí ela acaba caindo aonde? Na prostituição! Então eu acho que empregabilidade e educação são demais urgentes, até porque a gente, no tripé da cidadania, a que mais se fechou pra conversa sobre orientação sexual, sobre identidade de gênero e sexo seguro é a educação. E quando isso se fecha o preconceito aumenta o índice de infecções também e eu não falo só pro LGBT, eu falo que a educação tem que conversar sobre sexo seguro a própria juventude, entendeu? Então assim, empregabilidade é horrível! Se você é um gay hetero normativo com alto grau de “passabilidade”, beleza! Você é aceito em quase todas as esferas é bonito né ver hetero normativo! Não choca, não causa, olha “que lindo!” “Porque você não pode ser como seu primo que não chama tanta atenção?” Entendeu?! Mas quando tu tem a sua sexualidade expressa no seu modo de se vestir, no seu modo de se falar, no seu modo de conversar aí as pessoas começam a te rejeitar. Eu tinha muitas esperanças que: “Nossa, vou terminar o meu segundo técnico e as portas de emprego vão se abrir!” Porcaria nenhuma!

Meu primo tem ensino médio incompleto e chove emprego na horta dele porque ele é hetero e é normativo. Agora pra mim, não importa o quanto a gente seja inteligente, o quanto a gente se profissionalizou vão se fechar as portas porque você não se encaixa no padrão idealizado. (Entrevistado nº 5, em 21/12/2017)

A figura 2 trabalha justamente na questão da prioridade do movimento, e nas entrevistas pode se perceber que há uma grande preocupação com a causa Trans. Esta causa também acaba sendo uma referência na produção de política pública, a qual possuía uma agenda muito clara quanto a transexuais e travestis, mas não tão clara quanto às outras necessidades do movimento (Gráfico 2).

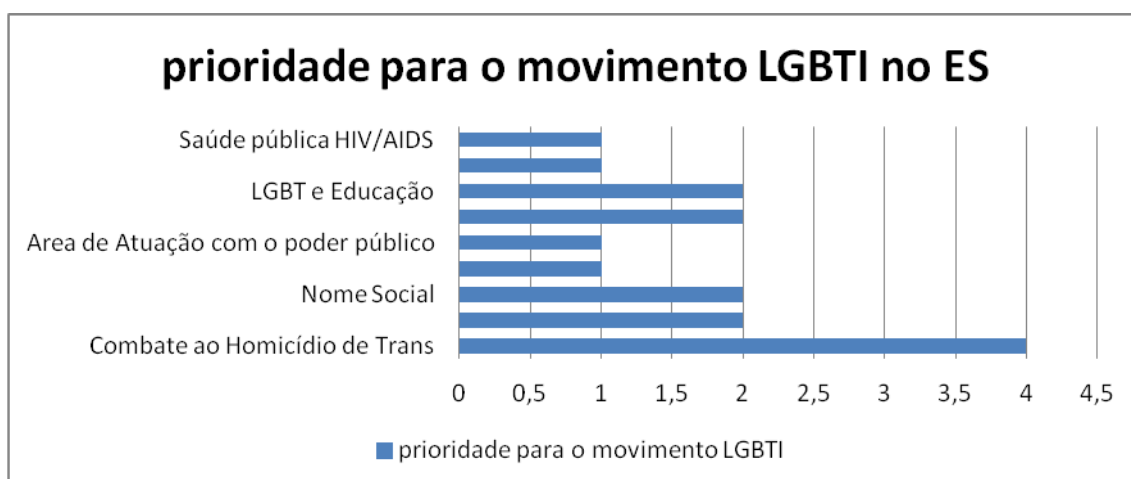


Gráfico 2 – Resposta distribuída para a pergunta. 3.2 “Na sua opinião, quais são as principais demandas, ou áreas de atuação, do movimento LGBTI no Espírito Santo? Quais são os assuntos de maior emergência?”

Fonte: Elaboração própria.

Este levante do tópico Trans é importante principalmente no que tange ao mapeamento das relações dos componentes do movimento. Não são poucos os relatos de violência Trans no Espírito Santo, face ao número de depoimentos que apresentam como esta violência se tornou um motivo para engajamento do movimento em políticas públicas. Entrevistado n° 4 relata a diferença, por exemplo, na ressocialização de presos, com o uso de Prestação de Serviço Comunitário (PSC):

Como que nós queremos ajudar nossa população se a gente quer fazer política pra ela e não quer ajudar aquela que, de alguma forma, tem algum compromisso ainda em pagar com a justiça? Que cometeu alguma infração, não deixando de observar todo o seu contexto social, de vulnerabilidade, familiar... Como que ele chegou a fazer aquela infração? É um menino trans que roubou uma blusa de gênero masculino, pra se sentir bem em uma loja, e foi punido, entendeu? E aí quantas de nossas instituições poderiam ter cumprimento de medida pra receber esses adolescentes, entendeu? Então a GOLD é a única, a única instituição que tem PSC (prestação de serviço comunitário) adolescente, PSC adulto pra cumprimento de medida, prioritariamente para LGBT. Não havendo a população LGBT aí sim a gente oferta vagas pra outra pessoa entendeu, mas prioritariamente seria para a população LGBT que não tem aonde cumprir. Até porque esse cumprimento de medida é muito triste, porque você não indica uma pessoa pra cumprir medida. Você indica uma pessoa pra ir lá na instituição e fazer uma entrevista pra ver se ela vai ficar e aí, por exemplo, você vem cumprir uma medida comigo a instituição tá precisando ela vai escolher quem? Ela vai escolher o jornalista, o médico, o terapeuta, ela vai escolher todos aqueles de nível superior que cumpriram medida, o político que roubou 51 milhões de pau, entendeu?! É só assim! Tô dando um exemplo bem absurdo né, até porque esse cara não estaria cumprindo uma medida, mas pra você ter noção... Aí aquela outra pessoa que é estereotipada pelo cabelo, pela cor, pela forma de andar, pela deficiência... ela vai ficar sempre devendo a justiça porque a travesti vai cumprir medida aonde? Quem vai querer uma travesti? (Entrevistado n° 4, em 21/12/2017)

Além deste exemplo acima, existem outros fatos decorrentes de homofobia e violência que criaram intensas repercussões. Em 29 de julho de 2007, dia em que a 5ª parada gay de Cariacica, foram espalhados cartazes com os seguintes dizeres “*Se o seu pai fosse gay você não teria nascido. Pense nisso*” (Fig. 1)



Fig.1 – Cartaz espalhado em 29/07/2007, um dia antes da parada gay.

Existem também várias situações que permeiam esta violência com a população Trans, como o isolamento e falta de assistência dentro do sistema prisional, ou ainda a indução da violência que afeta não somente a pessoa a qual sofre porque é diferente, mas também sofre dentro do âmbito familiar. Entrevistado nº4 explica:

E aí, o que que acontece, com pessoas LGBTs que estão no sistema prisional eu recebo um monte de pedido! De contato com a família, contato com materiais higiênicos que faltam, então são essas situações. Como que eu dou conta de tudo? Companheiros que estão fora e que não conseguem provar sua união, porque não tem união estável, não tem casamento e eles só consideram se tiver uma união estável, casamento. Como que se prova isso se no Facebook não pode compartilhar fotos do relacionamento porque a família não aceita? “Mas ele tá lá dentro, eu quero visitar ele...” São inúmeras coisas e eu não dou conta disso tudo. Alguns casos urgentes eu pego, por exemplo, o menino que tentou se suicidar. Aí eu vou tentar fazer e me dedicar horas e horas teclando com ele. Teclando pelo Whatsapp, o que eu acho totalmente errado mas é a única coisa que eu poderia fazer no momento. (Entrevistado nº 4, em 21/12/2017)

Entrevistado nº 9 complementa com outras duas situações, as quais foram geradoras de futuras interações entre o Movimento LGBTI e a estrutura estatal:

Provocados por 2 episódios trágicos que é o suicídio de um menino Rodney em Vitória em 2012 e na mesma ocasião o assassinato do Wyllis em Vila Velha, nós acionamos a secretaria de segurança pública e a partir daí construímos um diálogo que foi bastante efetivo.(...) Era exatamente época de carnaval, e nessa época eu tinha uma atuação (...)no fórum estadual (...), então nós tivemos o espaço de uma semana pra outra, de 15 dias, o suicídio do Rodney em Vitória ele era aluno da rede de ensino fundamental, a mãe dele já tinha tentado mudar de escola e levado reclamação pra escola, pra secretaria municipal de educação, pra conselho tutelar de que o filho dela sofria bullying. Ele era chamado de *gordo* e de *veado*, de *veadinho gordo*, era exatamente essa época de carnaval teve uma festinha na escola e ele chega em casa depois dessa festa e se mata, se enforca com um cinto. E ele deixou uma cartinha, isso reverberou no Brasil todo com esses programas sensacionalistas, e ficou colocado “Em Vitória menino se mata porque era chamado de gay”. Ai depois, não sei se foi antes ou depois, em Vila Velha o Wyllis um jovem de 20 e poucos anos, uns 24 anos, foi

assassinado com 69 perfurações. Ele foi para um ponto de pegação, se vulnerabilizou, levou 2 rapazes pra dentro de casa que resultou nessa tragédia. Morto com 69 perfurações claramente um crime de ódio. Então essas duas situações nos mobilizou, mandamos ofícios pra governador do estado na época pros dois casos, governador, prefeito, o próprio ministério público que na época não tinha a sua coordenação, enfim... O único que deu atenção, que deu respostas, que nos chamou, que nos atendeu e marcou reunião, uma reunião longa, foi o então secretário Henrique Herkenhoff da secretaria de segurança pública que levou lá os delegados responsáveis pelos inquéritos e saímos dali com um encaminhamento, um desdobramento disso, na formação da polícia civil e depois, posteriormente, da polícia militar. (Entrevistado n° 9, em 15/02/2018)

No artigo “Sexualidade e orientação sexual: notas sobre o Estado do Espírito Santo”, de 2012, Souza Neto e Meireles expõem que Vitória recebeu o título de “capital mais homofóbica do Brasil” dentro de uma pesquisa encomendada pela UNESCO. Esta pesquisa chamada “juventude e sexualidades”, analisa a forma de pensar de estudantes, familiares e corpo técnico pedagógico da escola em relação a distintas dimensões da sexualidade. Das 14 capitais pesquisadas, Vitória ocupa o terceiro lugar na afirmação de que a homossexualidade é uma doença, entretanto, o corpo técnico, indagado sobre o conhecimento do que é a homossexualidade, fica em primeiro lugar no ranking de conhecimento. Em depoimento, pelo menos seis entrevistados mencionaram protestos por assassinatos de travestis como uma parte de repertórios realizados por estas organizações, e em pelo menos três entrevistas há declarações de que o Estado é percussor de ações de uso da estrutura Estatal como forma de violência e distanciamento do tema Trans dentro da arena LGBTI no Espírito Santo. Entrevistado N°4 comenta:

Ministério público, aquela desgraça que tá acontecendo tá de recesso! Gente aquilo é uma desgraça não serve pra nada não! Só perdido, entendeu? As vezes me chamam de, teve gente que me chamou até de louca e eu vou falar o que? Fazer o que? Eles fazem o que? Minimamente fazem alguma coisa talvez faça aquele enfeite, aquela coisa assim só pra dizer(...).(Entrevistado n° 4, em 21/12/2017)

Entrevistado N°5 complementa:

Então todo lugar que você vai é jogado esses dados epidemiológicos na sua cara, como se fosse culpa do movimento ou só os gays tivessem isso, a gente entende que os números crescem mas ninguém comenta também de que foram 300% no índice de idosos, entendeu? Parece que a culpa é só do LGBT, as pessoas idosas que são ainda, sabe, bem refreadas em termos de direitos mas vivem livremente sua sexualidade aí e vai atuando na vida sexual e também tem HIV. Só que quando a gente fala da saúde do LGBT só fica focado no HIV, parece que a gente não tem diabetes, parece que a gente não sofre de insônia, parece que a gente não tem dor de estômago, parece que a gente só pode ter AIDS, sabe? E isso é bem chato!

Eu fui em uma conferência, na semana passada, que três de quatro palestras eram sobre dados epidemiológicos. E geralmente as pessoas culpabilizam muito a travesti, a travesti que é trabalhadora do sexo. Culpabiliza ela porque ela tá se infectando, parece que ela quer mas não é! Nunca pararam pra pensar se ela tá trabalhando com o corpo dela, se ela contrair HIV e se infectar pode ser considerado acidente de trabalho. A gente fica muito chateado com isso por que quando fala se fala de saúde LGBT é só AIDS, então a gente tenta estar nesses espaços pra mudar essa visão. (Entrevistado nº 5, em 21/12/2017)

Esta visão é corroborada quando se menciona, nas entrevistas, quais são os grupos, associações, ou coletivos mais importantes para o movimento LGBTI no estado. A GOLD é a mais mencionada (Gráfico 3), que, apesar de ser a organização com a maior mobilidade dentro do movimento, é uma organização a qual a maioria de suas ações aborda a arena Trans.

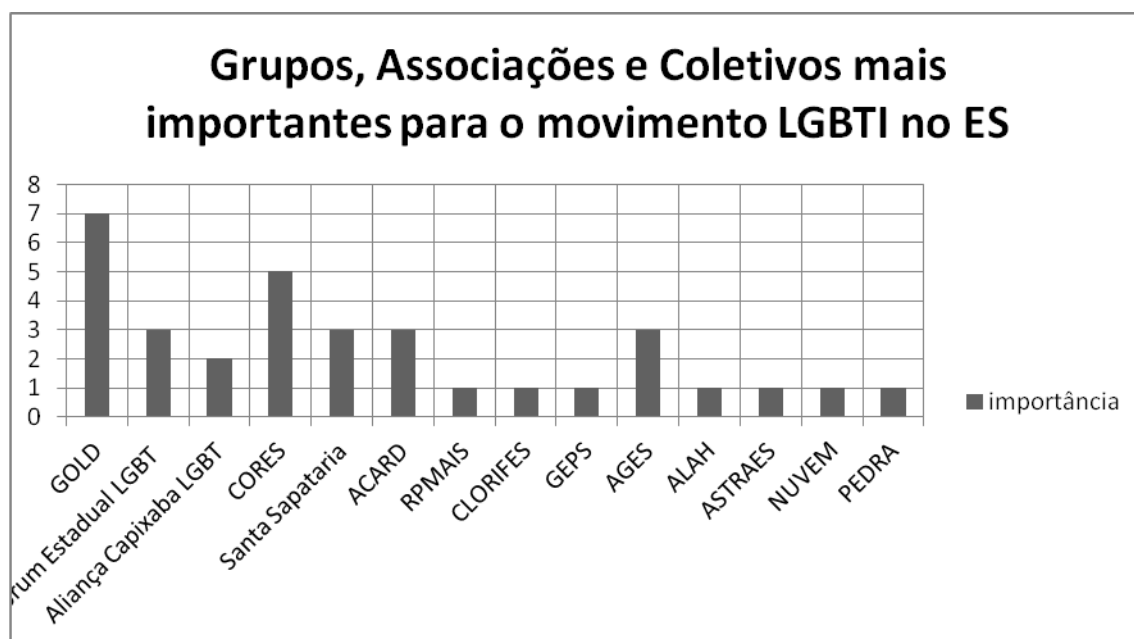


Gráfico 3. Pergunta 2.8 Pensando no Espírito Santo, quais são os grupos/ associações/ coletivos mais importantes para o movimento LGBTI no Estado?
Fonte: Elaboração própria.

3.5 O Partidarismo no Movimento LGBTI no Espírito Santo

Um segundo ponto de influência do movimento LGBTI no Espírito Santo foi o partidarismo. Apesar de neste momento a atuação partidária não está mais relevante, ela já foi um ponto de ruptura dentro do movimento, e continua acontecendo hoje de forma mais discreta. Houve um momento de maior confluência entre as organizações. Entrevistado nº8 explica que houve “um período no Espírito Santo em que teve um boom de ONGs assim ligados ao tema e de pequenos coletivos, que foi entre 2006 e 2009, em que existiam mais de 20

quase 30 organizações (...) um tipo de ativismo muito mais LGBT mesmo”. Entretanto esta confluência é rompida por disputas dentro do próprio movimento. Entrevistado nº8 explica que:

“Um processo pesado de luta entre algumas organizações LGBTs foi dilacerando o trabalho, foi dilacerando o movimento de maneira muito pesada. Teve um tempo que o fórum LGBT do estado se configurou no espaço de petistas e pessoas do raio de influência, ou minimamente simpatizantes com pessoas petistas não necessariamente com o PT, com lideranças ligadas ao PT.” (Entrevistado nº 8, em 27/01/2018)

O surgimento da Aliança Capixaba pela Cidadania LGBT (ALIANÇA) acontece através de uma cisão do Forum Estadual LGBT. Como mencionado anteriormente, o Forum Estadual LGBT é um espaço para o engajamento de formulação de propostas do movimento LGBTI para a política pública, antes da formação da ALIANÇA, era tida como único espaço de confluência de demandas. O Entrevistado nº8 apresenta também esta formação da ALIANÇA:

“E aí surgiu um outro grupo, que foi a ALIANÇA, e a ALIANÇA congregou todo mais, a ALIANÇA congregou o povo que era ligado ao PSB, o povo ligado ao PP, PPS, ligado ao PSDB e essa partidização de dois grupos que algumas vezes mais explícitas e outras vezes menos explícitas, transformou o movimento LGBT num palco de guerra. E aí isso naturalmente foi esvaziando os espaços, pela característica que eu te falei anteriormente, por não ser uma militância necessariamente de uma organização o tempo todo, mas uma militância que era muito feita a partir de fóruns que reuniam indivíduos não organizados, essas disputas foram esvaziando e fazendo esses indivíduos saírem o que impedia que esses indivíduos depois tivessem contato com ONGs, com coletivos e aí sim se sedimentassem. Mas acho que teve meio esse efeito.” (Entrevistado nº 8, em 27/01/2018)

Entrevistado nº9 explica melhor este processo, através de seu engajamento no processo:

O fórum estadual eu tinha ideia de ter só um mandato, até porque eu entrei com propostas de trazer novidades de quebrar uma hegemonia partidária que tinha e eu não concordava, embora fosse filiado ao partido, entrei lá pra quebrar essa hegemonia partidária e eu acho que cumpri, mostrar um jeito diferente de fazer buscando a inserção em nível nacional e eu acho que nós conseguimos fazer isso. Então com a missão cumprida eu me excluí do fórum e mais recentemente nós criamos, a uns 3 anos atrás, exatamente por entender que é um espaço do fórum que estava desgastado com as relações partidárias e mais ainda não permitia participação de entidades, nós criamos a Aliança Capixaba pela cidadania LGBT que é um espaço de trabalho cooperativo então destoa um pouco, não é exatamente uma organização no sentido comum, porque é um espaço de trabalho cooperativo com representação de entidades e não de pessoas. Então (...)

hoje estou participando desse espaço que é a Aliança Capixaba pela cidadania LGBT. (Entrevistado n° 9, em 15/02/2018)

Entretanto, Entrevistado n°9, em seu engajamento, demonstra que era necessário uma alteração no sistema de estrutura do Fórum, apresentando que não era somente um fator de divisão partidária, mas uma necessidade de alterar a forma de ação destes espaços, como ele apresenta:

Quando (...) a ALIANÇA foi fundada, houve por parte de algumas pessoas do movimento social, o entendimento de (...) oposição ao fórum estadual, o que não é verdade. O fórum estadual (...) é uma estrutura (...) que deve continuar existindo pra agregar as organizações da sociedade civil, mas que tava desgastada, uma estrutura engessada que tem eleição pra coordenação, tem essa estrutura não horizontal, e isso é um problema porque, por exemplo, inviabiliza a participação do ministério público e cria um outro problema também, que já ao longo dos anos se evidenciou, que é a disputa do espaço político o estar nesse “espaço de poder” (...) de fato desgasta, então grupos partidários tem o interesse de estar ali. Então pra criar um espaço linear, pra ter um espaço linear e de resolução de problemas (...).

Outra coisa que contrapõe, que justifica o porque de ter a ALIANÇA, lá na reunião do fórum vai 1 pessoa, 2 pessoas, 3 pessoas e tem o mesmo peso de uma OAB, de um ministério público, então aí acaba desgastando e fica reuniões pra emitir notas e pouca resolutividade. (Entrevistado n° 9, em 15/02/2018)

Entrevistado n°2 apresenta também o como a forma estrutural do Fórum, por vezes se torna ineficaz, ao relatar quais são as organizações mais importantes para o movimento LGBTI no Espírito Santo:

“Eu vejo o fórum estadual LGBT, apesar de ele estar esvaziado eu mesmo cheguei a ir algumas reuniões esse ano e depois nem fui mais porque tava indo eu sozinho. Então assim, o movimento tem que pensar se essas reuniões mensais elas são válidas ou se hoje é melhor você pensar em reuniões bimestrais até com o espaço maior hoje com a rede social você conseguiria atingir, não precisa ter reunião presencial. Mas o fórum ele é importante, associação eu vejo a GOLD é uma associação impactante acho que faz um trabalho, principalmente com a saúde, que é interessante. (...) Aliança capixaba, porque ela é um pouco diferente, ela envolve instituições, envolve o movimento também, só esses. (Entrevistado n° 2, em 14/12/2017)

Apesar de haver esta influência partidária, a grande maioria dos entrevistados se diz apartidários, e que apesar de possuírem um histórico de militância, existe um consenso de neutralidade partidária, ainda assim, dentro das demandas há uma profunda semente de partidarismo nas relações entre os coletivos, organizações e associações, principalmente no

que tange a orientação das organizações (juntamente com o fator cultural) como podemos ver no depoimento do entrevistado nº 4 quando indagado sobre as prioridades do Movimento LGBTI no Espírito Santo:

“Garantir a retirada desse presidente, garantir que a gente continue lutando pelas conquistas de direitos de todas as pessoas, não só as pessoas LGBTI. A população LGBTI ela tem que interpretar, tem que entender, tem que assumir o papel com a humanidade, com a pessoa e não é só com a sua sexualidade. Então não adianta eu querer ser LGBTI e buscar direito com o meu inimigo, com essa sensação de terror, de impunidade que as pessoas têm e vou culpar o adolescente, vou culpar o preso que saiu de saidinha e que já morreu nessa noite... Essa sensação que coloca um monte de LGBT sem interpretar todo o nosso histórico de violação de direitos e hoje a solução é prender, a solução é matar, a solução é encarceramento... enfim! E também temos o que vai acontecer com a população LGBT, o que vai acontecer é o corte nas políticas. Eu vou dizer pra você que isso não vai afetar alguns homens brancos, gays cis, que já ocuparam um espaço, conseguem andar, conseguem frequentar, conseguem trabalhar sem as pessoas saberem que eles são gays. Agora, com certeza, travesti e a população, eu vou chamar de queer não binários, essa população toda que a gente conseguiu que eles existissem e se assumissem agora, talvez existissem visivelmente e não na existência mesmo de já existiu, mas ter esse direito. Com certeza nós vamos perder, entendeu? (Entrevistado nº 4, em 21/12/2017)

Ou mesmo quando indagado sobre a interação do movimento com órgãos do estado, a fala é de revolta como “Não sei menina! Você vai ter que instituição? A Ordem dos Advogados do Brasil? Golpista! ” ou “Ministério público, aquela desgraça que tá acontecendo tá de recesso! Gente aquilo é uma desgraça não serve pra nada não! Só perdido, entendeu?”. A fala expressa como parte do movimento se sente com instituições que são consideradas de “direita” dentro do Estado, o que afeta a rede de apoiadores destes movimentos, bem como a percepção de receptividade da política pública Estadual voltada para o público LGBTI.

3.6 Redes de Apoiadores e Repertórios de Ação Coletiva

A rede de apoiadores do movimento se alinha as duas características fortes que dividem o Movimento e que de certa forma se competem por encaixes institucionais, mas acabam por abranger lados que se complementam. Os vínculos são realizados através de parcerias que muitas vezes são canalizados através do Forum LGBT ou através da ALIANÇA. O Fórum consegue um número de mobilização alto, principalmente por seu tempo de atuação. Na verdade grande parte desta rede de associações é realizada de forma intermediada. Ou seja, através de intermediários, como explica Entrevistado nº3:

É o fórum. O fórum estadual na verdade é o principal ali, por que ele meio... como ele tem várias cadeiras acaba abrangendo várias pessoas de instituições, então tipo o foco é o fórum. O fórum que consegue levar a demanda pros outros lugares. (Entrevistado nº 3, em 14/12/2017)

A GOLD é um foco secundário de ação intermediária. Muito do que o Forum não consegue, na arena Trans, a GOLD consegue reunir por ser uma referência no estado em ações políticas, como expressa o Entrevistado nº5:

Então, como eu disse, ela (a GOLD) já tem essa visão de referência estadual e daí como cada pessoa que trabalhada aqui está interada em mais ou menos 2 conselhos, então a gente tem uma ideia do que tá acontecendo em vários líderes: saúde, educação (...) Então assim eu vejo a GOLD meio como um QG, as pessoas se reúnem, a pessoa vem saber, as pessoas se encontram... Quando a gente vai em encontros idealizados pela GOLD a gente vê todas essas instituições juntas discutindo sobre políticas públicas, e dando seus pontos de vista, eu acho fabuloso assim!

Desta forma, uma parte da rede de apoiadores do movimento vê através da atuação do Forum LGBT uma arena de confluências para tentar produzir políticas públicas. A SESA é uma secretaria que usa as reuniões do Fórum como instrumento de acesso ao movimento, como relata o Entrevistado nº 2 ao explicar alterações na legislação do conselho estadual de saúde:

Como a conferência é uma instituição, assim como o conselho de saúde é uma instituição, nós tivemos uma mudança na legislação do conselho estadual de saúde que não tem assento pra população LGBT, que deveria ter só que não tem. Só que no final do ano passado (2016) votou-se a nova legislação do conselho, ela traz uma vaga pros movimentos organizados populares, e como LGBT é um movimento popular organizado a partir do fórum, principalmente, ou da GOLD, por exemplo, eles vão poder concorrer a uma vaga de assento. (Entrevistado nº 2, em 14/12/2017)

Já do outro lado a ALIANÇA que vai realizar conexões diretas com o poder público, e evita forma de conflitos diretos, como realiza a outra parte do movimento. Desta forma ela consegue trabalhar parceria que abrange assuntos que o Forum Estadual LGBT não consegue como explica o entrevistado nº9:

O que nós temos feito são reuniões ordinárias, o ano passado teve uma interrupção não foi todo mês, tá se constituindo também ainda 2 anos,3 anos é pouco. Mas é basicamente por reuniões ordinárias, a ALIANÇA tem uma carta de princípios somente é uma forma horizontal de participação e de representação. Então a gente não tem por hábito manifestações por notas públicas. É por um problema na mesa e ver quais daqueles parceiros tem condições de resolver (...) por exemplo, nós estamos com um plano de pauta pendente que é exatamente pra regulamentação da lei municipal em Vitória que penaliza administrativamente a discriminação por homofobia. Até

hoje em Vitória não regulamentou essa lei, então nós já pautamos essa questão, já buscamos entender o porquê da não regulamentação, eu acho que num próximo momento já é buscar uma ação mais efetiva. Primeiro é sempre o diálogo colocando as entidades, por exemplo, Vitória é parceira da ALIANÇA mas ela tá com um problema então como é que nós vamos fazer isso? (Entrevistado nº 9, em 15/02/2018)

Para entender melhor esta rede de apoiadores, o gráfico. 4 apresenta o campo de relações do movimento de forma mais clara.

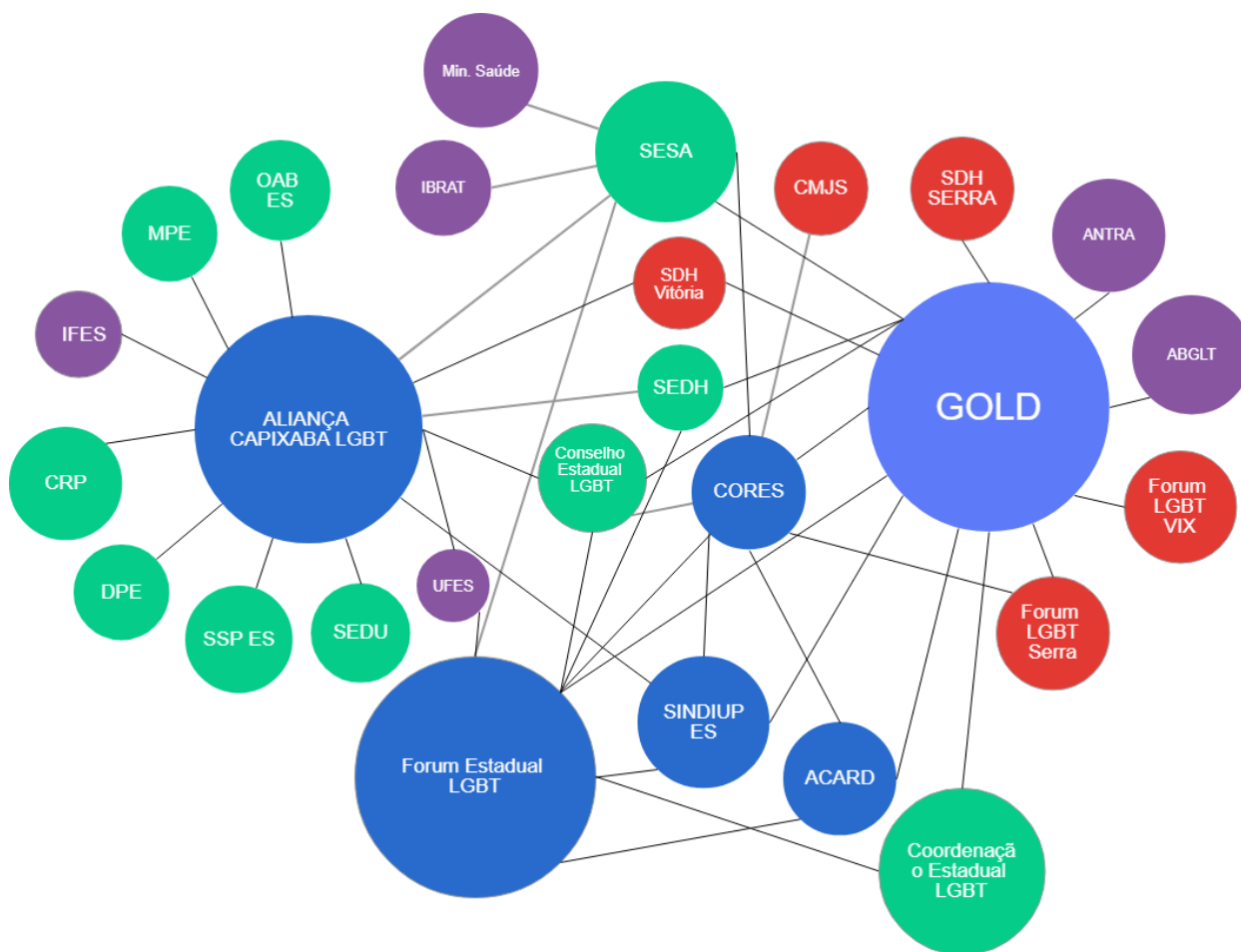


Gráfico 4. Rede de apoiadores do movimento LGBTI
Fonte: Elaboração própria.

Esta figura acima demonstra como os movimentos se relacionam, em termos associativos, de acordo com as entrevistas realizadas. Ela demonstra três centros a serem considerados, A ALIANÇA, a GOLD e o Forum Estadual LGBT. Em entrevista, dois deles são mencionados profusamente, o Forum e a GOLD, enquanto a ALIANÇA, mesmo não sendo tão mencionada, possui um alto nível de associação com secretarias estaduais e órgãos públicos, reflexo este resultante de uma postura pouco conflituosa politicamente. Assim, a GOLD consegue um número maior de associações em movimento municipalizados, como fóruns, e outras organizações que tratam mais do movimento. O Fórum, por ser um espaço

de diálogo, reúne associações com as organizações em geral, enquanto a ALIANÇA vai se associar mais com as secretarias estaduais (com a exceção da SESA)

3.7 Repertórios de Ação Coletiva

A rede de apoiadores do movimento está intimamente relacionada ao seu repertório de ação coletiva e vice-versa.

Os repertórios de ação coletiva são aquelas ações que se identificam como as formas de manifestação e protesto do movimento, no nosso caso, o movimento LGBTI no Espírito Santo. Quando mencionamos os repertórios de ação, podemos dividi-los em repertórios extrainstitucionais e repertórios institucionais, essa última forma nem sempre reconhecida como repertório de movimentos sociais pelas teorias clássicas de movimentos sociais. Sobre isso, Carlos relata que:

Frequentemente, ambas as teorias dos movimentos sociais (PP e NMS) correlacionam o protesto público e a ação extrainstitucional ao comportamento autônomo dos atores e a sua coerência entre os fins e os meios, ao passo que a sua interação com a política institucional é comumente avaliada como dependente e cooptada e o seu comportamento estratégico é concebido como algo que restringiria e paralisaria o seu compromisso com a mudança (CARLOS, 2015, p. 52).

Recentemente, Abers, Serafim e Tatagiba (2014) propuseram a ampliação dos repertórios de ação coletiva dos movimentos sociais, incluindo quatro rotinas: protestos, participação institucional, ocupação de cargos e política de proximidade. Considerando o movimento no Espírito Santo, podemos assim nomear seus repertórios de ação extrainstitucionais : (a) “manifestos” LGBTI¹³, (b) rodas de conversa, (c) visibilidade, (d) ações de repúdio no que tange a assassinatos, repúdio a cartazes homofóbicos, (e) barricadas, (f) vigílias, (g) atos públicos, (h) marchas, (i) denúncias e (j) mobilização online. Dentro desta esfera de repertórios, podemos dizer que muitos deles funcionam em combinações, com a intenção de criar aceitações sociais. O entrevistado nº 7 expressa isso:

“Nesse sentido assim, de algumas coisas políticas, a gente trabalha mais com o viés cultural mesmo que é ocupação dos parques públicos de levar a população LGBT lá pra dentro, de que os trabalhadores que a população que geralmente tá ali naquele lugar que veja que aquela população existe e que tem direito a lazer, cultura, ocupação e a gente promove algumas campanhas que, não que a gente puxa, mas que os outros coletivos puxam a gente tem uma articulação bem legal (...) a gente não atua muito nesse

¹³ É como são chamadas as paradas gay no Espírito Santo, o nome “manifestos” vem justamente legitimar o objetivo da parada, de forma a segregar da noção geral de que a parada é uma festa de celebração do orgulho gay (*pride*).

sentido assim de ações civis essas coisas mais de edição por que a gente não tem ninguém aqui da área do direito ainda. (...) Com relação aos atos, a gente já puxou muita coisa! O 12 de Março aqui em Vitória, que é o dia municipal contra a LGBTFobia, sempre esteve junto com o fórum nessas ações. Recentemente a gente puxou um ato lá em Viana... Em Vila Velha, na Carlos Lindemberg, onde foi assassinada uma menina trans que era inclusive atendida pelo projeto “É massa ficar sabendo”, eu acho que é isso!” (Entrevistado nº 7, em 21/12/2017)

Como acima descrito, o uso de rodas de conversa com visibilidade é uma das formas encontradas pelo movimento de, não somente produzir uma interação que acaba por criar diretrizes dentro do movimento, mas também por fazer com que o grupo se mostre de forma a alterar o espaço social dotado de costumes/ tabus. Outras forma de repertórios são utilizadas, como citado pelos entrevistados, como vigílias, manifestos LGBT (como são denominadas as paradas), barricadas, principalmente atreladas ao protesto contra a violência LGBTI.

Quanto aos repertórios institucionais, com parte do movimento já estabelecendo um diálogo e produzindo encaixes institucionais, estes são realizados através de (a1) fóruns, (b1) conferência Estadual LGBT, (c1) conselhos, (d1) ações em conjunto, (e1) audiências públicas, (f1) uso de leis. Dentre estes repertórios o mais utilizado são os fóruns, tantos estaduais quanto municipais, aonde as demandas acontecem e é ali realizado o contato com as instituições necessárias para a mobilização bem como o contato com pessoas chave do movimento atuando como especialistas em secretarias, comissões e departamentos. Assim, o acesso do movimento dentro do Estado, no momento de produzir demandas ou influenciar na produção de políticas públicas funciona através da inserção dos militantes do movimento, na ação intencional de produzir estratégias de políticas públicas. Esta ações podem ser interpretadas como encaixes quanto ao fato de serem inseridas na sua integração de demandas, na política pública. A inserção das demandas e a receptividade de cada organização quanto aos temas a serem debatidos são decididas por atores chaves, que irá fazer a conexão entre o Movimento Social e o Estado. Entrevistador nº8 inclui que:

“Primeiro que os fóruns sempre foram espaços com as duas composições né?! Então, tanto os fóruns municipais quando estadual, sempre contou com a presença do poder público e o espaço de troca era ali. Em pouquíssimos momentos a relação entre movimento LGBT e poder público foi contenciosa, baseada no conflito e no tencionamento, na maior parte do tempo é um jogo de pressão, mobilizando atores que já existem dentro do público e que tem contato com a pauta tencionando atores específicos pra atuação. E dentro da assembleia legislativa, por vezes, acionando deputados e parlamentares que tem sensibilidade ao tema ou mesmo no congresso federal. Mas com o poder público, particularmente com o poder executivo, a relação se deu muito sempre por dentro dos fóruns, muito por

dentro desses espaços por que dentro da máquina estatal, seja ela municipal ou seja mais estadual, há um nível grande de permeabilidade desse tema por técnicos que se interessam, gestores que se interessam, já existem políticas públicas em nível federal ou estadual que dão essa capilaridade e aí criam esses sujeitos, que são os sujeitos que tem afinidade com o tema e que são pressionáveis na medida em que também tem afinidade por que se comprometem eticamente a partir da sua profissão, ou a partir da posição que ocupam dentro do estado e aí tornam-se sujeitos pressionáveis e são pressionados a dar resposta a agenda, então chamando audiências, chamando eventos, chamando reuniões... Faz-se todo um processo de pressão pra que a agenda entre no dia a dia do poder executivo mesmo. Pressionando outros atores do próprio estado né? Ministério público, defensoria pública pra também exercerem pressão. Raras vezes essa pressão foi uma pressão propriamente formal com apresentação de interpelações judiciais. Normalmente era articulação com esses indivíduos do poder judiciário, pra eles usando a influência que tem a relevância social que tem a pressionarem outros agentes do estado a incorporar a agenda ou darem resposta a agenda.” (Entrevistado n° 8, em 27/01/2018)

Os encaixes produzidos por estes repertórios são os projetos em parcerias, com prazos determinados, entre organizações e Estado, bem como com municípios, como relata entrevistado de n°4:

Então nós temos 2 prêmios de direitos humanos, prêmios da assembleia legislativa então temos um histórico muito legal de projetos em parceria com o município de Colatina, em parceria com o governo do Estado, na coordenação de DST da secretaria de saúde e parceria com assistências, direitos humanos então são 12 anos de trabalho, sabe?! O ruim disso assim é que um projeto que tem data de meio e fim, acabou acabou, entendeu?! E não tem nada que eu possa fazer pra dizer assim: “Isso aqui não vai acabar”, a qualquer momento (...) tá correndo o risco de fechar. (Entrevistado n° 4, em 21/12/2017)

Estes projetos limitados são realizados pelo fato de já haver um histórico de luta antiga por esta parte do movimento, que por um lado abriu caminhos e fronteiras com ações como a exigência de cumprimento da lei, como por exemplo o uso da lei da transparência, como relata Entrevistado n°4:

Bem, a gente tem um bom relacionamento com a secretaria de direitos humanos do município da Serra, mas quando se trata de gestão é bem complicado por que a gestão ela quer parecer que é parceira mas ela faz mais coisas por próprio colo, né? Mas tem pessoas que você encontra trabalhando na gestão que estão gestão, entendeu? As que são na veia militantes que são sociedade civil, só estão exercendo uma função ali só que pra manterem o seu emprego dão uma retraída na voz, se calam um pouco pra manter. Eu acho que emprego hoje tá tão difícil que quando as pessoas conseguem elas meio que se cala, tentam apaziguar a situação e acabam perdendo até um pouquinho sua voz, entendeu? Mas a gente... Um bom relacionamento com essas pessoas, não! Mas um bom controle social a gente tem sim. Por exemplo, na reunião do conselho estadual se a saúde falta, se a educação falta a gente pela lei da transparência entra e pede

ponto, quer saber porque faltou , porque não tá indo enquanto gestão...
(Entrevistado n° 4, em 21/12/2017)

Desta forma os repertórios institucionais podem ser resultantes da ação coletiva do movimento, na medida em que expressam as estratégias de ação dos atores coletivos. Por outro lado são encaixes institucionais que favorecem o acesso do movimento às instituições, influenciados pelo processo de decisão relativo as políticas visadas do movimento, que também podem ser induzidas pelo Estado. Enquanto repertórios se encontram na ação dentro do contexto de integração, por outro lado, encaixes são os acessos ao Estado e a influência no processo político.

CAPÍTULO 4 – Interação do movimento LGBTI com o Estado do Espírito Santo

4.1 Criação da SEDH e as Conferências Estaduais: Formação do tripé da cidadania LGBT

Nesta abordagem a qual iniciamos, a formação de grupos do movimento LGBTI, como a formação de grupos e associações de representação, como vimos no capítulo anterior, já se encontravam estabilizadas. No primeiro governo Lula (2003-2006), do Partido dos Trabalhadores (PT), a inclusão de movimentos sociais dentro da política pública aumentou consideravelmente, e saúde foi uma das arenas privilegiadas dentro desta interação (Coelho e Gurza Lavalle, 2018), culminando em uma política mais direcionada às necessidades do movimento LGBTI no Brasil. Em 2003 acontece a 12ª Conferência Nacional de Saúde, com o tema de direitos LGBT, e em 2004, juntamente com a sociedade civil, surge o “Brasil sem Homofobia” e do “Comitê Técnico de Saúde da População GLBT”, induzindo a construção de uma política específica para o SUS voltada ao segmento (Brasil, 2013, p.11). Acompanhando este desenvolvimento, em 2008, é organizada a 1ª Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Esta conferência, organizada pela SEDH (Secretaria Especial de Direitos Humanos) da Presidência da República (PR), teve, em sua etapa estadual, a participação de 27 conferências e, na etapa nacional, mais de 600 delegados.

A partir desta 1ª Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, surge o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, formalizado pela SEDH-PR. Este plano surge em conjunto com o Programa Nacional de DST/AIDS e se divide em dois eixos estratégicos. O Eixo Estratégico I visa a promoção e defesa da dignidade e cidadania LGBT e o Eixo Estratégico II busca a implementação sistêmica das ações de promoção e defesa da dignidade e cidadania LGBT. O Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT consiste na segunda indução na política pública visando a “elaboração de políticas públicas voltadas para o segmento LGBT, mobilizando o poder público e a Sociedade Civil organizada em um pacto democrático.” (Brasil, 2017, p.62).

No Espírito Santo, acontecem neste período três conferências estaduais as quais se encontram interligadas diretamente com a pauta de elaboração e gestão de políticas públicas, expressando formas de interação entre governo estadual e movimento social na produção da política setorial. Assim, a Primeira Conferência Estadual de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais acontece em março de 2008, no governo Paulo Hartung (PMDB), o que seria uma prévia para a conferência nacional. Na organização deste evento participam representantes governamentais (SETADES, SEDU, SESA, SESP, SECULT,

PMV, UFES, ALES, DPE e MPE)¹⁴ e representantes da sociedade civil (Fórum Estadual GLBT¹⁵, PLURAL, Fórum Municipal de Vitória, AGES, Centro Cultural Van Brasil e ATRAES)¹⁶. O objetivo principal desta conferência foi propor as diretrizes para a implementação de políticas públicas relativas ao Plano Nacional de Promoção a Cidadania e Direitos Humanos de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT, com cinco grupos temáticos divididos em: Direitos Humanos, Saúde, Educação, Justiça e Segurança Pública, e Turismo. Primeiramente, houve um pagamento das despesas de transporte para todos os representantes do Espírito Santo participarem desta conferência, custeado através da Secretaria de Estado do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social – SETADES. Neste ponto percebe-se um suporte de órgãos e setores da política estadual com vistas à integração do movimento LGBTI à política estadual, produzindo incentivos e apoios para que o movimento tivesse também uma inserção em âmbito nacional.

Esta conferência apresentou um levante de demandas do movimento (liderado à época pelo Fórum Estadual GLBT), quanto à necessidade de criação de políticas específicas para a população LGBTI. Entre os pontos principais desta conferência destacam-se: fortalecer e desenvolver o programa Brasil sem Homofobia nas três esferas de governo (p.13); apoiar e incentivar a criação de conselhos municipais, estaduais e federais das comunidades GLBT (p.13); criar programas e projetos, a fim de promover a articulação transversal entre diversos setores governamentais e não governamentais de modo a alcançar o modelo de atenção integral (p. 17); promover um ambiente escolar nos princípios da equidade, sem discriminações por orientação sexual e por identidade de gênero, dentre outras demandas. Também aparece a idealização do “tripé da cidadania LGBT”, como uma reivindicação do movimento nacional LGBT através da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT). Enquanto um instrumento fundamental para o acompanhamento e monitoramento do cumprimento das decisões da 1ª Conferência Nacional LGBT, este tripé deveria ser implementado em todos os estados, nas capitais e nas grandes cidades. O tripé da cidadania é composto pelo Plano de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, pela Coordenação LGBT na estrutura dos governos, e pelo Conselho LGBT como instância de controle social.

¹⁴ Secretaria de Estado do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (SETADES), Secretaria Estadual de Educação (SEDU), Secretaria Estadual da Saúde (SESA), Secretaria Estadual de Segurança Pública (SESP), Secretaria Estadual da Cultura (SECULT) Prefeitura Municipal de Vitória (PMV), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo (ALES), Defensoria Pública Estadual (DPE) e Ministério Público Estadual (MPE).

¹⁵ À época ainda com a organização da sigla com o movimento gay priorizado.

¹⁶ Associação de Gays do Espírito Santo (AGES), Associação de Travestis e Transgêneros do Espírito Santo (ASTRAES)

Entre a primeira e a segunda conferência estadual, surge a subDH (Subsecretaria Estadual de Direitos Humanos), em 2011, no governo Renato Casagrande (PSB)¹⁷. A subDH surge mediante um processo já antigo, o qual requeria uma Secretaria Estadual de Direitos Humanos, conforme consta em um documento não oficializado de 2001. A subDH foi formalizada pela Lei Complementar nº 582 de 11 de janeiro de 2011 como uma subsecretaria vinculada à SETADES, a qual passou a se chamar SEADH (Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos), como menciona o art.1 desta lei:

Art. 1º A Secretaria de Estado do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social - SETADES passa a denominar-se Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos - SEADH, de natureza substantiva, que tem por competência a formulação, coordenação, planejamento, articulação e execução das políticas de assistência social, dos direitos humanos, da família, da infância, do adolescente, da juventude, do idoso, bem como a atenção prioritária às pessoas com deficiência e aos grupos excluídos e/ou discriminados pela sua condição de etnia, idade, gênero e condição econômica.

Entrevistado nº8 explica esta formação, relando:

Antes de existir a coordenação de direitos humanos ligada a vice governadoria, dentro do governo Paulo Hartung, ainda no governo Paulo Hartung isso foi uma subsecretaria dentro da secretaria de assistência e esse formato que existiu ao longo de todo governo Casagrande e o tempo que houve no governo Casagrande ficou ligada ao PT essa subsecretaria de direitos humanos.(Entrevistado nº8, em 27/01/2018)

A formação da subDH acaba por ser um avanço na política estadual quanto a temática LGBT, dando início ao cumprimento do “Tripé da Cidadania LGBT”, mas, ao mesmo tempo, demonstra o quanto a política estadual tem dificuldade na formalização de políticas públicas de Direitos Humanos. Esta é a primeira formalização estadual de recepção de demandas LGBTI dentro da estrutura de políticas públicas estadual. A 2ª Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT foi o primeiro evento LGBT dentro de seu bojo, com decreto de convocação no Diário Oficial de 26 de Julho de 2011. A mesma aconteceu nos dias 6 e 7 de novembro de 2011, dando continuidade ao que já havia sido abordado na 1ª conferência em 2008. Esta conferência, planejada pela subDH, com a reunião de 196 participantes sendo 180 delegados escolhidos dentro de 08 conferências municipais e 03 conferências regionais, tem por objetivo implementar o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT – PNPCDH-LGBT, a qual foi montada

¹⁷ O governo Casagrande foi eleito com coligação partidária com o PT. (Coligação Junto Pelo Futuro). O vice-governador Givaldo era do PT e isso mostra a proximidades entre o governo estadual e o federal, em termos de ideologia partidária e composição eleitoral.

em 2010 pela SEDH da Presidência da República, bem como definir os delegados para a 2ª Conferência Nacional LGBT, com a eleição de 16 delegados, sendo 10 da sociedade civil e 6 do poder público. Assim como a 1ª conferência, a 2ª conferência determinou o pagamento dos custos de transporte pela SEASTDH. Esta conferência também determina a responsabilidade das três esferas para as propostas nos eixos de Saúde (eixo 1), Educação e cultura (eixo 2), Sistema de Justiça, segurança pública e combate a violência (eixo 3), Trabalho geração de emprego e previdência social (eixo 4) e Direitos humanos e desenvolvimento social (eixo 5).

Em 2014, vão existir duas inclusões importantes de política LGBTI dentro da política estadual. A primeira acontece em 04 de abril de 2014 com a criação do Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos e os direitos da população LGBT, com destaque ao fomento a implantação de conselhos LGBT nos municípios e no estado. Em 03 de julho de 2014, a SEDU (Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo) faz o seu plano de instituir o Grupo Técnico de Trabalho de Gênero e Diversidade Sexual nas escolas, em conjunto com a sociedade civil.

Em 2015 acontece a transferência da subDH para a Vice-governadoria, mudança esta que acaba dificultando a organização do próprio evento que comandava, qual seja, a conferência LGBT. Esta transferência interórgãos abre decerto um espaço institucional definido ou mais estável para o desenvolvimento da futura secretaria estadual de direitos humanos. Mas, ao mesmo tempo, revela como são maleáveis as instituições, sem uma definição governamental rígida.

Também em 2015 surge a 3ª Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT, a qual mantém a linha de interação entre a sociedade civil e o Estado. A organização da conferência ficou sob a responsabilidade da Vice-governadoria, tendo reunido ao total 138 participantes sendo 108 delegados. A 3ª conferência acontece entre 6 e 7 de dezembro de 2015, com progressos na elaboração de propostas para políticas de combate a violência e promoção da Cidadania LGBT. Com uma repaginação dos eixos, sua organização ficou da seguinte forma: Políticas Intersetoriais, Pacto Federativo, Participação Social e Sistema Nacional de Promoção da Cidadania e Enfrentamento da Violência contra a população LGBT (eixo I); Educação, Cultura e Comunicação em Direitos Humanos (eixo II); Segurança Pública e Sistemas de Justiça na Promoção de Defesa dos Direitos da população LGBT (eixo III); e Marcos Jurídicos e Normativos para o enfrentamento à violência contra a população LGBT (eixo IV).

Em 2016, A Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH) foi criada pela Lei Complementar nº 830 no dia 05 de julho de 2016, dentro do governo de Paulo Hartung (3º mandato), e atende a um antigo pleito da sociedade civil, que almeja o fortalecimento das políticas de promoção, proteção e defesa dos direitos humanos, reunindo-as em uma única estrutura de Estado, capaz de se articular tanto com as outras secretarias quanto com os movimentos sociais. Em 02 de setembro de 2016, a estrutura organizacional da SEDH foi alterada por meio do Decreto nº 4012-R. Assim a SEDH possui uma coordenação de diversidade, a qual é instituída como **Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual e de Gênero**, que se encontra dentro da Subsecretaria de Cidadania e Inclusão Social. Inicialmente sem a nomeação de cargo, mas consequente nomeação em 2017. Esta ação tardia causa, por exemplo, a não inclusão desta coordenação no organograma da SEDH, conforme Fig. 2.

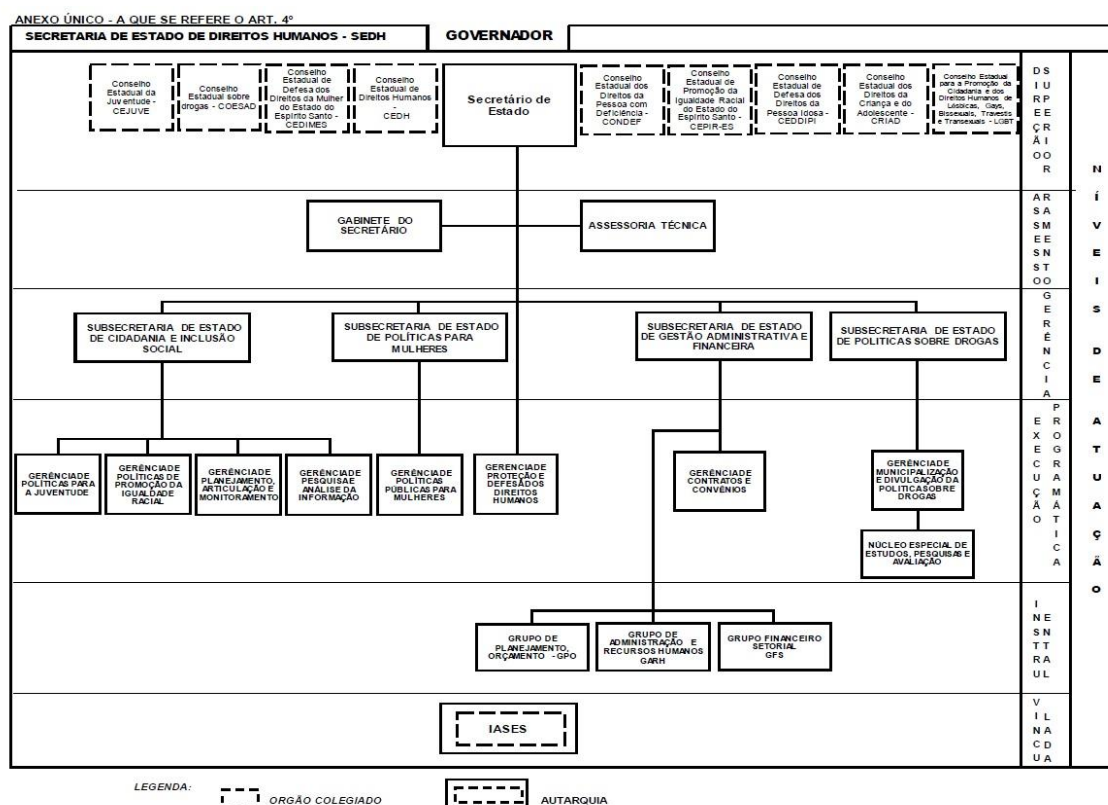


Fig. 2. Organograma da SEDH ES

Fonte: <https://sedh.es.gov.br/organograma>

Nesse organograma encontra-se a estrutura da SEDH-ES, aonde ao lado esquerdo, encontra-se a Subsecretaria do Estado de Cidadania e Inclusão social. A estrutura da SEDH-ES possui mais de uma modalidade de canal de produção de política pública com a inclusão de outros temas que podem ser geridos através de suas gestões e ouvidorias.

Em sequência a formação da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, é formado o Conselho Estadual para a Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – CELGBT, através da Lei 10.613/2016. O propósito do conselho é seguir o plano do “tripé da cidadania LGBT”, concretizando a formação de canais para a interação da sociedade civil com o Estado, dentro de um ambiente institucionalizado voltado à produção da política setorial. O conselho somente tomou posse em 6 de outubro de 2017, ou seja, quase um ano depois de sua criação, após um processo de seleção. Assim esta ação alcançou maior representatividade à população LGBT no Estado. Ainda em 2016, houve a abertura, até 22 de maio, das inscrições para o processo eleitoral de formação do Conselho, composto por 12 representantes da sociedade civil (sendo uma das vagas já destinada, em lei, para o representante da OAB) e 12 do poder público¹⁸. Uma exigência para a participação e representação no conselho era de que os candidatos comprovassem sua atuação na organização, defesa, promoção ou garantia dos direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais há, pelo menos, 2 anos, e ter representação em um município ou em três regiões diferentes do Estado. Ao final de 2017, forma-se o conselho estadual do segmento, o qual é o resultado da implementação do “Tripé da Cidadania LGBT” no Espírito Santo, embora ainda inexistente o Plano de Cidadania LGBT do Espírito Santo, a ser elaborado.

4.2 Encaixes e acessos ao Estado – Secretaria de Saúde

É importante segregarmos aqui a política de saúde voltada ao segmento LGBTI no nível do governo estadual. Uma vertente é o Estado no Espírito Santo como instituição estadual burocrática, e outra é o Ministério da Saúde, no nível federal, o qual vem se posicionando favoravelmente e induzindo o campo LGBTI no Espírito Santo através de diferentes programas e políticas estatais. O Ministério da Saúde, instituindo a Política Nacional de Saúde LGBT em 1º de dezembro de 2011, define políticas próprias para o movimento correlato, sem a necessidade de implementação de políticas por alguma secretaria específica (como a subDH ou a SEDH-ES, por exemplo). Na realidade, o histórico de atuação do movimento dentro da política pública de saúde demonstra um avanço na relação entre atores da sociedade civil e burocracia estatal. Uma luta que se inicia nos anos 1980 e define uma relação simbiótica do Estado com a sociedade civil.

¹⁸ A eleição para escolha dos conselheiros funcionando com a verificação do histórico de militância, ao invés de indicação pelas entidades, pode ser explicado em um futuro próximo, ou seja, há uma possibilidade de se abordar futuramente sobre o processo de eleição e de representação dos conselheiros nesta instância.

Como vimos anteriormente, a política HIV/AIDS tem a sua inserção no movimento LGBT a partir dos anos 1980, devido a proliferação da AIDS e sua caracterização como “peste gay”. Coelho e Gurza Lavalle (2018) argumentam que a arena HIV/AIDS acompanhou o processo mais amplo de transformação do Estado e do setor de saúde no país pós-transição. Um segundo fator que segrega a política de saúde da política estadual no Espírito Santo é a questão da universalidade de atendimento, ou seja, “é responsabilidade do Estado garantir que a saúde pública seja *universal* quanto ao acesso, *equitativa* quanto ao trato ministrado a população e *integral* quanto ao cuidado da saúde”¹⁹ (Coelho e Gurza Lavalle, 2018, p.4 e 5). Estes princípios de certa forma fizeram com que políticas de características mais locais, como as do eixo Rio/São Paulo, fossem ampliadas e implementadas em outras localidades, no Espírito Santo por exemplo.

Então a SESA é gestora da saúde estadual, então ao mesmo tempo que tem um papel com o ministério da saúde, tem um papel com o município. Nosso papel é fomentar as políticas, a gente vai tá executando política de saúde pra população LGBT na média e na alta complexidade, que é papel do estado, tudo que é básico é do município aí nos temos um papel que é (...) relação com o município. Nós vamos fomentar a política, nós vamos avaliar, nós vamos monitorar o que tá acontecendo, nós temos esse papel de estado em relação a atenção básica. Na média complexidade é os exames, as consultas especializadas que a gente tem, o município que não é pleno a gente é o regulador desses procedimentos. (Entrevistado nº 2, em 14/12/2017)

A SESA (Secretaria Estadual de Saúde) então implementa e monitora políticas que foram instituídas pelo Ministério da Saúde, a qual já acompanha o movimento LGBTI nacional a mais de 20 anos. O que acontece dentro da política de saúde estadual é uma indução federal que antecede de certa forma as organizações LGBTI do Espírito Santo, a qual permeia as necessidades do movimento nacionalmente (no âmbito da saúde).

A SESA promove a proximidade não somente com o Movimento LGBTI, mas também com outros grupos sociais, através da área de Promoção da Equidade e do Conselho Estadual de Saúde, que mantém contato com diversas organizações civis. O Comitê Estadual de Promoção da Equidade surge em 2012, com a intenção de agenciar o debate com representantes dos povos tradicionais capixabas e alguns grupos específicos às necessidades de saúde dessas populações. O comitê tem como objetivo o debate e o fomento das políticas públicas voltadas para os povos tradicionais e os grupos específicos. O Conselho Estadual de Saúde é aonde se debate as proposições de políticas públicas para o campo da saúde no Estado do Espírito Santo, é um órgão colegiado de caráter

¹⁹ Destaque feito pelos autores.

permanente e deliberativo de acordo com a Lei 8.142/1990. Entretanto o movimento LGBTI disputa assento com outros movimentos sociais, de forma que a penetração do primeiro na estrutura de saúde é reduzida, como aborda o Entrevistado nº2, ao avaliar como o movimento LGBTI deveria atuar dentro da política de saúde e alcançar representação também em outras políticas setoriais:

(...) como o conselho de saúde é uma instituição, nós tivemos uma mudança na legislação do conselho estadual de saúde que não tem assento pra população LGBT, que deveria ter só que não tem. Só que no final do ano passado, em 2016, votou-se a nova legislação do conselho, ela traz uma vaga pros movimentos organizados populares, e como LGBT é um movimento popular organizado a partir do fórum, principalmente, ou da GOLD, por exemplo, eles vão poder concorrer a uma vaga de assento. Só que eles vão concorrer com negro, com todos os outros movimentos sociais populares organizados. A ideia, nós temos uma agenda com a assembleia legislativa agora dia 06 de fevereiro 2018, que a gente pode tá reivindicando. Faltou pressão do movimento porque quem faz a lei do conselho é o legislador, então eles precisam se movimentar em direção a assembleia legislativa pedindo assento da população LGBT nos conselhos como um todo, não só na saúde mas na assistência, entendeu? Nos direitos humanos eles tem também, se eu não me engano não tô certo agora, na igualdade racial não tem, então talvez se tivesse um movimento pra inclusão desse movimento, que é um movimento organizado, e ter assento nos conselhos.(Entrevistado nº 2, em 14/12/2017)

Desta forma, é fato que as organizações que trabalham com o Movimento LGBTI no Espírito Santo atuam como um movimento de resistência. Entretanto, para uma maior penetração do Movimento, há uma necessidade de correlação com outras instituições políticas para que estas resistências se convertam em políticas mais duradouras ou estruturais, fato este que acaba sendo prejudicado pela própria composição heterogênea do movimento, com suas alianças e disputas. Muitas vezes a atuação em conjunto com certas organizações do movimento possui um tempo pré-determinado para a parceria. Como especifica o Entrevistado nº4:

temos um histórico muito legal de projetos em parceria com o município de Colatina, em parceria com o governo do estado, na coordenação de DST da secretaria de saúde e parceria com assistência, direitos humanos, então são 12 anos de trabalho, sabe?! O ruim disso assim é que 1 projeto que tem data de meio e fim, acabou, acabou, entendeu?! E não tem nada que eu possa fazer pra dizer assim: 'Isso aqui não vai acabar'(...). (Entrevistado nº 4, em 21/12/2017)

No campo LGBT, assim, a atuação acontece nas políticas fundamentalmente Trans e HIV/DST, principalmente com a intermediação do Fórum Estadual LGBT. Enquanto as políticas Trans possuem um caráter mais permanente, por indução de programas estatais, a

política HIV/DST trabalha em diferentes parcerias e formas. Podemos dividir, então, a atuação da SESA em dois campos: atuação no campo Trans e atuação nas políticas HIV/AIDS. O Entrevistado nº2 explica com mais clareza este processo:

Existe uma política nacional da saúde integral da população LGBT que ela não está implantada aqui no estado com esse nome. A gente tem várias questões que passam pela política, só que essa política ela não está instituída. Instituir política significaria fazer uma política estadual de saúde da população LGBT. Existe a política nacional e esta é inserida (...) em todas as áreas da saúde, saúde da mulher, saúde do homem, saúde da criança... e por aí vai. Como (...) faz isso: A partir do comitê da equidade, no qual vão o secretário e um grupo que é técnico pela SESA em direitos humanos e assistência e também é da sociedade civil, mas aí não é só LGBT é de todos os outros vulnerabilizados. (Entrevistado nº 2, em 14/12/2017)

No campo Trans, a SESA promove a operação de redesignação sexual, por via de habilitação, compra de processo cirúrgico e fornecimento de hormônios para aqueles que se encontram no processo de redesignação de gênero, sendo esta uma das prioridades considerada pelo movimento. O procedimento acontece desde 2012. Quanto ao HIV, a SESA possui assento no Conselho Estadual LGBT, aonde busca a fomentação de políticas públicas e o monitoramento daquelas políticas já aplicadas de indução federal, que surgiram de acordo com a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. O Entrevistado nº2 explica como são geridas estas políticas:

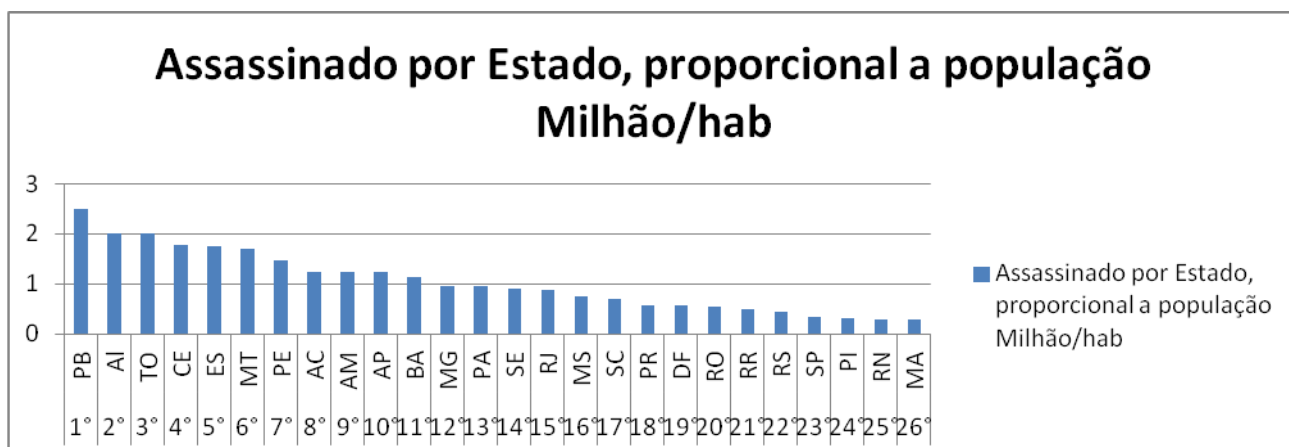
(...) a saúde é dividida em 3 esferas nacional, estadual e municipal e em 3 níveis de atenção: Baixa, média e alta complexidade. Da média pra cima é o Estado, e ele vai estar fazendo regulação, (...) vai estar executando as políticas. Na básica é município, nós temos interface com a básica porque nós também, o tempo todo, temos a responsabilidade, enquanto isso mudar as políticas de fomentar, de articular, de apoiar, de ser apoio pro município, né? (...) Quais são as demandas que você encaminha, por exemplo, pra gestão nacional? Na gestão nacional habilitação seria uma, habilitação de serviço. E algumas políticas estão ligadas lá que é repasse de governo da AIDS, por exemplo, que a população LGBT ainda é um grupo que merece e deve ter essa atenção então assim, a gente tem esses vínculos. E habilitação, tanto da cirurgia que futuramente vai pedir habilitação, que o governo federal paga, repasse o recurso pra que essa cirurgia aconteça e o estado não precisaria ficar nessa. Apesar que mesmo tendo o ambulatório habilitado, que é um serviço custeado pelo governo federal, e habilitação no serviço de cirurgia nós teríamos ainda o papel de regulador, de monitorar e de avaliar essas políticas de atendimento. Então pra nacional é mais pra isso mesmo, ou quando vem demanda de fazer um tratamento fora do domicílio, né, algumas pessoas querem fazer um tratamento fora e a gente tem que custear passagem e tal mas aí é mais uma relação de um estado com outro. (Entrevistado nº 2, em 14/12/2017)

Apesar das políticas de saúde serem de extrema importância no movimento LGBTI, há uma percepção também que esta atenção é uma forma de categorização do movimento, como um “grupo de risco”, e por isto, é importante o movimento conquistar outros espaços associativos, como relata o Entrevistado nº5:

Então todo lugar que você vai é jogado esses dados epidemiológicos na sua cara, como se fosse culpa do movimento ou só os gays tivessem isso, a gente entende que os números crescem mas ninguém comenta também de que foram 300% no índice de idosos, entendeu? Parece que a culpa é só do LGBT, as pessoas idosas que são ainda, sabe, bem refreadas em termos de direitos mas vivem livremente sua sexualidade aí e vai atuando na vida sexual e também tem HIV. Só que quando a gente fala da saúde do LGBT só fica focado no HIV, parece que a gente não tem diabetes, parece que a gente não sofre de insônia, parece que a gente não tem dor de estômago, parece que a gente só pode ter AIDS, sabe? E isso é bem chato! Eu fui em uma conferência, na semana passada, que 3 de 4 palestras eram sobre dados epidemiológicos. E geralmente as pessoas culpabilizam muito a travesti, a travesti que é trabalhadora do sexo. Culpabiliza ela porque ela tá se infectando, parece que ela quer mas não é! Nunca pararam pra pensar se ela tá trabalhando com o corpo dela, se ela contrair HIV e se infectar pode ser considerado acidente de trabalho. A gente fica muito chateado com isso porque quando fala de saúde LGBT é só AIDS, então a gente tenta estar nesses espaços pra mudar essa visão. (Entrevistado nº 5, em 21/12/2017)

4.3 A Política da Secretaria de Segurança dentro do movimento LGBTI no Espírito Santo

A questão da segurança pública sempre foi um ponto forte dentro do Movimento LGBTI no Espírito Santo. Apesar de se ter um número considerável de organizações a qual se destinam aos Trans, pouco se consegue penetrar quanto a política de Segurança Pública. O movimento Trans luta bastante por reconhecimento social, como equidade, respeito, e apoio. Existem diversas pesquisas que colocam o Espírito Santo na lista dos estados mais homofóbicos, uma delas realizada pela ANTRA em 2017, coloca o Espírito Santo em 5º lugar no ranking nacional de homicídio contra Trans, liderando a estatística com estados do Nordeste e Centro-Oeste (Paraíba, Alagoas, Tocantins e Ceará). Neste mesmo ranking, o Espírito Santo é, por uma distância considerável, o primeiro lugar na região Sudeste. Conforma gráfico 5.



Graf. 5 – Assassinato por Estado

Fonte: Pesquisa ANTRA-2017

Zamprogno destaca a forma desordenada do aumento populacional nos centros urbanos capixabas, dado o acúmulo do êxodo rural, causado pela troca da produção cafeeicultora pela pecuária, com a expulsão de mais de 120.000 pessoas (Zamprogno, 2016, p.114). Assim, com um aumento da população de baixa renda, aumentaram-se também as formas de geração de renda e de sobrevivência, com um núcleo familiar patriarcal, enquanto surgiam nas ruas aqueles que não se encaixavam dentro do modelo familiar tradicional, como pedintes, mendigos, prostitutas e travestis.

Nesta composição social uma das pautas de reivindicação dos movimentos sociais é a de se resolver questões que afetam diretamente a comunidade como a violência e a discriminação social, que juntamente com o conservadorismo, criam obstáculos e pré-conceitos que mantêm estes grupos excluídos de qualquer amparo social, ou ainda, desprovê-los de qualquer segurança jurídica através da desclassificação ou recusa de suas cidadanias. Assim, com tais exclusões, componentes pertencentes ao grupo Trans já possuem um estigma de relação com as forças de segurança pública, evitando, ou mistificando suas atribuições como a constante máxima de que não há negociação aonde exista a força violenta como forma de punição.

Dois exemplos dessas violências foram apresentados pelo Entrevistado nº 9, mencionado a fala no capítulo passado, destacando-se os dois casos de violência contra Trans. Entretanto, ao mesmo tempo em que há violências, existe um ato reativo do Estado com o encaminhamento pelo Secretário de Segurança da época do Curso de Formação da polícia civil e, posteriormente, da polícia militar, voltado ao tratamento policial da população Trans orientado por direitos da pessoa humana.

Assim, no período entre 2012 a 2013 acontecem ações, dentro da segurança pública, que são resultados dessa resistência da sociedade civil, como oficialização da união homoafetiva, realizada pela Corregedoria do estado do Espírito Santo, dentro do provimento CGJES Nº 001/2012, em concordância com a sumula vinculante produzida com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI 4277/DF e da ADPF 132/RJ, como através de indução federal. Em maio de 2012, o governo federal, através da SEDH da Presidência da República, realiza juntamente com o Estado do Espírito Santo um termo de cooperação, nos termos do Decreto nº 7037 de 21 de dezembro 2009 e atualizado pelo Decreto nº 7177 de 12 de maio de 2010, o PNDH-3 (Programa Nacional de Direitos Humanos 03). Neste termo, há um comprometimento de “fomentar a criação de redes de proteção e promoção dos direitos humanos da população LGBT, principalmente a partir do apoio à implementação de Centros de Referência em Direitos Humanos”. Este termo de cooperação determina o não repasse de financiamento, mas induz a produção de diretrizes de produção de políticas especialmente designadas para a SSP – Secretaria de Segurança Pública. Esta indução se oficializa através do decreto Nº 3423-R, de 04 de novembro de 2013, a qual determina que a SSP ES passe a realizar estatísticas de Violência LGBT. Em sincronia, o MPES define, dentro de seu ato normativo nº2/2013 a Comissão de Direito a Diversidade Sexual, de forma a acompanhar casos e procedimentos quanto aos assuntos LGBTI dentro da instituição.

Acontece em 2013 também a portaria Nº 766, de 3 de julho de 2013, a criação do Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência Contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT, a qual visa justamente organizar e promover políticas de promoção da cidadania e direitos de LGBT, compreendidas como conjunto de diretrizes a serem observadas na ação do Poder Público e na sua relação com os diversos segmentos da sociedade. Dentro do Espírito Santo, a política de Segurança passa a ter uma integração maior com o movimento, conforme especifica o Entrevistado nº9:

Segurança pública nós já avançamos em algumas pequenas coisas como a formação dos policiais civis, os sargentos da polícia militar também recebem uma formação em gênero, uma conquista nossa do Fórum estadual LGBT, na época em que estivemos lá e batemos na porta da secretaria de segurança e avançamos nesse quesito. A secretaria institui um grupo de trabalho que já resultou em algumas proposições. Entrevistado nº 9, em 15/02/2018)

A atuação do movimento com as políticas de segurança, bem como seus órgãos acessórios como o MPE (Ministério Público Estadual) e a DPE (Defensoria Pública Estadual) acontece

através da organização do movimento denominada ALIANÇA, que desde 2015 conseguiu mobilizar um curso de formação e obter suporte destes órgãos.

4.4 Atuação na Secretaria da Educação dentro do movimento LGBTI no Espírito Santo

A atuação do movimento LGBTI no Espírito Santo acontece também dentro do âmbito educacional. Embora a Secretaria de Estado de Educação (SEDU) possua na sua estrutura organizacional a Gerência de Educação, Juventude e Diversidade, existe uma lamentável inexistência de ações advindas desta secretaria para o segmento. Em 2009, acontece a denúncia de Junqueira, sobre discursos de gestores(as) que negavam a implementação do tema diversidade sexual no sistema escolar.

Em 2011, é publicada a resolução CEE nº 2.735/2011 que dispõe sobre os parâmetros para a inclusão do Nome Social de Travesti e Transexuais nos Registros Escolares do Sistema Estadual de Ensino do Espírito Santo. Esta resolução foi publicada face a uma antiga requisição do Movimento LGBTI, a qual pedia o uso do Nome Social como uma expressão do gênero. Houve também em 2011 a participação da SEDU tanto na 2ª Conferência Estadual de LGBT quanto na 3ª Conferência, com propostas para a secretaria. Entretanto, estas propostas não conseguiram ser implementadas ao que reporta o Entrevistado nº 9:

Tivemos uma grande perda em 2015 quando na votação dos planos municipais e estadual de educação foram excluídos o pouco que se tinha construído nas conferências [LGBT], então o tema diversidade sexual e de gênero foi excluído dos planos então a educação é um grande desafio. (Entrevistado nº 9, em 15/02/2018)

4.5 Acesso a rede de apoiadores e aliados

A formação de alianças, dentro do Movimento LGBTI no Espírito Santo, como abordamos no Capítulo 3, acontece dentro das esferas de interesses, sendo estes ideológicos-partidários, sejam estes na visibilidade e aceitação dos Trans. Assim, vamos apresentar os acessos dentro das organizações com as três Conferências Estaduais. Primeiramente, as conferências derivam definitivamente de indução estatal, uma vez que a formulação de uma conferência federal a qual há de se discutir processos e elaborações de políticas de saúde LGBTI fez com que houvesse uma estruturação na ordem dos movimentos para receber e captar formas de receber estes futuros financiamentos. Como especifica o Entrevistado nº8 ao ser perguntado sobre se o Estado atende as demandas do movimento:

No nível do governo federal, mesmo com uma ação coordenada de agentes conservadores teve um avanço muito forte em termos de política pública. A própria postura do governo federal ao longo dos governos de Lula e de Dilma, e mesmo no governo Fernando Henrique com a entrada do tema no programa de direitos humanos, mostrou uma disposição do estado pra mudar o quadro. Mas a ação sistemática por recurso, de colocar na agenda,

de discutir ações tanto na secretaria especial de direitos humanos mas também na SENASP, secretaria de segurança pública, também na secretaria especial de política pras mulheres depois que ganhou estágios e ministérios também, tudo isso acabou tendo um papel importante de indução das políticas públicas no nível municipal e no nível estadual.(Entrevistado nº 8, em 27/01/2018)

As organizações do Movimento LGBTI conseguem perceber que estas conferências são oportunidades políticas de incorporação de suas demandas no Estado, institucionalizadas em políticas setoriais. Nesse propósito há uma necessidade de recrutamento de membros do movimento como forma de apresentar uma formação oficial das organizações à época. Entretanto, isto é realizado de uma forma sem organização na base da militância. Um exemplo disso foi a primeira conferência, a qual se sucedeu em 2008, pois perguntando sobre como o Entrevistado nº4 entrou no movimento em 2008, este acaba por explicar como foi a dinâmica de seleção de participação desta conferência

(...) Em 2008 eu vou participar da primeira conferência estadual LGBT do Espírito Santo, que aconteceu no hotel Alice aqui no Centro de Vitória, que iria delegados para participar da primeira conferência nacional LGBT, acho que você deve saber mais ou menos o que significa a conferência, que foi a primeira conferência nacional e mundial LGBT. Nunca tinha acontecido uma conferência e foi chamada então pelo ex-presidente Lula. Foi aí que eu comecei (no movimento), depois desse convite felizmente não parei mais. (Entrevistado nº 4, em 21/12/2017)

Assim, fica clara a percepção de que há uma necessidade de se trazer pessoas que estão “engajadas politicamente” mas sem expertise no engajamento. A expertise acontece através da militância e convivência a qual é utilizada para legitimar a necessidade de criação de políticas públicas para o movimento LGBTI do Espírito Santo. Uma segunda evidência é a falta de documentos oficiais, como pautas, contatos, falta de registros em reuniões, de forma que a base documental para as associações acontece mais verbalmente do que documentalmente. A reunião de documentos fica à caráter das organizações, com pautas reacionárias, mas é difícil encontrar associações documentadas. Os poucos documentos produzidos acontecem dentro da pauta oficial, o que por vezes omite a ação das organizações que atuam na militância destas pautas. Fala-se muito em resistência, em demandas, mas pouco se dialoga documentalmente, ou quando se tem, não é de fácil acesso por falta de publicidade destes. Nas falas dos entrevistados, pode-se notar uma ressonância de falas dessa militância sem a expertise como explicita Entrevistado nº7:

No conselho de saúde eu representava a população LGBT, o assento que tinha pra população LGBT e eu não ocupava nenhuma comissão assim, porque foi o meu primeiro contato e o conselho de saúde é um espaço assim muito de já tem muita gente de muita idade, que tem muita experiência, e aí quando um jovem chega lá... Um jovem negro LGBT eu me senti meio assim, comissão de finanças eu não entendia nada, comissão de fiscalização eu ainda tava me apropriando das políticas, não só de saúde, mas da população LGBT e aí eu não exerci nada lá dentro a não ser as intervenções, atuação própria eu não estava em nenhuma comissão mas eu frequentava os serviços, fiscalizava. (Entrevistado nº 7, em 21/12/2017)

O uso de militantes como instrumentos de produção de política pública também se conecta com a facilidade que o Estado tem em impedir a produção de políticas que fogem ao seu alinhamento político. Assim, a instituições das secretarias como a SEDH-ES, ou das coordenações dentro das próprias secretarias surgem como uma resposta acumulada diante de um silêncio expresso na omissão de direitos. O Entrevistado nº8 emprega esta fala, destacando o papel do movimento e organizações da sociedade civil na criação de organismos estatais de defesa dos direitos humanos e de grupos minoritários e vulnerabilizados:

A secretaria de direitos humanos do governo Paulo Hartung, incorpora temas diversos, gerencia de igualdade racial, gerencia de juventude, uma gerencia de uma subsecretaria de direitos pras mulheres, a coordenação de diversidade sexual e temas do tipo. A secretaria surgiu pra dar resposta a uma demanda que existia há muitos anos de uma secretaria de direitos humanos no Espírito Santo, que o estado com o nível de violação de direitos humanos alto, com nível de violência alto, então tinha muito essa perspectiva... Violências das mais variadas, desde violências urbanas relacionadas as questões típicas de tráfico, de armas e de drogas mas também violência de gênero, violência contra grupos específicos tem níveis altos aqui no Espírito Santo. Então a secretaria veio meio que pra dar uma resposta a sociedade organizada que questionava que porque no quadro disso tudo não existia uma ação do estado de garantia de direitos humanos. (Entrevistado nº 8, em 27/01/2018)

Uma outra forma sistêmica que impede a evolução de criação de política pública é o orçamento para a criação de políticas públicas. A falta de financiamento, suporte e orçamento acaba minando as tentativas de produção de políticas públicas. O Entrevistado nº8 revela como, por exemplo, o baixo orçamento se torna uma estratégia política:

A feitura do projeto de lei (...) caracteriza-se, independente do individuo que estiver dentro da estrutura, caracteriza-se por uma política de baixo compromisso e de baixa resposta do governo do estado. Então por mais que eu tenha, por exemplo, conseguido passar a pesquisa de população trans e a pesquisa de população de rua num limite orçamentário, porque ali a secretaria tinha R\$400 mil reais livres na época no seu orçamento, só com essa pesquisa a gente abocanhava quase R\$200 mil, mas foi um momento

muito atípico de conseguir isso. Não sei se eu mesmo conseguiria, num momento posterior, fazer por que o governo efetivamente não tem uma política pra população LGBT igual não tem uma política pras outras populações. Ele tem um espaço institucional montado lá e esse espaço institucional altamente limitado por questões da política do governo do estado, por questões orçamentárias esse é o cenário basicamente. Há uma estrutura mas não há uma política pra estrutura. Aqui sem fazer julgamento aos indivíduos que estão lá trabalhando e se empenhando, mas do governo não há uma decisão de ter efetivamente uma política de direitos humanos e uma política pra população LGBT. (Entrevistado n° 8, em 27/01/2018)

Assim, com a dificuldade de reconhecimento de pauta pelo governo do estado, gera-se a opinião de que o estado não procura contribuir com políticas LGBTI. Isso acarreta duas consequências, no momento de alinhamento das organizações. A primeira é uma alta rivalidade com órgãos estatais, e o segundo é a competitividade dentro do movimento. Assim o acesso a rede de apoiadores e aliados vai ser direcionada como consequência destas duas características. Enquanto algumas organizações não possuem confiabilidade em órgãos estatais por defenderem uma agenda tipicamente esquerdista (mesmo porque se encontram defendendo movimentos periféricos à agenda governamental, como o Trans) fazendo com que estas organizações obtenham dificuldades em executar parcerias em projetos, ou quando se consegue, esta parceria é direcionada a políticas HIV/DST, acarretando a divisão interna do próprio movimento (como vimos na formação da ALIANÇA). Se observarmos atentamente o movimento, no período de 2006 e 2009, vai haver um crescimento de ONGs ligados ao tema LGBTI, bem como o surgimento de pequenos coletivos. O Entrevistado n°8 especifica que:

(...) teve um período no Espírito Santo em que teve um boom de ONGs assim ligados ao tema e de pequenos coletivos, que foi entre 2006 e 2009, em que existiam mais de 20 quase 30 organizações. (...) tinha um tipo de ativismo muito mais LGBT mesmo, o meio sempre foi difuso LGBT, direitos humanos, segurança pública. De organização de direitos humanos o conselho estadual de direitos humanos e o conselho de Serra, que era um conselho, sempre foi um conselho muito forte. (Entrevistado n° 8, em 27/01/2018)

Neste período, o acesso a rede de aliados coincide com o crescimento da indução federal na produção de políticas públicas em uma agenda ideológica mais esquerdista, enquanto nos outros órgãos não relacionados com a política assistencialista ou de saúde, o contato com o movimento é o mínimo existente. Nesse último caso, a relação do movimento com a política estadual é bem pequena ou quase nula, uma vez que a política LGBTI no Espírito Santo ainda se encontrava (e encontra-se) em formação, e também não visto como prioritário. Mediante a falta desta abertura institucional, o movimento LGBTI acabou

ampliando o acionamento dos temas, atuando em uma agenda múltipla dentro dos direitos humanos, como especifica o Entrevistado nº7:

Só que a gente também pensa em um outro lance dos direitos humanos, de ser uma instituição LGBT mas que vê os direitos humanos de forma geral, então a gente tá no conselho estadual de direitos humanos, conselho LGBT, gostaríamos de estar em outros conselhos mas a equipe é pouca, o de saúde por exemplo, então a gente faz ações no sistema prisional, a gente faz ações do sistema sócio educativo e assim, promove eventos aqui pra dialogar sobre processo transexualizador, sobre a redução da maioridade penal, sobre câncer de mama, sobre uma série de coisas. A gente vai permeando tudo que é direitos humanos (Entrevistado nº 7, em 21/12/2017)

Assim, fica claro o estabelecimento de espaços como o Fórum Estadual LGBT como um ato de reunir em uma esfera pública as organizações do movimento para alinhamento das demandas. Uma outra consequência é o engajamento nas agências municipais porque, como mencionamos antes, o partidarismo existente no movimento, de certa forma aproximava alianças dentro das esferas municipais as quais tinha uma administração com militância próxima ao PT²⁰. Ao passo que, a atuação nas agências estaduais no Espírito Santo sempre foi mais difícil de ser implementada, face a outros movimentos pluralistas que tentaram, e ainda tentam, estabelecer alianças com os governos, as quais alteram-se de acordo com os estilos de governança e padrões de interação socioestatal (Carlos, 2015). Assim sendo, conquanto as induções federais à política pública para população LGBTI, muitas vezes essas tornam-se mais permeáveis aos municípios, fazendo com que poderes públicos municipais se tornem mais engajados no Espírito Santo, comparativamente ao governo estadual, como explica o Entrevistado nº8:

Minha trajetória militante, não sei se você vai me perguntar sobre, ela tem uma relação muito forte com o poder público; também eu participei de administrações que tiveram um papel importante na conformação da própria militância, que foi quando eu fui estagiário da prefeitura de Vitória entre 2008 e 2009, e depois quando eu fui gestor municipal em Cariacica, em 2011 e 2012, e lá nos construímos a coordenação de diversidade sexual. Mas então é uma combinação de participar de alguns coletivos, dois, de setorial de partido, de fóruns que congregavam várias pessoas e também no poder público, então são essas as pontes de militância. (...) No nível municipal, o que não era de se estranhar, que a agenda entrasse exatamente nas administrações mais próximas ao PT. Que aí fora as administrações do PT, de Vitória e de Cariacica e também Cachoeiro, e depois a agenda entrou em alguns momentos em administrações do PTB, do PSB, no nível municipal. (Entrevistado nº 8, em 27/01/2018)

²⁰ São exemplos a atuação de organizações do movimento LGBT no município de Cariacica, na gestão de Helder Salomão (PT); e no município da Serra, na gestão de prefeitos da coligação partidária PDT-PT-PSB.

Em entrevistas, quase todos os participantes se disseram apartidários, entretanto, em suas falas, é possível ver que há um discurso politizado que possui uma orientação que ora funciona como ideologia (manifestando-se no plano ideológico) e por vezes avançam para um nível pragmático, como aliança política, pontuando as intermediações de oportunidade que acontecem dentro de uma avaliação dos atores políticos, em um esforço de implementar uma agenda pública (Carlos, 2015). Assim, de certa forma, as organizações as quais procuram estabelecer trabalhos e parcerias de políticas públicas com o Estado dependem do poder público para conseguir se estabelecer, obviamente, um alinhamento político com a administração em vigor, isso tanto na esfera municipal quanto na estadual. O Entrevistado nº8 expressa essa dinâmica dentro do município de Vitória:

(...) o movimento LGBT no Espírito Santo é muito fruto do poder público, O fórum municipal LGBT ele surge de uma ação da prefeitura municipal de Vitória, dentro da prefeitura acho que ainda na administração de Luís Paulo Veloso Lucas, do PSDB, ainda dentro do governo dele surgiu um núcleo de direitos humanos que entre vários temas, estava a questão LGBT, não muito clara ainda mas já existia ali um debate entre os técnicos, possível abordagem, quando surge no governo Coser do PT a secretaria de direitos humanos em seguida eles montam o programa “Vitória sem Homofobia” que era um pequeno setor, não foi instituído enquanto coordenação, mas era um pequeno setor dentro da gerência de programas de direitos humanos um pequeno setor, ali composto por 3 pessoas, que abordava esse tema. Então todas as organizações sempre tiveram essa relação, e foi esse setor que impulsionou a existência do fórum municipal e aí o fórum municipal ajudou as ONGs a, ou a instituir as ONGs ou elas voltarem a existir (Entrevistado nº 8, em 27/01/2018)

Este alinhamento político é concretizado quando percebemos a forma que o movimento se alinha através de atores chaves dentro do movimento. Tosta (2015) explica que o movimento identifica os ativistas como conexões dentro da ‘rede’ de atuações no Movimento LGBT no Espírito Santo (Tosta, 2015, p. 58). De certa forma, estas alianças entre ativistas dentro das redes, com suas conexões partidárias, demonstram uma forma diferente de articulação, aonde há uma maior detenção de poder nos representantes das organizações, do que nas organizações *per se*. Isso fica claro quando, em entrevistas, existe a constatação de importância de ativistas chaves que através de suas iniciativas próprias se posicionaram politicamente contrários a alianças já estipuladas pelo movimento. Como vemos na entrevista de nº 7:

O (...) era o nosso coordenador, além de co-fundador ele coordenava o grupo, só que quando ele assumiu a cadeira de coordenador estadual LGBT, a gente entrou no consenso que seria melhor, já tinha proposta de recentralizar de criar uma coordenação planejada e aí, com a saída dele

isso foi mais pra frente ainda. Então a gente tá tentando tocar o coletivo, ainda que com ajuda dele mas com o protagonismo de outras pessoas e aí eu to nessa coordenação planejada junto com o (...) também e nesse grupo eu to ainda. (Entrevistado nº 7, em 21/12/2017)

Ou seja, o planejamento individual de políticas afeta o escopo de percepção de organização do movimento ao ponto de ver o movimento em um espaço de congregação de pessoas com interesses difusos, como os fóruns de articulação. Conforme explica o Entrevistado nº8:

E aí eu acho interessante situar pra você que a militância LGBT no Espírito Santo, ela tem uma característica das pessoas se reunirem em espaços um pouco difusos, que você não está propriamente em uma organização, que eram os fóruns. Então boa parte do tempo que eu atuei na militância, eu atuei ou no fórum estadual LGBT ou no fórum municipal de Vitória ou no Fórum de Cariacica, o que não é exatamente uma organização, é um congregado de organizações que permitem os indivíduos de participar. (Entrevistado nº 8, em 27/01/2018)

Esta personificação das articulações prejudica também as percepções de indução estatal. É o que percebemos quanto a política de segurança, enquanto existe uma percepção de que o combate a violência é a maior prioridade do movimento, também existe uma segregação em se relacionar com os órgãos de segurança pública, ficando a cargo da ALIANÇA produzir esta conexão, enquanto outras organizações e espaços já refutam as instituições relacionados a segurança por não se sentirem seguras com esta associação. Esta relação de confiabilidade, relacionamento ideológico e conflitos entre ativistas no interior do movimento afetaram a formação do tripé da cidadania LGBT no Espírito Santo, e a atuação nos espaços difusos e de articulação como os Fóruns municipais e estadual. Vemos, como exemplo, na formação da SEDH do Espírito Santo, que, apesar da necessidade da criação da secretaria, desde 2016 já houve a alteração de três pessoas na coordenação. Estas três gestões em três anos (2016, 2017 e 2018). Em entrevistas, percebe-se como o processo de indicação e nomeação acaba esbarrando nos conflitos entre os ativistas.

Segundo os entrevistados:

A coordenação LGBT que foi recém-criada, a gente teve uma boa articulação também por que foi logo quando teve o lançamento da campanha. Da campanha não, da pesquisa com a população Trans, então tinha um gestor, só que esse gestor não dialogava com as outras organizações da sociedade civil e coletivos, e aí tentou implementar pesquisa e não deu certo as meninas não queriam participar, por que não botavam fé mesmo. (Entrevistado nº 7, em 21/12/2017)

A coordenação de diversidade sexual nesse cenário, (...) estruturou a partir do que tinha sido resultado da conferência estadual (...) um plano de ação pro primeiro ano. No segundo ano, que seria o início de 2017, nós faríamos

uma atividade com as entidades pra deliberar o ano seguinte. Uma dessas ações foi a pesquisa com a população Trans, então ela ainda surgiu lá no período em que eu estava, eu fiquei 3 meses como coordenador e em seguida eu virei gerente de pesquisa e análise de informação, fiquei ao todo quase 9 meses no governo do estado. Ai acabei saindo, muito provavelmente por questões ideológicas de não alinhamento ao governo, de uma pessoa suficientemente de esquerda pra estar num governo suficientemente de direita. Mas nesse cenário a coordenação eles acabaram optando em trazer uma outra pessoa, que foi o Aubrey, que tem um perfil mais de comunicação social e aí que teria um perfil menos de gestão, como eu tinha, e um perfil mais de comunicação. Muito esperando que isso desse capilaridade a própria coordenação e visibilidade dado o limite orçamentário, não tendo ação orçamentária a comunicação virou a grande estratégia. E, pelo que eu saiba, o grande mérito do período do Aubrey, e aí eu não lembro se foi um período anterior a ele ou se foi no período dele, foi a constituição do conselho.”(Entrevistado nº 8, em 27/01/2018)

Praticamente não existia lugar pra se pleitear as políticas LGBTs ela se dá, embora sempre teve de fala de que a secretaria de direitos humanos antes, vou voltar um pouquinho antes a secretaria de direitos humanos é desse governo pra cá, mas a secretaria de assistência social e direitos humanos como era chamada no governo passado e que tinha uma sub secretaria de direitos humanos então ali, em tese, era o nosso lugar pra buscar essas políticas todas, pra dar retorno. Mas nunca ultrapassou o fato de realizar a conferência o máximo que fez, com muita luta e com movimento social em cima, a organização da conferência, das duas conferências lá atrás e nesse governo atual da terceira conferência. Ai quando criou a secretaria de direitos humanos, ai pela primeira vez passa a ter verdadeiramente um locus pra política LGBT, que é com a criação da coordenação LGBT. E isso se dá, eu até brinco que o Espírito Santo teve dois primeiros coordenadores LGBTs. Cronologicamente primeiro vem o (...) mas ele não tinha, se você buscar no diário oficial você vai ver que ele tava lá como assessor, ele de fato era o coordenador LGBT mas não tinha a nomeação com esse nome então tá igual o governo anterior. Nós tivemos antes, por exemplo,(...) que era uma pessoa que trabalhou na secretaria de assistência social e direitos humanos e que tinha essa incumbência, mas não tinha o ato normativo. Ai depois, posteriormente, com a saída do Felipe Moura que entrou o (...) que, aí sim, vai publicar no diário oficial com o nome de coordenador de diversidade sexual. Então a gente não tem, é muito recente esse espaço pras políticas LGBTs no nível estadual. (Entrevistado nº 9, em 15/02/2018)

Este processo de formação conflituosa, na esperança de se colocar especialistas em posições relevantes dentro da dinâmica política governamental, ou da criação de espaços oficiais de integração, como o Conselho LGBT para que se promova a integração entre as diversas organizações do movimento em torno de uma pauta e estratégias comuns constitui um desafio para o movimento LGBTI. A heterogeneidade e fragmentação no interior do movimento e suas dificuldades de integração em esferas de ação comum são destacadas pelo entrevistado:

Por muito tempo o canal foi o fórum, né? O fórum estadual LGBT e o fórum municipal de Vitoria, foram os canais por muito tempo e isso aglutinava muito as pessoas. Nós tivemos por um tempo uma vereadora transexual no

norte do estado, acho que era Nova Venécia o município dela, então tinha uma articulação forte aqui no norte, uma articulação no sul e na Grande Vitória então via fóruns fazer essas pressões. Então colocava-se o tema, as organizações assinavam, as organizações mobilizavam suas pessoas e aí faziam as pressões. Com o esfrelamento, o desfazer, ou a perda de densidade do fórum e o surgimento de outros espaços como o ALIANÇA, então eles continuaram juntando ali os seus grupos e fazendo e por vezes se uniam, eventualmente, pra levantar um tema mas isso já era mais raro a ALIANÇA e o Fórum se unirem em torno de um tema. Muitas vezes até tinham a mesma agenda mas faziam questão de apresentar em momentos diferentes, de apresentar de formas diferentes então essa foi uma característica. Mas as relações interpessoais, sujeitos acionando sujeitos, tem sido uma tônica e tem surgido uma nova dinâmica, me parece também, que é uma galera que faz coisas a partir da internet e que meio que impõe o conjunto dessa militância. Essa última manifestação que teve agora por causa da liberação da ação lá do juiz pra que os psicólogos possam abordar a questão da homossexualidade a partir de estratégias terapêuticas, foi uma articulação via internet as pessoas utilizando suas redes e seus contatos de internet uma galera muito ligada a noite mesmo, a boate a clube, se movimentando mas também com uma pegada politizada assim. Então tem surgido novos elementos aí, esses espaços mais velhos não estão tão potentes. Com a formação do conselho era natural que esses espaços esvaziassem e também que as coisas fossem pra dentro do conselho e é o que tem ocorrido. As coisas vão pra dentro do conselho e lá eles se unem pra fazer as pressões, mas assim (...) tem um nível de fragmentação e de dispersão muito alta. Sempre houve conflito mas atualmente, e atualmente eu to falando já de uns 5 anos, é bastante pesado esse nível de fragmentação e de pulverização das ações. (Entrevistado nº 8, em 27/01/2018)

4.6 Abordagem analítica

Assim iniciamos nossa abordagem, no Brasil pós-transição, aonde acontece uma reorganização do ativismo e suas estratégias, principalmente mediante ao fato do resultante crescimento da quantidade de grupos/organizações LGBT e suas difusões pelo país entre 1984 e 1991 (Fachinni, 2009, p.138). Este crescimento se dá como resposta coletiva ao surgimento da AIDS/HIV no Brasil e o amadurecimento de programas de prevenção a DST/AIDS baseada na parceria entre Estado e sociedade civil. Isto demonstra um aumento da porosidade por parte dos movimentos dentro da arena política, característica esta marcante dado ao fato da capacidade dos ativistas em negociar com Estado as parcerias, realizando a politização do movimento através da composição destes mesmos especialistas em cargos públicos, criando novas formas de associação, com ampliação de oportunidades, em conexão com determinados atores da arena político-institucional, e um crescimento da agenda de esquerda (Tatagiba, 2010, p.66). Ao permitir que atores coletivos atuassem institucionalmente em nome de agências sociais e definissem regras, diretrizes e políticas favoráveis a seus grupos, permitiu-se também observar em resultados de sucesso de longos processos históricos de sedimentação institucional que legaram encaixes (Coelho e Gurza Lavalle, 2018, p.22). Entretanto, a instituição das demandas no governo federal de Fernando

Henrique Cardoso (PSDB) manteve-se majoritariamente no plano simbólico. Com a chegada de Luis Inácio Lula da Silva (PT) para presidente em 2003, movimentos sociais e atores estatais experimentaram criativamente com padrões de interação Estado-sociedade e reinterpretaram rotinas de comunicação e negociação de formas inovadoras. Ativistas que assumiram cargos passaram a trazer a militância para dentro do movimento, para continuar a desenvolver bandeiras previamente desenvolvidas em âmbito civil (Abers, Serafim e Tatagiba 2014, p.326). O aumento da diversificação dos grupos, a complexificação de seu sujeito político e a ampliação da rede de relações do movimento, seu processo de institucionalização, e a profissionalização de ativistas são mudanças fundamentais (Facchini, 2009, p. 142) para poder entender como se mobiliza o movimento LGBTI no Espírito Santo. Considerando esta abordagem analítica, o desenho de pesquisa implica em investigar como o movimento LGBTI interage com o Estado do Espírito Santo e seus efeitos políticos.

Para entender esta interação, vamos apresentar tanto iniciativas do movimento em tentar produzir encaixes dentro da governança, instituindo políticas públicas, quanto induções estatais para com o movimento, definindo oportunidades, as quais podem, ou não serem percebidas. Carlos, Dowbor e Albuquerque (2017) explicitam preocupação com os efeitos políticos dos mobilizados pelos estudiosos da arena de Movimentos Sociais, definindo assim a importância do “contexto político” como base central para o estudo de “polis” (Skocpol, 1995), indo além da dicotomia Movimento/ Estado. Esta visão cria diferentes categorias referentes ao Movimento, que por vezes são omitidos dentro da rigidez estrutural dicotômica existente na teoria de *contentious politics*. O uso do enfoque de *polis* proporciona a observação de mecanismos de interdependência entre atores societários, estatais e instituições (Carlos, Dowbor e Albuquerque, 2017, p. 363), como vimos na integração do movimento no capítulo anterior. O foco em destaque então, por esta análise de interação do movimento é não somente demonstrar os *outcomes*, mas também a possibilidade de processos de engajamento, alianças e formações de políticas existentes no Movimento LGBTI no Espírito Santo. Para o entendimento da nossa análise, faremos a segregação entre “campo” e “arena” proporcionada por Fachinni (2009), sendo o “campo” todos os “atores sociais diretamente envolvidos em seu cotidiano, com as organizações ativistas, as agências estatais e poderes públicos com os quais se relacionam e os atores do mercado que abrem espaço ou se dirigem a homossexuais” (Facchini, 2009, p. 133). Ao passo que, “arena” são “todos(as) aqueles(as) que poderiam se reconhecer ou ser reconhecidos(as) a partir das categorias enunciadas no sujeito político do movimento sem estarem diretamente envolvidos(as) no movimento” (Facchini, 2009, p.133). Esta segregação entre “campo” e “arena” é necessária para não adentrarmos em significações de identidade, ou nas diversas

castas do movimento, fato este que tem, por diversas vezes alterado as análises do movimento para um âmbito mais especializado. O olhar da “arena” se refrete em certos momentos porque esta está inserida no “campo” e suas alianças. No nosso foco principal a noção de campo será particularmente útil.

4.7 Análise do Movimento com o uso do Process Tracing

A partir da investigação do movimento LGBTI no Espírito Santo vamos entender como o Estado atuou e reagiu às demandas do movimento LGBT no estado do Espírito Santo. A primeira variável enfatizada é a independente, ou seja, o movimento LGBTI. A ideia desta pesquisa é buscar nesta variável como o movimento tem realizado interações com o Estado. Nesta variável então se encontram o movimento e suas interações formais e informais. Vamos pontuar nesta variável a formação das três conferências, bem como a formação do Fórum Estadual LGBT e a ALIANÇA, em 2015.

Isso nos leva a nossa variável dependente, que são os efeitos políticos, ou seja, as políticas públicas produzidas pela interação entre o movimento e o Estado. Estas políticas públicas levam como consequência histórica a criação da SEDH-ES. Podemos verificar assim como outras formas de políticas e programas que podem ou não estar vinculados a secretaria, mas que derivam desta interação, como por exemplo as induções federais, a qual derivam do Movimento LGBT nacional. Esta variável então é diretamente conectada ao objeto de pesquisa, constituindo ao mesmo tempo a hipótese a ser verificada. Para verificar esta correlação, pretendo levantar as políticas públicas que foram produzidas pela SEDH de forma a entender como elas surgiram, realizando um retrospecto investigativo de forma a entender o processo evolutivo destas políticas desde seu surgimento no movimento até a sua oficialização no Estado. Também aqui eu pretendo entender as induções que também afetam a nossa variável dependente, das quais nem sempre serão derivadas da nossa variável independente.

Nesta dissertação, o contexto histórico comparado com seus modelos de séries de tempo acabam por se tornar uma forma prática para a apresentação de como o movimento exerce influência sobre a criação de Políticas Públicas (PP), assim será demonstrado que a criação da Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual e Gênero da Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH) do estado do Espírito Santo, em sua forma de organização e de interação com o Estado é fruto de uma agenda de interação entre as organizações que compõem o movimento e o Estado. Como mencionado anteriormente, a data de pesquisa será o período da 1ª Conferência Estadual LGBT em 2008 (t0) data esta que é posterior a organização do movimento, mas que antecede a criação da secretaria, deste seu início em

2011, através da criação da Secretaria Estadual de Assistência Social, e a preparação para a criação da SEDH, até a 2ª Conferência Estadual LGBT (t1) e, finalmente, com a SEDH juntamente na administração Paulo Hartung, quando é específica o *momentum* em que o Estado começa a produzir leis que visam a atender os repertórios do Movimento LGBT, a contar da 3ª Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT (t2). A coleta de dados sobre a SEDH pretende fornecer pistas para entender: (a) como organizações do movimento passaram a interagir com o Estado, (b) quais são as organizações que possuem esta interação, e (c) como estas organizações são formadas. O *process tracing* permite que seja verificado, através do tempo, uma apresentação de atuação do Movimento LGBT, dentro de suas organizações na sociedade civil, interagindo com o Estado, justificando sua capacidade estatal face ao momento político e contexto social, apresentando um estudo de caso ao longo do tempo. Entretanto, enquanto a apresentação desta construção será na ordem de t0 a t2, a investigação deste foi realizada no critério de t2 a t0, realizando uma verificação através do processo temporal do que foi estabelecido, e para esta tarefa será importante analisar os documentos que mostram alterações do movimento para a sua adaptação à interação com o Estado. Assim, o objetivo por aqui é justamente estabelecer o delineamento de um processo social e a ligação deste a fatores envolvidos, por meio de análise crítica.

Assim sendo, a investigação das reações entre o Movimento LGBTI e o estado do Espírito Santo funciona como a montagem de um grande quebra-cabeça. Vamos apresentar o processo do movimento LGBTI com o estado do Espírito Santo de t0 a t2, incluindo suas organizações, alianças e conflitos.

4.8 Interações Socio-Estatais no Campo LGBTI

As políticas do movimento LGBTI nacionalmente, antes e no período de 2008 se encontram em formação, lembrando todo o histórico do movimento e sua política de formação a qual avança além das políticas HIV com políticas de inclusão social e regulação desta inserção. Em um Plano Federal, a existência do “Brasil sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e a discriminação contra GLBT”, no qual foi criada pela SEDH (Secretaria Especial de Direitos Humanos) da Presidência da República (2003), do “Comitê Técnico da Saúde da População GLBT” com construção específica para o SUS (2004). A ampliação, em 2006, da representação LGBT para dentro do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e os “Princípios de Yogyakarta” acabam por estimular, em 2008, a 1ª Conferência Nacional de Política Pública e Direitos Humanos LGBT (1º CNLGBT).

Dentro desta análise do Movimento LGBTI, é possível verificar que as interações colaborativas têm como consequência inserções pontuais dentro da política na agenda pública local, dado ao fato de que esta agenda se encontra mais influenciada por uma indução em uma esfera superior a qual deriva de uma política nacional vigente, esta inserida em uma constituição de políticas já em andamento. Neste ponto, o número de induções no estado pode não ser perceptível por problemas no fluxo de cooperação dentro do movimento, ou ainda entre partes do movimento e da política pública. Em suma, os movimentos sociais podem se diferenciar conforme não somente no engajamento institucional, mas também conforme o número de induções perceptíveis, no campo, sendo estas induções percebidas somente em sua parcialidade. Carlos apresenta esta perspectiva relatando que os movimentos sociais “se diferenciam conforme a gênese relacional (...) É mister ressaltar o caráter informal, descentralizado e não institucional destas relações, em grande medida, articuladas por ‘ativistas multifiliados’, que se engajam e entrecruzam entre movimentos e instituições” (Mische, 2003, apud Carlos, 2014, p. 333 e 334).

Antes de 2008, o estado do Espírito Santo se encontrava em um processo de organização de suas relações com diversos movimentos sociais, principalmente no que tange aos direitos humanos, com a proposição de um Plano Estadual de Direitos Humanos (PNDH 1) realizado em 2001, mas não oficializado. Assim podemos entender que entre os anos de 2008 a 2011, temos um número de organizações que atuam no movimento LGBTI, com a maioria destes movimentos criados anteriormente ao ano de 2008, mas não existem fortes conexões com o Estado, somente aqueles decorrentes de política federal. Em 2008 acontece a 1ª Conferência Estadual GLBT – com a ideia de propor diretrizes para o plano nacional de cidadania LGBT, que podemos considerar o marco inicial de nossa análise e o lançamento do que seria o “tripé da cidadania LGBT”. Com este encaixe do movimento em propor padrões de políticas estaduais é o momento inicial de nossa análise. Neste contexto temporal, os movimentos atuam não somente em seus espaços locais ou campos definidos, como também usam um espaço em comum do Fórum Estadual LGBT, com uma ampla atuação em seus municípios, os quais estavam com suas políticas locais já com seus encaixes com o movimento. Importante ressaltar que o movimento LGBTI sempre vem atuando na forma de reação através de organizações e coletivos que dão suporte a militância, mas não necessariamente atuam politicamente. Um exemplo é em 2009 como a denuncia Junqueira, mencionada anteriormente. Isso mostra que o movimento LGBTI, dentro do alinhamento do Fórum Estadual LGBT, buscava já a tempos uma forma de atuação no Estado, e a 1ª conferência federal, com o objetivo de criar o Plano Nacional de Cidadania LGBT se mostrou uma oportunidade para inserir o movimento em um planejamento de uma política estadual, dentro do campo de direitos humanos.

No início de t0 a t1 o estado do Espírito Santo se encontra em uma conjuntura de formação de sua secretaria de direitos humanos com a formação da subDH (Lei Complementar nº582/2011), o que decorre em 2011. Esta formação da subDHs já advém de um processo de mobilização da sociedade civil. Assim, o movimento age com o surgimento da subDH como forma de definir um encaixe importante do movimento na política estadual, mesmo que não seja um espaço oficializado para o movimento. Os diferentes níveis de políticas institucionalizadas, com diferentes posicionamentos do Estado, cooperam para a definição de arranjos institucionais, ampliando o escopo de atuação de movimentos que possuem confluências cruzadas, como o Movimento LGBTI e o Movimento de Direitos Humanos. Com a geração do Plano Nacional de Promoção a Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNCDH-LGBT) em 2009, insere-se em nosso contexto a construção do movimento dentro da política nacional resultante de uma indução federal. Isso ajuda a inserção dos movimentos sociais em campos mais fechados politicamente, como era a política estadual no Espírito Santo. Em 2010, surge a Política Nacional de Saúde Integral LGBT, que é uma indução federal de grande importância para a formação de projetos na área da saúde. Graficamente conseguimos visualizar a seguinte sistemática inicial da produção de política pública estadual no campo LGBTI – Graf. 6:

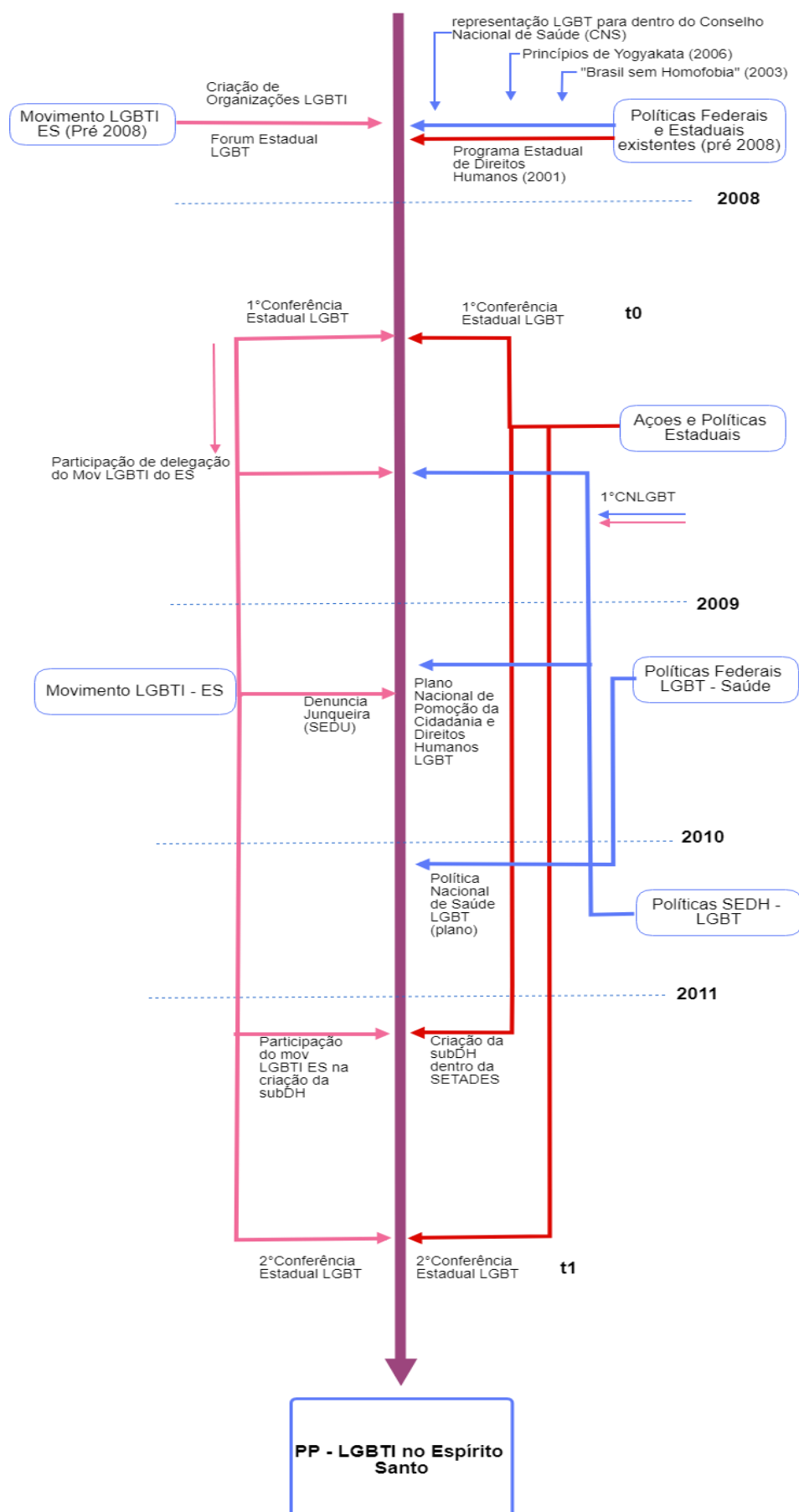


Grafico 6 – Process Tracing t0-t1 Fonte: Elaboração própria

A partir de 2011 (t1) acontece um amadurecimento nas séries de induções federais, as quais irão estimular a produção de Políticas Públicas (PP), que não somente culminam em encaixes do movimento LGBTI como também expandem estes encaixes para novas áreas do campo LGBTI no Espírito Santo. Neste ponto (de t1 a t2) a indução de políticas pelo governo federal, bem com a sistemática do “tripé da cidadania” tomam forma dentro do escopo da política estadual. A inserção do movimento nestas políticas no que tange a política de segurança a qual não relaciona em completo com o movimento, não somente porque estes estão focados dentro da política de saúde e da política Trans, mas porque as próprias secretarias não possuem o mesmo alinhamento ideológico. Cabe ressaltar que neste período é existente o conflito no movimento quanto a ideologia partidária. A falta de organização do movimento neste sentido, e as disputas internas, principalmente no que tange a orientação política, culminam no surgimento da Aliança. A partir de 2012, surgem os processos de cirurgia de redesignação sexual que acontecem em parceria com a SESA, atuação esta que culmina em parceria com organizações LGBTI com orientações de políticas Trans. Também em 2012 surgem as duas denúncias que acionam o secretário de segurança pública a criar o curso de formação de policiais civil e militar, que acabam por se juntar a induções federais com a SSP-ES. Estas relações mais tarde, a partir de 2015, se enquadram dentro das relações da ALIANÇA, enquanto as políticas de Saúde são compartilhadas entre ALIANÇA, GOLD e Fórum Estadual LGBT.

Também é neste período que o movimento tenta inserir políticas dentro da SEDU, esta inserção já não consegue impor um grande número de efeitos políticos dado ao difícil acesso do movimento quanto a política educacional, e o pouco que se é produzido na 2ª conferência acaba por não seguir adiante. São as três partes do campo LGBTI no estado do Espírito Santo que recebem induções e inserções de políticas Estaduais derivadas ou de ação federal ou de resistência do movimento, que são oportunidades para inserção do movimento e de suas demandas na política setorial. As três partes são: a segurança pública, a saúde e a secretaria de educação. Já a formação da SEDH-ES toma um rumo mais ativo, primeiramente ao organizar a 2ª conferência estadual LGBT, estando sob custódia da vice-reitoria. O período de t1 a t2 se mostra então com um número maior de induções, mas com médio encaixe com o Movimento LGBTI no Espírito Santo, como vemos abaixo:

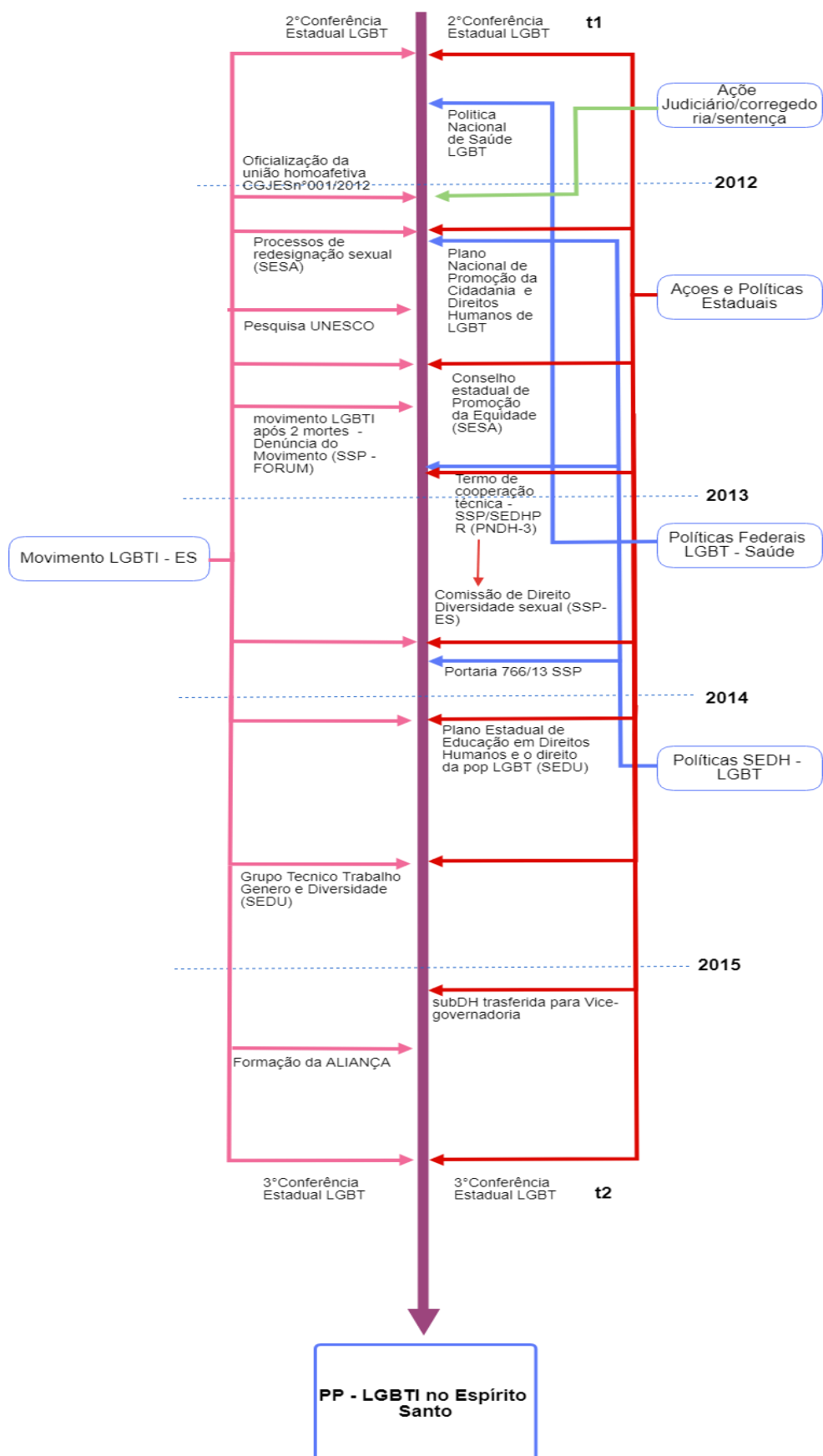


Grafico 7 – Process Tracing t1-t1 Fonte: Elaboração própria

Durante o período t2 em diante, vemos um amadurecimento das políticas estaduais dentro da formação de um espaço em comum para o assento das políticas LGBTI, com a criação da SEDH do estado do Espírito Santo. Ao mesmo tempo, revela-se a dificuldade que o movimento encontra em definir o assento na coordenação de diversidade, com três posteriores mudanças na indicação ao cargo. Dentro deste processo de formação, cria-se o Conselho (CEPCDH-LGBT) que vai passar por um processo de eleição para somente tomar posse mais de um ano depois. Isso mostra que há um baixo interesse no campo da diversidade, com instalações de políticas já planejadas pelo próprio desenvolvimento da criação da secretaria de direitos humanos. Ainda assim é um espaço oficializado no qual o movimento consegue se inserir institucionalmente. Entretanto a criação deste espaço não limitará o movimento dentro de sua formação.

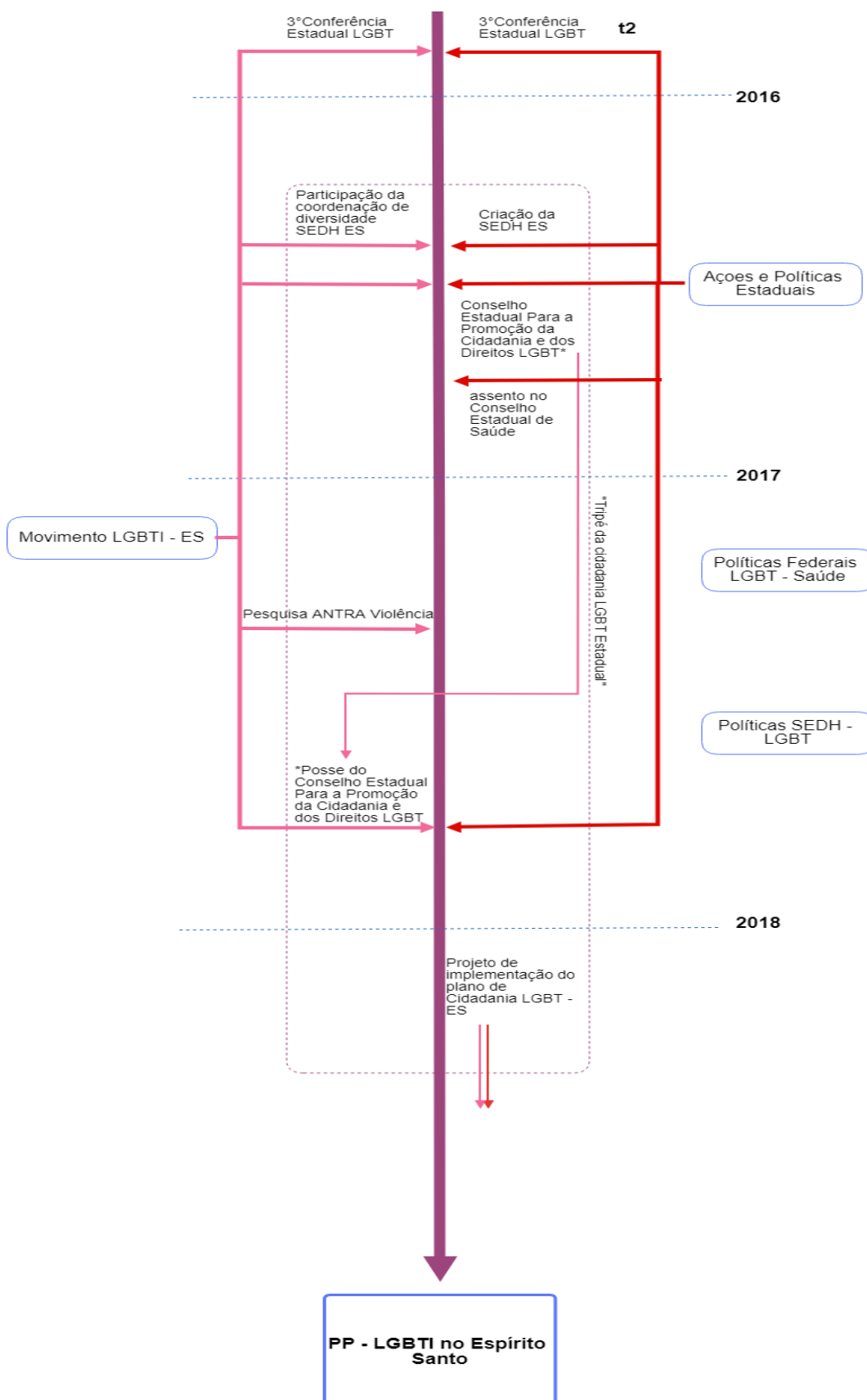


Grafico 8 – Process Tracing t2 Fonte: Elaboração própria

CONCLUSÃO

Este trabalho procurou apresentar a relação do Movimento LGBTI na política estadual do Espírito Santo. Assim foram utilizados como levante de pesquisa tanto documentos produzidos ou pelo movimento ou por órgãos estaduais desde 2008, e antes, com uma literatura mais especializada (apesar de ser encontrar escassa a literatura sobre o engajamento do movimento como um todo).

Também fora realizado nove entrevistas em profundidade, com o objetivo de observar não somente um processo evolutivo, mas também os conflitos e direcionamentos do movimento. Em contato com o Movimento percebi que existe uma importância relevante a “arena” (Fachinni, 2009), e não tanto ao campo. Esta constatação por vezes se tornou uma armadilha na definição do escopo deste trabalho. É certo que, como todo movimento social, o movimento LGBTI no Espírito Santo possui seus desafios, suas alianças e suas inserções. Também é importante ressaltar que a configuração dos movimentos escapa a homogeneidade oferecida pela *Contentious Policy*. A literatura de movimentos sociais e sua construção são relevantes para entender a dinâmica do Movimento LGBTI de forma a apresentar as diversas formas de repertórios, ações e construções atreladas à literatura de movimentos sociais. A literatura nos tem apresentado diversos caminhos na evolução dos estudos de movimentos sociais, principalmente no que tange a discussão da interação entre a sociedade civil e o Estado, porém Carlos relata que dentro das Teorias dos Movimentos Sociais, a interação entre sociedade civil e Estado tem recebido pouca atenção. Estas teorias pouco dizem a respeito da diversidade das interações dos movimentos com governos, agências estatais, partidos políticos e outros atores políticos-institucionais, assim como da natureza dessas inter-relações e de seus efeitos para os atores societários e institucionais (Carlos, 2015, p. 16). É importante ressaltar que tratamos aqui movimentos sociais como coletividades formadas por uma pluralidade de atores sociais, individuais e organizacionais ligados em um modelo de interação, com base em identidades compartilhadas constituídas mediante conflitos e cooperação (Diani, 2003). Este conceito é o mais adequado para entender as diversas formas de interação existentes no período pós-transição no Brasil, no que tange as diversas arenas de movimento sociais identitários (feministas, negro, LGBTI, dentre outros). Desta forma, redes passam a ter grande centralidade nessas novas formas de analisar as interações sócio-estatais, conferindo maior eficácia na análise dos movimentos sociais de forma a apresentar as articulações e comunicações existentes entre componentes identitários do movimento (Silva, 2010, p.6).

Assim, o movimento LGBTI no Espírito Santo tem uma funcionalidade, a qual não somente pressiona o Estado a produzir políticas públicas como também procura tangenciar escopos

diferentes dentro de suas dissidências. Mencionamos aqui que nesta pesquisa buscamos entender a interação do movimento com a política estadual e seus efeitos na política setorial, e não buscamos a interação dos movimentos com as municipalidades, a qual se encontra em um aspecto bem mais avançado de interação do que com a política estadual. Consideramos esta constatação um achado desta pesquisa, que levanta tal diferenciação entre os padrões de interação socioestatais entre os níveis de governo estadual e municipal como hipótese a ser verificada em estudos futuros. Também utilizamos as induções Federais como pontos de oportunidade política, entendendo que seriam áreas de possíveis inserções do movimento, entretanto, a captação destas inserções não são tão visíveis, face a dissidência do movimento em não revelar que foi, ou em entender que a não citação é uma forma de proteção das alianças uma vez que as temperanças políticas dentro do movimento afetam a sua mobilidade de informação. Um exemplo pessoal foi a tentativa de captação de entrevistados, dos quais tive um pouco de dificuldade de obter a necessária confiança, com demoras em respostas de aceite, ou resistência na concessão das informações. Assim, esta pesquisa não é uma imagem do movimento LGBTI em sua totalidade, mas sim uma forma de entender como funciona um movimento social de cunho libertário em um estado de cunho conservador.

Conseguimos captar que, ao longo de 10 anos, o movimento tem produzido encaixes maiores em certos segmentos, devido ao fato deste se heterogêneo, produzindo assim maiores encaixes na política estadual de saúde, e na formação de um espaço dentro da agenda de Direitos Humanos na política estadual. Por outro lado, outros segmentos do movimento não consegue produzir encaixes efetivos, especialmente aqueles cujas demandas não se articulam a agenda governamental ou são excluídas por essas, como o segmento Trans. Houve mais avanços de inclusão da política LGBTI no plano municipal no que no estadual (Vitória, Serra, Cariacica), o que pode ser observado pela própria formação e interação dos movimentos LGBTIs no Espírito Santo.

Mesmo com a indução federal os avanços no governo estadual foram pequenos, com resultados mais concretos na formação das conferências e do conselho, de órgãos a recém criada SEDH-ES. Criando avanços para o segmento da saúde e dos direitos humanos. Entretanto, para o movimento uma das principais demandas é a política de segurança pública para população LGBT. Neste ponto podemos ver que este campo é uma das políticas onde menos se avançou na política de direitos humanos como um todo no Espírito Santo. O mesmo pode se dizer para o campo da educação, o que fomenta a conclusão de que as induções federais neste sentido são captadas, mas o movimento não consegue

produzir encaixes, tanto pela questão do alinhamento ideológico, quando pela sua estruturação interna.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. **Repertórios de Interação de Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula.** DADOS – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, ol. 57, nº2, 2014, pp. 325 a 357

ABERS, Rebecca; BÜLOW, Marisa Von. 2011. **Movimentos Sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?** *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, Nº 28, P 52-84

ALONSO, Angela. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço no debate.** *Lua Nova*, São Paulo, 76: 49-86, 2009

ALONSO, Angela. **O Abolicionismo como Movimento Social.** *Revista Novos Estudos* 100, Nov. 2014

ALEXANDRO, Rodrigues; MONZELI, Gustavo Artur; FERREIRA, Sergio Rodrigo S. 2016. **A Política no Corpo; gênero e sexualidades em disputa.** EDUFES, Vitória ES

AMENTA, E., et al. “Challengers and States: toward a political sociology of social movements”. **Sociological Views on Political Participation**, vol. 10, 2002, p. 47-83.

AMENTA, E., et al. “The political consequences of social movements”. **Annual Review of Sociology**, vol. 36, p. 287-307, 2010.

BERGER, William.. **Dossiê identidades capixabas: elementos para uma reflexão sobre as praticas e a política cultural.** UFES Vitória ES, 2010.

CARLOS, Euzeneia. 2014. **Cooperação e Conflito na Relação Movimento Sociais e Estado.** *Políticas & Sociedade – Florianópolis – Vol. 16 – Nº35 – Jan/Abr de 2017.*

CARLOS, Euzeneia. 2015. **Movimentos Sociais e Instituições Participativas: efeitos do engajamento institucional no contexto pós-transição.** 1º Ed. Belo Horizonte, MG.

CARLOS, Euzeneia. 2015. **Movimentos Sociais e Sistema político nas Teorias dos Movimentos Sociais.** *Interseções*, V.17, Nº 1, p 15-53.

CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; ALBUQUERQUE, Maria do Carmo Alves. 2016. **Os movimentos sociais afetam as políticas públicas? Respostas (não) encontradas nas principais abordagens.** *Anais: Belo Horizonte: 10º Encontro ABCP*, 30 ago – 2 set.

CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; ALBUQUERQUE, Maria do Carmo Alves. 2016. **Movimento Sociais e seus efeitos nas políticas públicas: Balanço do debate e proposições Analíticas.** *Civitas*, Porto Alegre, v. 17. N.2, p. 360-376, maio-ago 2017.

CARLOS, Euzeneia. 2015. **Movimentos Sociais e Instituições Participativas, Efeitos do engajamento institucional nos padrões de ação coletiva.** *RBCS* Vol. 30, Nº88, p 83- 99.

CARLOS, Euzeneia. 2015. **Movimentos Sociais e Instituições Participativas: efeitos do engajamento institucional no contexto pós-transição.** 1º Ed. Belo Horizonte, MG.

CARLOS, Euzeneia. 2015. **Movimentos Sociais e Sistema político nas Teorias dos Movimentos Sociais.** *Interseções*, V.17, Nº 1, p 15-53.

COELHO, Vera Schattan; GURZA LAVALLE, Adrian. **Os movimentos negro e indígena e a política de saúde e de HIV/Aids: institucionalização e domínio de agência**. In: GURZA LAVALLE, A.; CARLOS, E.; DOWBOR, M.; SZWAKO, J. **Políticas Sociais, Raça e Gênero no Brasil pós-transição**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018, no prelo.

DIANI, Mario; McAdam, Doug. **Social Movements and Networks: Reational Approaches to Collective Action**. Oxford University Press, New York, 2003 (Reprinted in 2009).

FACCHINI, Regina. **"Entre compassos e descompassos: um olhar para o 'campo' e para a 'arena' do movimento LGBT brasileiro"**. *Bagoas: Revista de Estudos Gays*, v. 3, n. 4, p. 131-158, jan./jun. 2009.

FACCHINI, Regina. **"Sopa de Letrinhas"? – Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo** – São Paulo, Campinas, 2002.

FEIJÓ, Martin Cezar. **"O que é Política Cultural."** Ed. Brasiliense, 2ª ed.1985.

FRY, Peter. **Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira**. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1982.

FRY, P.; Mac RAY, E. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 1982 (Coleção Primeiros Passos, 26).

GOMES, Deny (org.), 1996. **A múltipla presença: Vida e morte de Amylton de Almeida**. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo – ES.

HORST, Claudio. **Político Social e população LGBT**. Anais do 3º Encontro Internacional de Política social e 10º encontro Nacional de Política Social, Viória, Jun de 2015.

KRIESI, Hanspeter. 2009. **Charles Tilly: Contentious Performances Campaings and Social Movements**. *Swiss Political Science Review* 15(2): p 341- 349.

LAVALLE, Adrian Gurza; CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; SZWAKO, José. **Movimento Sociais, Insitucionalização e Dominios de Agência**. Centro de Estudo da Metrópole, Texto para discussão nº19/2017, Vila Mariana, São Paulo.

LINDEMBERG FILHO, Carlos Fernando. **GLS, entenda as entendidas/ Cariê Lindemberg**. – Rio de Janeiro: Griphus, 2005.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho – ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 2ª Ed; 2 reimp – Belo Horizonte,; Autêntica, 2015.

MACHADO. **Muito além do arco-íris. A constituição de identidades coletivas entre a sociedade civil e o estado**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

MARQUES, Vera Lúcia; D'AVILA, Paulo. 2010. **O movimento LGBT e os partidos políticos no Brasil**. *Revista Brasileira de Ciência Política*, N°3, p 79-111.

MCADAM, Doug; TARROW,Sidney; TILLY, Charles. **Comparative Perspectives on Contentious Politics**. In *LINCHBACH, Mark; ZUCKERMAN, Alan (eds.) Comparative Politics: Rationality, Culture, and Structure: Advancing Theory in Comparative Politics*. Cambridge. 2007.

MCADAM, Doug; TARROW,Sidney; TILLY, Charles. **Dynamics of Contention**. Cambridge, 2001.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. 2009. **Para mapear o confronto político**. *Lua Nova* [online]. 2009, n.76, pp.11-48. ISSN 0102-6445.

MACRAE, Edward. **Os respeitáveis militantes e as bichas loucas**. In COLLING, Leandro (org). **Stonewall 40+ o que no Brasil?** Salvador, EDUFBA, 2011.

MACRAE, E. **A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da “abertura”**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MILKOLCI, Richard. **Não somos, queremos – reflexões queer sobre a política sexual brasileira contemporânea**. In COLLING, Leandro (org). **Stonewall 40+ o que no Brasil?** Salvador, EDUFBA, 2011.

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. 2010. **Posição de classe, redes sociais e carreiras militantes no estudo dos movimentos sociais**. *Revista Brasileira de Ciência Política*, N°3, p 49-77.

PERLONGHER, Néstor. **O desaparecimento da Homossexualidade**. In LANCETTI, Antônio (Org). **SaúdeLoucura n°3**, Ed. Hucitec, 1997.

PENNA, Camila. **A relação de parceria entre o INCRA e os movimentos sociais no processo de implementação das políticas de reforma agrária**. INTERCESSÕES[Rio de Janeiro]. Vol 17, n.1, p. 165 a 188, Jun 2015.

PIRES, Roberto Rocha; GOMIDE, Alexandre Avila. 2016. **Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais**. *Revista de Sociologia e Política*, V. 24, N°58, p 121-143.

RIOS, Fátia. **Antirracismo, movimentos sociais e Estado (1985-2016)**. UFG Goiânia, 2016.

SANA, João José Barbosa; COLOMBO, Christóvão; PEREIRA, Tiago Alves. **Vitória: direitos humanos no cotidiano**. Divino de São Lourenço. Ed Semente Editorial, 2013.

SILVA, Alessandro Soares da. **Luta , Resistência e Cidadania: uma análise psicopolítica dos movimentos e paradas do orgulho LGBT**. Curitiba, Juru.

SILVA, Marcelo Kunrath; RUSKOWSKI, Bianca de Oliveira. 2010. **Levante juventude, juventude é para lutar: Redes Inter-pessoais, esferas da vida e identidade na constituição do engajamento militante**. *Revista Brasileira de Ciência Política*, N°3, p 23-48.

SILVA, Marcelo Kunrath 2010. **De volta aos movimentos sociais? Reflexões a partir da literatura brasileira recente**. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, Vol 46, N. 1, p. 2-9, jan/abr 2010.

SKOCPOL, T. **Protecting soldiers and mothers: the political origins of social policy in the United States**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1992, p.38-60.

SOUZA, Rafael de. 2013. **“Saindo do Gueto”: o movimento homossexual no Brasil da Abertura, 1978-1982**. Dissertação para Mestrado em Sociologia pela USP.

SOUZA NETO, Antonio Lopes; ALVRENGA. **Gênero e Diversidade na Escola: Formação de professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico Raciais**. Vitória UFES, 2012.

SOUZA NETO, Antonio Lopes de; MEIRELLES, Ariane Celestino. **Sexualidade e Orientação Sexual: Notas sobre o Estado do Espírito Santo**. In SOUZA NETO, Antonio

Lopes de; ALVARENGA, Elda. *Genero e Diversidade na escola: formação de professoras/res em gênero, sexualidade, orientação sexual, e relações étnico-raciais: a diversidade no contexto Espírito Santo*. Vitória UFES, 2012.

TARROW, Sydney. 2009 [1998]. **O Poder em Movimento: Movimentos Sociais e confronto político**. Petrópolis, RJ, Vozes. Capítulo 5, p – 99 a 121.

TATAGIBA, Luciana. **Desafios da Relação entre Movimentos Sociais e Instituições Políticas. O caso do movimentos de moradia da cidade de São Paulo – Primeiras reflexões**. Colombia Internacional 71, janeiro a junho de 2010, p 63-83.

TATAGIBA, Luciana; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. **Efeitos combinados dos movimentos de moradia sobre os programas habitacionais autogestionários**. Revista de Sociologia e Política, Vol.24, Nº58, p. 85- 102.

TILLY, C.; TARROW, S. **Contentious politics**. Boulder, Colorado, Paradigm Publisher, 2007.

TILLY, C. **Contentious performances**. Cambridge University Press, 2008.

TILLY, Charles. 2010. **Movimentos sociais como política**. Revista Brasileira de Ciência Política, Nº3, p 133/160.

TREVISAN, João Silvério. **“Ser ou não ser homossexual”** in Devassos no Paraíso. 5ª ed., Rio de Janeiro: Record, 2002.

TOSTA, André Luiz Zanão. **O jeitinho das Capixabas: o movimento social LGBT e Militantes Trans no Espírito Santo**. Dissertação mestrado. Vitória-ES, UFES, 2015.

TREVISAN, João Silvério. **“Ser ou não ser homossexual”** in Devassos no Paraíso. 5ª ed., Rio de Janeiro: Record, 2002.

WOOD, Dan; WATERMAN, Richard. **Bureaucratic Dynamics: The role of Bureaucracy in a Democracy**. Westview Press. 1994.

ZAMBONI, Jésio. **Educação Bicha: Uma a(na[l])rqueologia da diversidade sexual**. Tese Doutorado, 2016, UFES.

DOCUMENTOS

ASSOCIAÇÃO Nacional de Travestis e Transexuais. **Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017**. Brasil, 2018. Disponível em: <http://www.rcdh.es.gov.br/pagina/diversidade-sexual-lgbt>. Acesso em 20 mar. 2017

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria de Educação. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais**. Curitiba: ABGLT, 2016. Disponível em: <http://www.rcdh.es.gov.br/pagina/diversidade-sexual-lgbt>. Acesso em 20 mar. 2017

BRASIL, Ministério Público Federal, Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. **O Ministério Público e os direitos de LGBT: conceitos e legislações**. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, Ministério Público do Ceará – Brasília: MPF, 2017.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Texto-Base da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília, DF. 2008.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Relatório de Monitoramento das Ações do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – PNPCDH-LGBT**. Brasília, DF, 2010

BRASIL, Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais / Ministério da Saúde**. Brasília, Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à gestão participativa. **Política Nacional de Saúde integral de Lésbicas, gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais/ Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à gestão participativa.**- Brasília:1 ed,1 reimpr. – Ministério da Saúde, 2013

BRASIL, **Plano Nacional de Direitos Humanos e Cidadania LGBT**, Brasília: 2009. . Disponível em: <http://www.rcdh.es.gov.br/pagina/diversidade-sexual-lgbt>. Acesso em 20 mar. 2017

BRASIL. 2010. **PNDH – 3: Programa Nacional de Direitos Humanos 3**. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

BRASIL, Secretaria de Direitos Humanos. Portaria nº766. Brasília, DF. 03 de julho de 2013

Institui o Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência Contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT e dá outras providências

BRASIL. 2013. **Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: ano de 2012**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Disponível em: <http://www.rcdh.es.gov.br/pagina/diversidade-sexual-lgbt>. Acesso em 20 mar. 2017

BRASIL. Ministério da Educação. Nota Técnica nº24/2015. Brasília, DF, 2015 Disponível em: <http://www.rcdh.es.gov.br/pagina/diversidade-sexual-lgbt>. Acesso em 20 mar. 2017

CONFERÊNCIA ESTADUAL DE GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS, I.,2008, Vitória, ES. Relatório da conferência disponível em: <http://www.rcdh.es.gov.br/pagina/diversidade-sexual-lgbt>. Acesso em 20 mar. 2017

CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS HUMANOS DE LGBT, II.,2011, Vitória, ES. Anais da conferência disponível em: <http://www.rcdh.es.gov.br/pagina/diversidade-sexual-lgbt>. Acesso em 20 mar. 2017

CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS HUMANOS DE LGBT, III.,2015, Vitória, ES. Anais da conferência disponível em: <http://www.rcdh.es.gov.br/pagina/diversidade-sexual-lgbt>. Acesso em 20 mar. 2017

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual**. Brasília : Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <http://www.rcdh.es.gov.br/pagina/diversidade-sexual-lgbt>. Acesso em 20 mar. 2017

ESPÍRITO SANTO, Ato normativo MPES 02-2013, Instituiu comissão de Direito à Diversidade Sexual. In Diário Oficial dos Poderes do Estado, 20 de junho de 2013

ESPÍRITO SANTO, DECRETO Nº 3423-R, Institui a elaboração de estatística sobre crimes com motivação homofóbica. In Diário Oficial dos Poderes do Estado, 04 de novembro de

2013. Disponível em: <http://www.rcdh.es.gov.br/pagina/diversidade-sexual-lgbt>. Acesso em 20 mar. 2017

ESPÍRITO SANTO, PORTARIA Nº 110-R, Institui o Grupo de Trabalho em Gênero e Diversidade Sexual nas escolas da rede pública estadual. In Diário Oficial dos Poderes do Estado, 04 de Julho de 2014. Disponível em: <http://www.rcdh.es.gov.br/pagina/diversidade-sexual-lgbt>. Acesso em 20 mar. 2017

ESPÍRITO SANTO, O Programa Estadual de Direitos Humanos, o Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos e os direitos da População. In Diário Oficial dos Poderes do Estado, 04 de abril de 2014. Disponível em: <http://www.rcdh.es.gov.br/pagina/diversidade-sexual-lgbt>. Acesso em 20 mar. 2017

ESPÍRITO SANTO, PORTARIA SUBDPG 147/2015, Estabelece Recomendação conjunta da Subdefensoria e Coordenação de Direitos Humanos a respeito do direito do usuário dos serviços da instituição optarem pela utilização de nome social ou civil. In Diário Oficial dos Poderes do Estado, 16 de março de 2015. Disponível em: <http://www.rcdh.es.gov.br/pagina/diversidade-sexual-lgbt>. Acesso em 20 mar. 2017

ESPÍRITO SANTO, Lei nº 10.613, Institui o Conselho Estadual para a Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - Conselho Estadual LGBT. In Diário Oficial dos Poderes do Estado, 26 de dezembro de 2016. Disponível em: <http://www.rcdh.es.gov.br/pagina/diversidade-sexual-lgbt>. Acesso em 20 mar. 2017

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. **Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero.** Disponível em: <http://www.rcdh.es.gov.br/pagina/diversidade-sexual-lgbt>. Acesso em 20 mar. 2017

SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS. **Termos de Cooperação Técnica com o Estado do Espírito Santo.** Brasília, DF, 2012, disponível em: <http://www.rcdh.es.gov.br/pagina/diversidade-sexual-lgbt>. Acesso em 20 mar. 2017

ANEXO I – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

1.0 Perfil dos Entrevistado/Militante/Ativista:

- 1.1 Nome:
- 1.2 Idade
- 1.3 Escolaridade
- 1.4 Profissão
- 1.5 Raça
- 1.6 Gênero
- 1.7 Local de Atuação
- 1.8 Você faz parte de alguma organização LGBT no ES? (sim/não), e se sim, qual?

OBJETIVO - Definição de informações quanto ao histórico de atuação do entrevistado, tanto em militância quanto como participante do processo. Bem como o entendimento do mesmo quanto a associação de movimentos e grupos.

2.0 Histórico de Atuação

- 2.1 Qual foi o seu primeiro contato com o movimento LGBTI dentro do Espírito Santo?
- 2.2 Qual foi a primeira organização em que atuou?
- 2.3 Você faz parte de algum partido político? E sindicato? Sim/não, quais?
- 2.4 O que o levou a Militância Política? Existe algum motivo pessoal para o seu engajamento no movimento?
- 2.5 Em quais organizações/associações/ grupos/ coletivos você atuou ou atua? Qual função desempenhava nestes grupos? Em quais destes grupos você ainda está envolvid@?
- 2.6 Com quais grupos ou entidades a sua organização estabelece relações? (pergunta de rede de relações)
 - 2.6.1 Organizações LGBTI? Sim/não, e quais?
 - 2.6.2 Organizações de Direitos Humanos? Sim/não, quais?
 - 2.6.3 Organizações internacionais de defesa do direito LGBTI? Sim/não, quais?
 - 2.6.4 Organizações sociais de saúde? Som/não, quais?
 - 2.6.5 Associações de moradores, ou comunitárias? Sim/não, quais?
 - 2.6.6 ONGs? Quais?
 - 2.6.7 Outros? Quais?
- 2.7 A quanto tempo a sua organização estabelece relações com estes grupos ou entidades? Cite coisas, ou dê exemplos de atuações em conjunto?
- 2.8 Pensando no Espírito Santo, quais são os grupos/ associações/ coletivos mais importantes para o movimento LGBTI no Estado?

OBJETIVO - Definição quanto a visão do entrevistado dentro do movimento LGBTI, prioridade políticas e formas de ativismo

3.0 Agenda política LGBTI e repertórios de ação

- 3.1 Qual a área de atuação de sua organização? Qual a importância desta atuação?

- 3.2 Na sua opinião, quais são as principais demandas, ou área de atuação, do movimento LGBTI no Espírito Santo? Quais são os assuntos de maior emergência?
- 3.3 Quais são as principais formas de mobilização da sua organização?
 - 3.3.1 Formas de protesto público?
 - 3.3.2 Audiências ou reuniões com autoridades públicas?
 - 3.3.3 Ação cível pública, ou ação judicial?
 - 3.3.4 Outros?
- 3.4 Nos últimos anos, Você ou sua organização participou de alguma manifestação pública? Sim/ não?
 - 3.4.1 Passeata ou marcha? Qual?
 - 3.4.2 Barricadas ou fechamento de vias? Qual?
 - 3.4.3 Ocupação de prédio público ou privado? Qual?
 - 3.4.4 Abaixo assinado, ou manifesto ou carta pública?
 - 3.4.5 Manifestações Online (tuitasso/ evento facebook?)? quais?

OBJETIVO - Definição da visão do entrevistado sobre a interação do Movimento LGBTI e o Estado do Espírito Santo

4.0 Relação do Movimento LGBTI e o Estado do Espírito Santo

- 4.1 A sua organização estabelece alguma relação ou contato com órgãos do governo? Sim/não? ? Estadual/municipal? Qual secretaria ou órgão? Desde quando?
- 4.2 Como se dá o acesso da sua organização com esses órgãos do Estado? Como se dá esse acesso ao Estado?
- 4.3 Quais demandas sua organização encaminha aos órgãos do Estado?
- 4.4 O Estado atende ou não as demandas de sua organização? Comente sobre isso?
- 4.5 Quais são as outras instituições políticas que sua organização mantém relações na finalidade de encaminhar as suas demandas? (mapear rede institucional)
 - 4.5.1 Mantém assento em Conselhos (direitos humanos, saúde, da juventude, movimento negro)? Sim ou não, quais?
 - 4.5.2 Partido políticos? Sim/não, quais?
 - 4.5.3 Legislativo (vereadores/deputados/senador)? Sim/não, quais?
 - 4.5.4 Judiciário (defensoria pública Estadual ou da União, ministério Público Estadual/federal, OAB, Procuradoria Geral da União)? Sim/não, quais?